

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

TATIANA FORTES LITWINSKI

**O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL E AS REDES SOCIAIS: ANÁLISE  
REFLEXIVA SOB O ESPECTRO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2018

TATIANA FORTES LITWINSKI

**O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL E AS REDES SOCIAIS: ANÁLISE  
REFLEXIVA SOB O ESPECTRO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Dissertação como requisito para obtenção de Título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe; área de concentração: Constitucionalização de Direito; linha de pesquisa: Processo de constitucionalização dos direitos e cidadania: aspectos teóricos e metodológicos.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva.

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2018

TATIANA FORTES LITWINSKI

**O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL E AS REDES SOCIAIS: ANÁLISE  
REFLEXIVA SOB O ESPECTRO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Defesa da Dissertação de mestrado,  
orientado pelo Prof. Dr. Lucas Gonçalves da  
Silva, apresentada à banca examinadora  
designada pelo Colegiado do Programa de  
Pós-Graduação em Direito da Universidade  
Federal de Sergipe, em 30 de abril de 2018.

Os membros da Banca Examinadora consideram a candidata \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva/ UFS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva/UFS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zélia Luzia Pierdoná /Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Elisa Monsalve Cuéllar

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L775d Litwinski, Tatiana Fortes  
O discurso do ódio racial e as redes sociais : análise reflexiva sob o espectro da constituição federal de 1988 / Tatiana Fortes Litwinski ; orientador Lucas Gonçalves da Silva. – São Cristóvão, 2018.  
105 f.

Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Direitos fundamentais. 2. Discurso de ódio na Internet. 3. [Redes](#) sociais. 4. Dignidade (Direito). 5. Liberdade de expressão. I. Brasil. Constituição (1988). II. Silva, Lucas Gonçalves da, orient. III. Título.

CDU: 342.724

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu pai, presentes de Deus! O amor incondicional de vocês foi e é decisivo para viabilizar os caminhos que almejo trilhar na minha vida. Muito obrigada, mãe. Muito obrigada, pai, por serem tudo o que isso significa sempre. A dor da perda é uma constante, mas a sensação de amor é sempre presente, nunca vou esquecer a alegria de vocês quando ingressei no mestrado. Meu pai, mesmo doente, te digo: eu senti a sua alegria e vibração, mas, infelizmente, ao iniciar o meu mestrado, tive que “aceitar” a perda “física” e conviver com uma eterna saudade. Oh meu saudoso pai, como queria dividir com você mais esta conquista e com é difícil suportar este grande vazio. Muito obrigada Deus, por ter nascido de duas pessoas tão especiais. Amo vocês intensamente!

A minha irmã, pelo amor e incentivo, que, com sua sabedoria, encorajou-me a ingressar neste Programa de Pós- Graduação de Mestrado em Direito. Obrigada por compartilhar comigo as suas experiências e conhecimentos. Te amo!

Ao meu esposo, pelo amor, pela paciência e pelo entendimento nos momentos difíceis e nas ausências. Amo você! E ao nosso fruto, à pequena Beatriz, minha filha, cada vez que olho e penso em você os problemas ficam ínfimo. Tentei, de todas as formas, diminuir as minhas ausências, mas peço desculpas pelos vários momentos que deixei de brincar com você para conseguir ler e escrever. Mamãe te ama muito!

Dedico a todos os meus amigos e aos meus familiares pelo apoio e o carinho!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe pela oportunidade e pelo ensino público de qualidade.

Agradeço e devo a realização deste trabalho, antes de tudo, ao meu orientador Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva, pela acolhida, pelo incentivo, pela amizade e pela orientação que conduziu a esta dissertação: meu sincero muito obrigada! Agradeço, especialmente, pela compreensão e pela força em um momento com sentimentos tão ambíguos: alegre – ingresso no mestrado – e, ao mesmo tempo, muito triste – pela perda do meu Pai! Neste mesmo ato, estendo o agradecimento, também, a Profa. Dra. Luciana Aboim Gonçalves da Silva, pela amizade, incentivo e apoio nestes anos de aprendizados.

Agradeço e não quero deixar de expressar o meu reconhecimento aos professores Prof. Dr. Marcelo Maciel Ramos (UFMG), Prof. Dr. Clóvis Marinho Barros Falcão (UFS) e Prof. Dr. Henrique Ribeiro Cardoso (UFS) que transmitiram seus comentários, críticas e sugestões de leituras ao projeto de qualificação apresentado no exame de qualificação. Muito obrigada, as observações se revelaram essenciais para o desenvolvimento subsequente desta pesquisa.

Agradeço, também, aos professores do “Prodir” pelas contribuições valiosas que deram ao trabalho e por me permitir realizar a pesquisa em suas aulas.

Aos funcionários da Universidade Federal de Sergipe –UFS pelo acolhimento, especialmente à Renatinha, que com seu jeito alegre e carinhoso me apoiou nas dificuldades e nos percalços. Obrigada por tudo, minha amiga!

Aos colegas do mestrado com quem tive a enorme alegria de compartilhar conhecimentos e experiências de vida, especialmente as minhas amigas, amizade esta construída no mestrado - jamais esquecerei das nossas longas conversas e da grata descoberta de tantas afinidades – Amo vocês amigas!

Agradeço aos bolsistas do Prodir e a Coordenadora Profa. Dra. Karyna Sposato Batista, pelo convívio e por me proporcionarem a grata experiência de trabalhar em grupo com pessoas alegres e divertidas.

Por fim, o meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que me permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa.

Obrigada a todos pela paciência e pelo carinho despendido nestes anos de estudo e dedicação, o agradecimento é uma forma reconhecimento deste apoio que foi fundamental para a feitura desta dissertação.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. (Nelson Mandela)

“É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. (...) O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também afrouxam, seus laços dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.” (Foucault, 2001, p. 98).



## RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade a análise do discurso de ódio racial nas redes sociais, tendo como panorama uma sociedade democrática e plural e a Constituição Federal de 1988. O intuito é contribuir para desvelar uma realidade encoberta pelo desalinhar do discurso e suas implicações na invisibilidade dos dispositivos constitucionais e na consagração de um sistema equânime e efetivo. Pretende-se, primeiramente, demonstrar que a exteriorização de atos de natureza ofensiva não pode ser considerada *conditio sine qua non* para caracterização do discurso de ódio. Busca, assim, fomentar a reflexão acerca do discurso que reproduz e perpetua práticas racistas. O estudo abordará, em um segundo momento, a existência de um ponto cego ao discurso de ódio racista que dificulta o alcance aos objetivos constitucionais. O cenário de invisibilidade racial colide com o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana. Tratará ainda sobre fundamentos do direito à liberdade de expressão e seu impacto no cenário exposto. Por fim, trilhar-se-á o caminho da análise crítica e reflexiva no estudo de casos para perquirir a aplicabilidade prática dos dispositivos constitucionais e, especialmente, as diretrizes e o paradigma desenhado para a constituição de um verdadeiro Estado Democrático de Direito. A hipótese deste trabalho é que a Constituição Federal do Brasil expressamente enuncia uma proteção e um compromisso ativo com o ser humano e contra a qualquer forma de discriminação e preconceito e constatou-se que a “sociedade em rede” visa à manutenção de um desconhecimento ideológico e um pacto de silêncio quanto aos discursos de ódio racial que obstrui a sua tematização pública. Desloca-se o discurso ofensivo e sério para o âmbito do discurso vulgar, irônico e informal. A pesquisa utilizará como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dignidade da Pessoa Humana. Liberdade de Expressão. Redes Sociais. Discurso de ódio.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the discourse of racial hatred in social networks, having as panorama a democratic and plural society and the Federal Constitution of 1988. The intention is to contribute to unveiling a reality hidden by the misalignment of discourse and its implications in invisibility constitutional provisions and the establishment of an equitable and effective system. It is intended, firstly, to demonstrate that the externalization of offensive acts can not be considered *conditio sine qua non* for the characterization of hate speech. It seeks, therefore, to foster reflection on the discourse that reproduces and perpetuates racist practices. The study will address, in a second moment, the existence of a blind spot to the discourse of racist hatred that hinders the achievement of constitutional objectives. The scenario of racial invisibility collides with the constitutional foundation of the dignity of the human person. It will also deal with the foundations of the right to freedom of expression and its impact on the exposed scenario. Finally, the path of critical and reflexive analysis in the study of cases will be traced in order to investigate the practical applicability of the constitutional provisions, and especially the guidelines and the paradigm designed for the constitution of a true Democratic State of Right. The hypothesis of this work is that the Federal Constitution of Brazil expressly states an active protection and commitment with the human being and against any form of discrimination and prejudice and it has been verified that the "network society" aims at the maintenance of an ideological ignorance and a pact of silence regarding the discourses of racial hatred that obstructs its public thematization. The offensive and serious speech is shifted to the realm of vulgar, ironic and informal discourse. The research will use as a research technique the bibliographic review on the subject.

**Keywords:** Dignity of human person. Freedom of expression. Social networks. Hate Speech;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 CONTEXTUALIZANDO O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL: ASPECTOS IMPORTANTES DE UMA TEMÁTICA COMPLEXA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Revisitando o aspecto histórico-constitucional do ódio na perspectiva racial .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Estudo epistemológico da palavra raça e sua relação com o discurso .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 A construção do preconceito e a visibilidade da discriminação e do racismo.....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 Acepção teórica do Discurso de ódio e o resgate de uma proteção esquecida.....</b>	<b>36</b>
<b>2.5 O Tratamento Internacional acerca do Racismo e a Discriminação racial.....</b>	<b>41</b>
<b>3 O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL, REDES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOB A TOGA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA? .....</b>	<b>51</b>
<b>3.1 Redes Sociais e Discurso de ódio racial: O ponto cego do discurso e a indeterminabilidade na proteção .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2 O Alcance da proteção constitucional e o poder simbólico do branqueamento nas redes sociais .....</b>	<b>56</b>
<b>3.3 Fundamentos ao direito à liberdade de expressão e o regime democrático.....</b>	<b>61</b>
<b>3.4 Discurso de ódio racial e o poder das contra narrativas.....</b>	<b>69</b>
<b>4 ESTUDO DE CASOS: ANÁLISE CRÍTICA REFLEXIVA DOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E OS CASOS DE ÓDIO RACIAIS NAS REDES SOCIAIS ....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 Propagação de discurso racial implícito e explícito nas redes sociais e suas implicações na Democracia .....</b>	<b>78</b>
<b>4.2 Casos nas redes sociais de discursos de ódio racial .....</b>	<b>81</b>
<b>4.2.1 Casos no “facebook” de discursos de ódio racial implícito.....</b>	<b>81</b>

<b>4.2.2 – Casos no “facebook” de discursos de ódio racial ofensivo ou explícito.....</b>	<b>86</b>
<b>4.3 O embate jurídico entre os discursos de ódio racial nas redes sociais e o “famoso” caso Ellwanger .....</b>	<b>89</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho centrou-se em investigar o discurso de ódio racial nas redes sociais, tendo como matriz principal perscrutar os dispositivos constitucionais e as experiências nas redes sociais.

E para trilhar este caminho foi necessário desmontar toda a leitura e alcançar “novos vãos”, com o intuito de perquirir a pergunta que irá guiar todo o contexto da pesquisa aqui estruturada.

Cada etapa da pesquisa teve a responsabilidade de incutir a necessidade de lidar com a questão, dentro de uma possível neutralidade, para incorporar o torso de um pesquisador e, assim, projetar respostas, tecer sínteses e ser capaz de disponibilizar o estudo ao interesse alheio.

A pretensa segurança sobre o tema e as diversas teorias estudadas conduziu, de certa maneira, a uma sensação de incerteza e até hesitação, quando se percebe que a hipótese formulada para o problema detectado pode ser desafiada por uma réplica, vista sob um novo contexto ou uma nova perspectiva.

Nada mais inquietante e crucial que lidar com a réplica, já que esta instiga a necessidade de mergulhar na reflexão e sair do “lugar comum”, especialmente, por fomentar e desafiar as pré-compreensões e compreensões do pesquisador.

Salienta-se que a convicção sobre a natureza qualitativa da pesquisa desemboca-se na exigência interpretativa que lhe é inerente, o que possibilita uma busca constante pela delimitação acerca do discurso de ódio racial e suas repercussões jurídicas, tendo em vista entraves e experiências inerentes ao próprio contexto brasileiro.

Mas qual a razão que justifica a escolha deste tema? Nada é mais inquietante que a categorização e subjugação das pessoas, especialmente em um Estado Democrático de Direito e isto fomenta a “sede” por pesquisar esta “zona cinzenta” que ofusca as determinações constitucionais. E, quando se questiona acerca do lugar de fala, torna-se importante destacar que o lugar de fala não se confunde com a representatividade e que nos ensinamentos da filósofa Dijamila Ribeiro não há necessidade de se restringir o lugar de fala, mas de possibilitar a própria reflexão acerca da legitimidade da sua própria fala.

Neste processo, é inegável a necessidade de traçar uma trajetória metodológica capaz de conduzir as propostas, questões e fundamentos ao

arcabouço de construção, com o fito de fornecer apoio salutar para construir a direção da presente pesquisa.

Para a execução da pesquisa, utilizou-se o método de procedimento monográfico e o comparativo, tendo como método de abordagem o dedutivo, fazendo-se uso, eminentemente, da técnica de pesquisa baseada na revisão bibliográfica.

É imperioso declinar que as leituras e releituras conduziram a questão central e, conseqüentemente, ao que se denominou de problema de pesquisa: A Constituição Federal do Brasil trata e impede todas as formas de discurso de ódio racial nas redes sociais?

O que se percebe, em uma parte da doutrina, é uma preocupação maior não apenas com o discurso ofensivo que verbaliza o insulto, a agressão, humilhação, mas, também, com o discurso “velado” que verbaliza a “inferioridade” e a “dominação”, bem como a reprodução e a perpetuação do racismo nas práticas sociais, mais especificadamente, nas redes sociais.

Como bem pontuou Potiguar (2015, p.13), em sua tese de doutorado, o discurso de ódio comporta obscuridade que, na maioria das vezes, não é objeto de apreciação “A criminalização de atos racistas parece um tanto óbvia, mas o que dizer dos discursos que carregam de forma implícita a intolerância, visando mais uma doutrinação da diminuição e desmerecimento do outro do que propriamente uma ofensa direta.”

Neste prisma, o foco central desta pesquisa é analisar como os fundamentos constitucionais se comportam diante deste discurso racista “velado”, eternizado no “campo vulgar” e no “tom de brincadeira”, mas que, na verdade, esconde o fim de perpetuar e reproduzir o racismo nas diversas redes sociais, bem como acerca da colisão de direitos que renuncia o aspecto normativo as disposições constitucionais.

Diante desta questão, torna-se essencial a formulação de uma “possível” resposta inicial que passa a ser desenvolvida na seguinte hipótese: A Constituição Federal de 1988 condena o racismo, a discriminação e o preconceito racial, mas não se demonstra visível para coibir, as mais diversas formas, de discurso de ódio racial nas redes sociais. Para tanto, é imprescindível realçar que a Constituição Federal de 1988, diferente da norte americana, assumiu uma postura ativa e não neutra, ao enaltecer o compromisso pela igualdade e o combate ao preconceito, discriminação e ao racismo, dando azo a possibilidade de restrição à liberdade de se expressar,

em casos de ofensa a honra e a imagem das pessoas. Nesse ínterim, a presente pesquisa se justifica, vez que pouco se estuda acerca daquilo que o constitucionalista Michel Rosenfeld declinou sobre o “hate speech in substance”, vez que o discurso de ódio apenas clama a atenção no que tange a sua ofensividade, como se esta fosse uma condição para a sua concretização, sendo que o estudo deste discurso em todos os seus enfoques tem uma relevância inigualável, principalmente, quando se observa, o contexto atual e a denominada “sociedade em rede”.

Diante disso, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social, o intuito de desmistificar a invisibilidade da Constituição e nas palavras de Cattoni “ a renúncia ao caráter normativo e deontológico do Direito” ante a discricionariedade valorativa aos discursos de ódio racistas “velados” e suas consequências práticas para a reprodução e perpetuação de práticas racistas, tendo como fundamento maior a própria dignidade da pessoa humana e igualdade racial.

A temática abordada está vinculada à linha de pesquisa: Processo de Constitucionalização dos Direitos e Cidadania: aspectos teóricos e metodológicos, eis que o estudo envolve a análise do contexto constitucional e das experiências nas redes sociais quanto ao discurso de ódio racial e suas nuances no direito fundamental da liberdade de expressão, igualdade e no fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Nesta senda, a pesquisa está amplamente relacionada à linha de pesquisa do professor orientador deste estudo, pois desenvolverá aspectos relacionados ao direito à liberdade de expressão, discurso de ódio racial nas redes sociais e na “sociedade em rede” e o próprio estudo do texto constitucional e sua interpretação ao contexto social.

Assim, o principal objetivo do presente trabalho é identificar se a Constituição Federal do Brasil consegue desvelar e impedir discurso de ódio racial, especialmente o que esteja maculado e escondido, e que tenha como fim principal a perpetuação e reprodução de práticas racistas. Tendo como objetivos específicos as seguintes questões: Perquirir se a Constituição Federal do Brasil consegue combater o discurso de ódio racial e, conseqüentemente, proteger a dignidade da pessoa humana, ante a simbologia dominante do discurso do “branco” sobre o “negro”; Se as “piadas”, as “charges” e as diversas formas de “trocadilhos” em redes sociais podem infundir um ódio racial e gerar uma violência simbólica, bem como

perpetuar e reproduzir práticas racistas; Apontar pontos importantes do “caso Ellwanger”; Analisar se o discurso de ódio que alberga o humor pode ser reprimido pelo sistema jurídico, por servir como forma de exteriorizar manifestações hostis reprimidas; Examinar se existe ou não a influência na invisibilidade do discurso de ódio racial, no que tange a força histórica do “mito da democracia racial”.

A imprecisão do “racismo à brasileira” impõe e desafia o próprio sistema jurídico e, neste viés, nas palavras de Mayorga (2010, p.153) “como propor e realizar enfrentamentos a problemas que não são reconhecidos como problemas?”

Para tanto a elaboração dos argumentos e discussões trilhará o seguinte roteiro: Com o intuito de melhor fomentar a compreensão, inicia-se com a presente introdução, que indica as reflexões contidas ao longo dos capítulos e segue o trajeto dialógico na constituição do capítulo I, que serve de porta de entrada e se estrutura em cinco subitens, dedicando-se à apresentação de conceitos e delimitações de cunho estrutural, o que se tornou essencial para o enquadramento do objeto de estudo.

Em relação ao capítulo segundo trata-se da especificação da temática proposta aos mandamentos e diretrizes contidos na Constituição Federal do Brasil, bem como, sob o viés de delimitação, a problematização dos limites e fundamentos ao direito fundamental à liberdade de expressão e ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Quanto ao capítulo terceiro, volta-se a aplicação dedutiva do arcabouço teórico ora desenhado, com o estudo de casos e a reflexão prática acerca do discurso de ódio racial e suas repercussões nas “redes sociais”, no qual o discurso desempenha o seu fiel papel – persuasão e informação.

Outro ponto que se destaca é o estudo comparativo entre os casos de igual natureza e o caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal – Caso Ellwanger, dando azo as impropriedades interpretativas e divergentes contidas nos votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal quanto a delimitação e alcance do termo racismo, bem como perquirir a invisibilidade de práticas e discursos racistas no “facebook” que trata, de forma expressa, sobre a necessidade de aderência a projetos eugenistas como forma de purificação da raça e que não foi, em nenhum momento, objeto de discussão e reflexão crítica quanto as ideias racistas ali disseminadas.

Por fim, neste último capítulo almeja-se chegar a conclusões parciais e não finais, ante a impossibilidade de esgotamento da temática ora perseguida e do longo



caminho que ainda precisa ser perquirido para uma melhor compreensão do tema na atualidade.

## **2 CONTEXTUALIZANDO O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL: ASPECTOS IMPORTANTES DE UMA TEMÁTICA COMPLEXA**

Inicia-se este capítulo com o norte de decifrar os pontos que caracterizam a noção geral acerca de um discurso corporificado pelo ódio racial. Sem a pretensão de esgotar a temática proposta, mas com o fim de fornecer ao leitor a possibilidade da melhor compreensão do eixo teórico que será desenvolvido na pesquisa em questão.

A complexidade da questão é latente, pelo simples fato de sua compreensão encontrar guarida no tempo e no próprio contexto cultural e social, e por conta disso o capítulo será desenvolvido com o viés, predominantemente, teórico e reflexivo, para que a pesquisa percorra em um fluxo coeso ao problema, a hipótese e aos objetivos traçados.

Desta feita, resta evidente que este capítulo é a base para a construção estrutural da pesquisa, vez que fornecerá as disposições gerais: delimitação conceitual, revisitação histórica e análise do contexto social e jurídico do ódio racial, e isto possibilitará a concretização da essência de pesquisa a este envoltório temático.

### **2.1 Revisitando o aspecto histórico-constitucional do ódio na perspectiva racial**

É possível partir da ideia que, dentro de uma estruturação histórico-constitucional arquitetada na visão ambivalente acerca da incitação ou proibição ao ódio racial, caminho outro não há que retroceder aos fatos históricos que esculpiram a respectiva visão.

Pode-se pensar e até mesmo refletir que a história em si tornou-se responsável pela construção deste caminho espinhoso. Como, também, conduz a perspectivas duvidosas e, até mesmo, contrastantes.

Neste sentido, o presente item será desenvolvido através de uma análise reflexiva dentro de um contexto histórico, que enalteceu estereotipização de grupo historicamente estigmatizado, e a sua influência no momento atual e, especialmente, no que tange a proteção no próprio ordenamento jurídico pátrio.

Envida-se esforços para compreender todo o significado que está representado seja pelo estudo do contexto histórico seja na própria compreensão

acerca dos efeitos nefastos da incitação de ódio racial, sendo incontroverso a sua proibição quando este se opera de forma concreta e ficando a imprecisão, quando esta se consuma apenas no plano das ideias ou de forma dissimulado ou velada.

A escravidão ardeu durante muitos séculos, e mesmo após a Revolução Francesa, no século XVIII, é imperioso destacar que nas fazendas de cana de açúcar e nas minas de ouro, o Brasil, ainda, revelava a “coisificação do ser” na figura do escravo. O paradoxo com as ideias propagadas pela revolução referida, também, contornava o seu percurso na história norte americana, eis que a segregação racial é um ponto marcante neste país e na própria cultura.

O fato é que, no século XVIII, com a vitória dos movimentos revolucionários emergiu dois documentos, reveladores de um novo ideal para uma nova ordem social: Declaração de Direitos da Virgínia de 1776 e a Declaração dos direitos dos Homens e Cidadão de 1789.

Neste giro, ao lançar o olhar ao sistema norte-americano, torna-se essencial trazer a influência deste sistema nos caso de discurso ao ódio racial, ou melhor, na expressão, em inglês, usualmente declinada – “*hate speech*”<sup>1</sup>, sendo viável enunciar que neste sistema o ponto de maior relevância é a liberdade, o que decorre da sua própria história: a luta das treze colônias para se libertar dos comandos arbitrários e abusivos da Inglaterra.

Assim como o Brasil, os Estados Unidos, durante muitos anos, sustentou-se através da exploração do trabalho dos escravos.. Neste ponto, é oportuno trazer à baila a expressão contida no preâmbulo da Constituição Americana: “Nós, o povo!”. A expressão fora objeto de análise pela Suprema Corte, no caso Dred Scott em 1857, e a solução dada pela Suprema Corte representou um verdadeiro marco na questão acerca do racismo, já que facilitou as ações que levaram à Guerra Civil americana e à libertação dos escravos. (ROSENFELD,2003, p.10)

É importante registrar que existia uma preocupação da Constituição de 1787 com a proteção da propriedade, tanto que esta previa a garantia constitucional aos proprietários de escravos, dando-lhes o direito de recapturar escravos fugitivos no artigo IV, seção 2. Neste aspecto, remonta o contraste entre a expressão – Nós, o povo – e a garantia de recapturar os escravos fugitivos, dando azo a categorização

---

<sup>1</sup> Discurso de ódio (tradução do inglês: **hate speech**)

do escravo não como ser humano e sim como bem patrimonial. (ROSENFELD, 2003, p.10)

A pesquisa aqui desenvolvida não tem o intuito de fazer um resgate histórico de todos os acontecimentos que marcaram a história da segregação racial nos Estados Unidos nem muito menos esmiuçar cada acontecimento específico ocorrido.

Desta feita, retomando as ideias centrais, é interessante aduzir que, no século XIX, a noção de inferioridade racial ganhou contornos científicos por meio de teorias racistas.

Ao prosseguir neste resgate histórico, torna-se imperioso trazer as palavras de Martiniano Silva ao declinar acerca dos paradoxos na própria história do Brasil:

Uma soma de equívocos. Podemos dizer que o Brasil ainda é um país que não provou a que veio. Ainda não é uma nação que homenageie os seus reais protagonistas. É que a sua história tem sido, realmente, uma “utopia episódica”. Uma metáfora social e política. Foi elaborada assim: no campo da crônica, preme de nababos, onde o destaque de herói só tem sido dado aos reis, aos condes e às rainhas, senão quando aos duques e outros formosos soberanos.(...)É essencialmente por isso que o povo vive de costas para a nação que ainda não existe. É também por isso que continuamos muito mais dominados do que percebemos. Estamos sempre exultando as “ofertas” e aplaudindo as democracias estrangeiras (...). (SILVA, 1995, p.37)

Oportuno trazer à baila que, no Brasil, as ordens estrangeiras têm um papel predominante na construção da ordem político-jurídico, o que esvazia a importância das lutas, das conquistas sociais como peças necessárias pela construção histórica do país.

Neste passo, aduz que, no contexto mundial, já predominava a ideia da necessidade de “purificação da raça” e, no Brasil, na época da República, utilizou-se da eugenia, como uma política pública capaz de realizar esta “sonhada” limpeza étnica. (TELLES, 2003, p.30).

Este fato resta demonstrado, já que, entre o período de 1889 a 1930 - conhecido como a República Velha, o Brasil entrava na fase de Estado republicano-federativo, em regime de governo presidencialista, sob o amparo da Constituição de 1891, que tem como marco histórico, ao tema em análise, a consagração de um verdadeiro empecilho a imigração africana e asiática. (SILVA, 1995, p.183)

Silva apontou esta situação na sua obra ao declinar que: “(...) a vinda do imigrante já visava a substituir o negro de forma mais ampla. É que o processo de

erradicação desse povo já se efetivou também de forma intensa, embora dissimulada.” (SILVA, 1995, p.184)

Nota-se que a Constituição de 1934<sup>2</sup>, em seu artigo 121, parágrafo 6º trazia, de forma expressa, as restrições ao ingresso no território brasileiro, bem como no seu artigo 138<sup>3</sup> dispõe sobre a “estimulação a educação eugênica”.

Neste ponto, aduz que o conceito de raça tornou-se a chave principal do inveterado processo para a educação eugênica, e para a distinção das pessoas tendo como base maior um pensamento científico.

Neste ponto, torna-se importante trazer ao contexto as palavras de Magnoli que destaca, em sua obra, a constatação que a eugenia era o ponto central no pensamento hitlerista, sendo que a “Alemanha tornou o primeiro e único Estado oficialmente eugenista com a promulgação da Lei para a prevenção da Descendência Hereditariamente Doentia, em julho de 1933.” (MAGNOLI, 2015, p.50)

Para uma melhor ilustração acerca deste programa eugênico, Magnoli cita que o modelo eugênico adotado pelas leis nazistas se inspirou no modelo desenhado nos Estados Unidos, mas que “Sob esse aparato judicial, em 1937 haviam sido esterilizados 225 mil indivíduos, e no fim do regime nazista, o total atingiu cerca de 400 mil, contra cerca de 30 mil nos EUA”. (MAGNOLI, 2015, p.51)

Nota-se que o sistema eugênico no período nazista foi essencialmente preso a ideia de esterilização, dando azo a necessidade de uma “purificação da raça ariana”, pouco importando com as controvérsias científicas. (MAGNOLI, 2015, p.51)

Neste ponto, cita-se as duas leis de Nuremberg –Lei para Proteção do Sangue Germânico e da Honra Germânica que proibiu o casamento e relações sexuais entre judeus e arianos. (MAGNOLI, 2015, p.52)

Denota-se que, neste mesmo período, nos Estados Unidos “estavam em pleno vigor leis de antimiscigenação baseadas na regra de gota de sangue única”, sendo que uma corrente historiográfica sustentou que a lei de Nuremberg se baseou no modelo americano, com algumas diferenças. (MAGNOLI, 2015, p.57)

---

<sup>2</sup>Artigo 121 § 6º - “A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos

<sup>3</sup>Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:  
b) estimular a educação eugênica;

Ao mergulhar no contexto brasileiro e no seu costume de importar as ideias eurocêtricas, declina-se que hipóteses levantadas acerca da necessidade de um melhoramento racial da população brasileira refinaram o “discurso racialista”, induzindo, assim, que o processo de melhoramento racial permitiria um progresso nacional. (GALTON, 1988, p.45)

No que se pode ver o “discurso racialista” se constituiu como instrumento fundamental para a construção de intervenções “biopolíticas”, com o fito de legitimar, dentro de um viés científico, a “normalização” racial das populações.

Isto levou ao ápice o programa eugênico, por este se constituir como o melhor desfecho para eventuais defasagens raciais, dando azo, assim, ao espectro da política, já que esta possibilitaria a implantação de medidas corretas para direcionar a natureza do homem ao sentido desejado.

É intrigante o fundamento da eugenia, mas é interessante verificar que a sua razão lógica é a seleção natural. E, neste ponto, sobreleva dizer que fora a eugenia, ciência fundada pelo teórico inglês Francis Galton, que privilegiou as aplicações da teoria da seleção natural à espécie humana. (GALTON, 1988, p.45)

O que clama a atenção é a inserção da eugenia, como conhecimento científico, já que, deste modo, desenvolveria uma legitimação pelo seu “poder científico” e, conseqüentemente, seria aceita e compreendida no seio social, o que impulsionaria a construção de uma consciência nacional, não apenas restrita ao seu cunho científico, mas enraizando “o conhecimento” como prática social.

Destaca-se que o fundamento científico de que o seio social se constitui por intermédio de uma luta biológica entre raças foi um das principais justificativas do regime totalitarista nazista.

Deste modo, é forçoso concluir que a experiência nazista fez enaltecer o ímpeto de um processo de normalização racial, que tem como parâmetro maior o totalitarismo sustentando a forma de um racismo de Estado, como, muito bem, enunciou Foucault:

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Neste ponto, questiona-se: Qual o fundamento que justifica o ato insólito de extermínio realizado na Segunda Guerra Mundial? Talvez a própria resposta se perpetue no campo do próprio questionamento, mas resta incontestável e de renomada importância a convulsionante necessidade de defesa e de proteção da sociedade por parte do Estado, o que legitimou o processo de normalização racial, eclodindo, assim, as armas estruturadas pela força da eugenia nos atos ali praticados.

O fato é que, após a Segunda Guerra Mundial, despontou a necessidade de colocar o ser humano no centro das atenções e preocupações, e neste viés o fundamento da dignidade da pessoa humana se transformou na pedra toque essencial para a efetivação desta proteção e para que as atrocidades ora cometidas não fossem repetidas.

Ao trazer à baila o fundamento da dignidade da pessoa humana, resta ressaltar a dispensa desta pesquisa em trazer uma delimitação histórico-conceitual deste princípio, até porque o estudo histórico e conceitual remeteria as fases históricas e a inúmeros filósofos e doutrinadores, o que inevitavelmente distanciaria os escritos da temática proposta neste item, já que é impossível reduzir o conteúdo da dignidade da pessoa humana a uma explicação fixa e universal.

Sem mais pormenores, o fato é que a dignidade da pessoa humana eclodiu, na modernidade, como a função estruturante do Estado Democrático de Direito, por meio da inserção do respeito ao outro, em uma noção relacional dos seres humanos (do ser com os outros), fruto do medo e da negação as atrocidades experimentadas na Segunda Guerra Mundial.

Com base nisto, é imperioso salientar a consagração do princípio pela Declaração Universal da ONU em 1948 e, ainda, mencionar que diversas Constituições trouxeram, em seu bojo, o Princípio da Dignidade da pessoa Humana, como por exemplo, a Alemanha (art.1º, inciso I), Espanha (preâmbulo e o art. 10.1), Grécia(art. 2º, inciso I), Irlanda (preâmbulo), Portugal (art. 1º), Itália (art. 3º), Bélgica (art. 23), Cuba (art. 8º), Venezuela (preâmbulo), Peru (art. 4º), Bolívia (art. 6º, inciso II) e Chile (art. 1º); e o Paraguai (no preâmbulo), como forma de garantir ao ser humano um respeito mínimo e, também, ser baliza para a proteção de outros direitos. (SARLET, 2005)

No Brasil, também, existe menção expressa a este Princípio ou fundamento, tanto no artigo 1, III (inovação trazida pela Constituição de 1988), como no artigo 170 e artigo 227 da Constituição Federal.

Neste viés, é oportuno trazer as palavras de Ingo Sarlet acerca da importância deste princípio no ordenamento pátrio, e, nesse ponto conceitua a dignidade como sendo:

a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2001, p.60)

Após esta breve digressão acerca da importância do Princípio da Dignidade da Pessoa, no período Pós-Segunda Guerra Mundial, é irretorquível a necessidade de inter-relacionar este acontecimento histórico ao ódio racial, mas precisamente a noção de proteção, delimitação e estruturação da questão referente ao discurso de ódio racial.

Neste norte, mergulha-se na realidade brasileira, e percebe-se que, após a Segunda Guerra Mundial, o país, ainda, estava sob o manto da Ditadura Militar e os movimentos sociais em prol da proteção dos direitos da população de um modo em geral e dos grupos vulneráveis só tiveram repercussão na década de 70.

O grande viés que merece ser desenvolvido neste estudo histórico, é a própria construção no seio social da ideia de uma democracia racial, sendo este o grande desafio enfrentado pelo movimento negro contemporâneo no Brasil, a denúncia do chamado “mito da democracia racial”.

Neste prumo, cita-se as palavras de Silva que pontuou e sintetizou a situação ora declinada:

Por estranho e paradoxal que pareça, o mais incrível e capcioso racismo existente nas Américas foi implantado no Brasil através do pomposo nome de “democracia racial”. Usando a tática das cores do camaleão, nenhuma outra modalidade conseguiu ser mais dissimulada. Nenhum outro tipo alcançou maior prestígio interno e externo. Nenhuma outra espécie mascarou-se melhor de status liberal e democrático. E nenhuma outra estratégia dominadora e desmobilizadora brasileira conseguiu efetivar-se com maior eficácia. Também pudera! Emerge como filho muito especial da mais famosa obra escrita pelo historiador e sociólogo Gilberto Freyre –



Casa Grande & Senzala, publicada entusiasticamente em 1933, quando foi elaborada e habilmente teorizada! (SILVA, 1995, p.158)

O mesmo autor que traça a citação acima, também, desvela, em sua obra, fato que demonstram que a democracia racial desenhada não passa de um verdadeiro mito: “Acontece que é justamente dentro do mito do não racismo, gerado pela ilusão da “democracia racial”, que existe aquele desejo original, consciente ou não, mas intrínseco e persistente de inferiorizar o negro”. (SILVA, 1995, p.160)

Neste sentido, o autor faz uma sequencia de exemplificações que relevam a conclusão acima testilhada, ao dizer que:

(...) por que até a gloriosa inteligência de Ruy Barbosa tentou apagar a “mancha negra” da escravidão, mandando queimar e, portanto, eliminar, a documentação referente ao tráfico negreiro? Por que o famoso jurista Augusto Teixeira de Freitas, com a sua ampla e privilegiada inteligência no campo do Direito, recusou-se a fazer um “Código Negro”, deixando o assunto à margem? Por que, em 1880, o historiador Sílvio Romero já dizia que “a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco”? Por que, em 1923, o deputado federal Carvalho Neto garantia que “o negro, no Brasil, desaparecerá dentro de 70 anos? (SILVA, 1995, p.162)

Neste viés, é interessante trazer a pontuação do autor acerca de uma justificação pela inexistência de discriminação racial, tendo como fundamento que “as manifestações de preconceito contra os negros passaram a ser atribuídas a diferenças de classes e não de raças. Passaram, pois, formalmente, a ter uma origem num fenômeno que seria só de ordem social e econômica” (SILVA, 1995, p.164)

Sendo isto salutar, a reflexão que se propicia é que o racismo velado fomenta a perpetuação e aprópria invisibilidade do discurso racial, dando azo a reprodução de crença e valores que mantenham a própria prática racista.

## **2.2 Estudo epistemológico da palavra raça e sua relação com o discurso**

A intenção deste item consiste em expor e problematizar de forma lacônica e sistemática o estudo epistemológico da palavra “raça”, por perceber que esse termo consolida um vasto deslinde teórico que delineia uma série de posicionamentos e discussões.

Para tal exame, a pesquisa dedica especial atenção ao enlace da palavra raça e a sua relação com a nação, tendo como foco principal o sistema brasileiro;

assim, situa-se no intervalo histórico que compreende o final do século XIX e o início do século XX, período de “epistemologização” das ideias de “raça” e “nação”.

Também deverá passar por algumas concepções sobre raça sob o prisma científico, com o fito de instituir sistemas estáticos e hierárquicos tendo como proposto essencial a separação dos povos e nações.

Obviamente não é interesse da pesquisa em comento a exaustiva revisão de literatura sobre raça, mas sim, posicionar o leitor para uma visão ampla e geral acerca das diversas concepções, com o viés de estruturar a existência ou não de influências destas concepções ao estudo aqui declinado.

Neste viés, a grande questão que envolve o início e o final deste item é perquirir a seguinte indagação: Qual a essencialidade na delimitação conceitual e estrutural da palavra “raça” para a temática aqui exposta?

Com base nesta inquietação, torna-se salutar enunciar que, no século passado, era inconteste a delimitação conceitual de “raça” a subdivisões da espécie humana, grosseiramente identificadas por particularidades morfológicas tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana.

As definições, desenhadas acima, eram consideradas científicas, o que se denominou de “racialismo”, e tinha como propósito final fundamentar as diferenças de tratamento e legitimar o poder de um grupo sobre o outro.

Isto é tão verdade que basta observar a história e perceber que o conceito de raça e o “racialismo” foram os responsáveis pelas aspirações imperialistas desenvolvidas pelos Estados Nacionais, especialmente na Alemanha e na Itália, no período nazista e fascista.

Neste ponto, impende enaltecer as palavras de Stuart Hall: “Raça” é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo.” (HALL, 2003, p.69).

Ou seja, não se trata o conceito de raça apenas e sob o viés científico, como ora desenvolvido no século XIX, mas como uma construção desenvolvida pela própria sociedade.

Ao analisar o significado do vocábulo racismo, Silva declinou que: “(...) Isto mostra também que a palavra raça, de onde deriva o vocábulo racismo, de tão baralhada e habilmente eufemizada e escamoteada, já nada mais quer dizer(...)” (SILVIA, 1995, p.21)

O autor, também, aponta a seguinte observação acerca do uso da expressão raça: “Governo e ideologias conservadoras usaram e abusaram dela, através da história, para se defenderem e propagandearem seus propósitos e realizações. Foi assim que o racismo transformou-se em uma espécie de sistema ideológico dominador” (SILVIA, 1995, p.21)

A ideia de distinção de raça propiciou a construção de uma ideologia racista que serviu como suporte para as políticas imperialista (ARENDT, 1989). Ora, o racismo se tornou mecanismo essencial para que os Estados Nações tivessem controle sobre a própria sociedade.

Salienta-se que, hoje, é visível, na ciência biológica, a inexistência de fundamentos que legitimem a raça como realidade biológica, sendo que as diferenças existentes no patrimônio genéticos dos seres humanos são insuficientes para enfatizar a necessidade de classificação em raça. (PATY, 1998)

Neste ponto, a discussão começa a operar a temática proposta na presente pesquisa, eis que a palavra “raça” ainda é vista como instrumento normalizador, dando azo a uma maior efetivação do discurso de “dominação” racista. Isto é irretorquível, vez que no próprio discurso se desvela a classificação, o que sobreleva a desigualdade e a discriminação.

Em análise translúcida, a classificação em raça declina a presença de uma distinção, mas, especificamente, com o renome a existência de um padrão genético superior, possibilitando a ideia de “raça inferior”.

Em contrapartida, o uso da categoria “raça” se torna importante para implementação de políticas públicas e na própria luta antiracista, por possibilitar uma ressignificação positiva do próprio termo “raça”.

Mas é imperioso refletir acerca do apontamento do antropólogo inglês Peter Fry<sup>4</sup>: “Quando o Estado institui raça como critério para a distribuição de direitos, a tendência é de fortalecer a crença em raças, em consequência, o racismo”.

Neste viés, questiona-se: Será que viável a delimitação conceitual e estrutural da expressão “raça” no contexto social e jurídico, como forma de combate ao discurso de ódio racial?

Ao ofuscar a questão racial e idealizar uma imagem destorcida, denota-se como resultado: o desaparecimento da questão como estruturante na formação

---

<sup>4</sup>Entrevista realizada ao jornal da Ciência – Unisul, 20 de Junho de 2007

social, e isto possibilitou uma recusa da sua influência na geração das desigualdades sociais e, conseqüentemente, validando um cenário de igualdade.

Nas palavras de Pinho:

“a raça e o gênero são performados e se reproduzem socialmente como estruturas performativas, estruturadas e estruturantes, ligadas à reprodução social desigual como a produção do social em contextos contingentes, cenários híbridos, históricos e abertos para a transformação, através dos protocolos práticos de interpretação e ação. (PINHO, 2006, p. 10)

É certo que os sentidos não se esgotam na superfície conceitual e que a formulação de um conceito está relacionada à forma como esse se constitui e se desenvolve no meio social.

A partir desta premissa, apropria-se da seguinte reflexão: “há poucas palavras tão confusas quanto raça” (SANTOS, 2005, p.11). Deste modo, retoma-se a análise de que ao questionar o próprio conceito de raça, toma-se como resposta o “depende”, como bem pontuou Guimarães, já que esse conceito tem dependência com os processos históricos, contextuais e ideológicos, incumbido pelas obscuridades do termo e seus desdobramentos. (GUIMARÃES, 2005)

E, neste ponto, questiona-se: Será que é legítimo negar um conceito a palavra raça? Ou é necessário teorizar a palavra “raça” como um construto social?

Para uma melhor compreensão acerca dos questionamentos declinados, declina a posição de Guimarães:

construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas. (GUIMARÃES, 2005, p. 67)

E, neste ponto, a pesquisa questiona: Ao negar a própria compreensão e categorização para a palavra “raça”, isto constituiria um regresso à lógica anterior da negação do próprio racismo no Brasil?

Nesse prumo, esboça-se que, ao contrário do se preconiza, não é tormentoso, nem muito menos obscuro o reconhecimento do racismo no Brasil, basta trazer à baila discursos ocorridos nas relações intersubjetivas e sociais, bem como nos diversos meios de comunicação e até mesmo no meio acadêmico, para se admitir que o Brasil é, sim, um país racista e que, ao contrario do que simboliza,

aceita discursos racista de variadas formas, mas sempre sob o manto da “democracia racial” e do tom de “brincadeira” nas suas colocações!

Neste viés, torna-se necessário a apresentação de Gonzales acerca deste cenário retratado:

Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de que? [...] Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos)? Por que será que tudo aquilo que incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem o “preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALES, 1984, p.237-238)

Sendo assim, não se pode negligenciar o estudo acerca dos impactos negativos da própria palavra “raça” e todas as suas implicações sociais, bem como perquirir o lado positivo na categorização, como forma de afirmação do próprio direito.

Neste norte, é preciso refletir e problematizar que se é por meio da raça que o racismo se aflora, conseqüentemente, a própria reflexão crítica acerca destas expressões e seus possíveis questionamentos sobrelevam a necessidade do fortalecimento da luta contra os discursos e as práticas racistas.

Como levantar o discurso racista como um problema, se a própria Constituição simboliza a igualdade racial, e, ainda, traz, no seu texto, a criminalização do racismo, enunciando este como crime inafiançável. Para mais certeza de um cenário extremamente favorável, toma-se que o Estado brasileiro colocou entre seus objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, bem como a promoção do acesso à todos, apartado de qualquer tipo de discriminação.

Em uma breve leitura da Constituição Federal de 1988 resta clarividente o seu compromisso ativo em promover a igualdade e a sua luta contra qualquer tipo de preconceito, demonstrando, assim, que diferente do sistema americano, o Estado tem uma posição ativa e não se escora na neutralidade para a efetivação dos direitos ali consagrados.

Sem sombra de dúvidas, as disposições constitucionais simbolizam a construção de um cenário ideal e a falsa impressão de uma paz racial, mas que na verdade vela preconceitos e discriminações à “raça” negra, desta feita, torna-se essencial uma análise mais precisa dos discursos e das práticas sociais comuns em nosso meio social, já que “discursos (...) são metalinguagens que ensinam as pessoas a viver como pessoas” (BAUMAN, 2001, p. 66).

Nota-se que o próprio Supremo Tribunal Federal<sup>5</sup> teve que enfrentar a discussão acerca da delimitação conceitual da palavra raça.

Traceja que o relator do processo, o Ministro Moreira Alves<sup>6</sup>, decidiu que, do ponto de vista científico, os judeus não constituem uma raça e, portanto, não existiria crime de racismo, entendendo por deferir o pedido de habeas Corpus.(STF, 2003, p. 207-220)

Ou seja, o respectivo relator ignorou a possibilidade da categorização da expressão raça como construção social e se manteve restrito ao aspecto biológico – científico, negando o aspecto histórico e cultural do próprio conceito de “raça” e suas especificidades para o combate quanto a perpetuação e reprodução das práticas racistas.

Envolto a esta questão, torna-se salutar a apresentação de um aspecto crucial exposto no parecer formulado por Celso Lafer<sup>7</sup>, vez que este jurista compreende a impossibilidade de se limitar o crime de racismo ao conceito biológico de raça, eis que isto remeteria ao que o jurista delimitou como o risco do esvaziamento do conteúdo jurídico do preceito constitucional.

Lafer afirma, no tópico 11, do seu parecer que:

O crime de prática do racismo, como concluiu o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, confirmando o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, não se baseia no termo “raça”, que tem conotação pseudocientífica – como adiante se verá com o devido rigor – mas sim nas teorias e concepções que atribuem ao termo raça o fundamento da discriminação, condenada pelo art. 5º, LXII, da Constituição de 1988. (Lafer, 2004, p.9)

<sup>5</sup>Em sessão realizada no dia 17.9.2003, o Supremo Tribunal Federal, trouxe a discussão o termo raça e, por maioria, indeferiu o *habeas corpus* (DJ de 19.3.2004).

<sup>6</sup> Extraído do Relatório elaborado pelo Min. Moreira Alves

<sup>7</sup> Parecer apresentado e aceito pelo STF na condição de "amicuscuriae" no julgamento do caso Ellwanger - HC 82424/RS

Em leitura ao respectivo parecer, denota que Celso Lafer traz decisões de outras Cortes acerca do assunto, como por exemplo, o caso decidido pela Suprema Corte dos EUA, em 18 de maio de 1987 que tinha como ponto nodal a argumentação que “não sendo os judeus um grupo racial distinto, não estavam cobertos pela tutela prevista pela legislação norte-americana de 1982”. (LAFER, 2004)

O fato foi combatido, segundo as palavras de Lafer:

Conforme se verifica, com as peculiaridades próprias do direito norte-americano e do seu sistema judiciário, a decisão da Suprema Corte dos EUA procurou dar – e deu – o maior e não o menor conteúdo jurídico ao valor tutelado – a dignidade da pessoa humana e a repressão à prática do racismo, positivada pela legislação voltada para o combate à discriminação racial. Conferiu ao termo “raça” uma interpretação condizente com a intenção do legislador. (LAFER, 2004, p.13)

Também, trouxe para análise o caso o decidido pela Câmara dos Lordes, em 1983 – *Mandla and another vs Dowell Lee and another*, o qual Lafer apontou, de igual maneira, a existência de uma interpretação adequada ao contexto:

Como se vê, a Câmara dos Lordes, ao tratar do problema da discriminação racial, atribuiu ao termo raça sua dimensão histórico-cultural, da qual provêm as práticas discriminatórias, dela explicitamente excluindo sua dimensão biológico-científica. Neste sentido, a decisão respalda os argumentos deste parecer, de que não é na raça –pois só existe uma raça humana –, mas nas práticas discriminatórias do racismo, que são histórico-político-culturais, que reside o caminho para a correta interpretação e aplicação do art. 5º, LXII, da Constituição de 1988 e a sua correspondente legislação infraconstitucional. (LAFER, 2004, p.14)

Observa-se que não é objetivo, deste item, debruçar-se no estudo, pormenorizado do “caso Ellwanger”, mas trazer a análise a questão referente a expressão “raça”, dando voz a problemática que esta palavra ecoa no próprio sistema jurídico.

Sem sombra de dúvidas, se mostra essencial a transcrição de alguns entendimentos enunciados pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, como forma de incitar a própria reflexão acerca da dimensão axiológica da palavra “raça” e seu viés epistemológico, face ao interesse teórico pelo seu estudo.

Neste ponto, nota-se que no julgamento do Habeas Corpus, após o pedido de vistas pelo Ministro Maurício Corrêa (STF, 2003, 221-228), este expôs um trecho do seu voto da seguinte maneira: “A divisão dos seres humanos em raças decorre

de um processo político-social originado da intolerância dos homens. Disso resultou o preconceito racial. Não existindo base científica para a divisão do homem em raças (...) (STF, 2003, p.235).

Outro Ministro que, também, declinou acerca da delimitação conceitual e estrutural da palavra raça foi o Ministro Gilmar Mendes que, concluiu que "enquanto fenômeno social e histórico complexo, não pode ter o seu conceito jurídico delineado a partir do referencial 'raça'" e que "cuida-se aqui de um conceito pseudo-científico notoriamente superado", e, ainda, afirmando que "Não estão superadas, porém, as manifestações racistas aqui entendidas como aquelas manifestações discriminatórias assentes em referências de índole racial (cor, religião, aspectos étnicos, nacionalidade, etc.)". (STF, 2003, p. 312-346).

Desta feita, percebe-se que o Ministro não se isentou de se manifestar acerca do caráter racista do antissemitismo, bem como, pontuou acerca da colisão entre direitos fundamentais, de um lado o direito à liberdade de expressão e de outro a dignidade humana, utilizando-se do princípio da proporcionalidade para a solução do caso concreto em análise. Fato este que será objeto de uma reflexão crítica no capítulo terceiro, vez que a maioria dos Ministros utilizou da racionalidade da ponderação para desenvolver uma resposta ao caso.

Pontuou, também, acerca da expressão "raça" a Ministra Ellen Gracie ao afirmar que o conceito de "raça" não poderia ser analisado sob um viés científico, eis que esta distinção, entre seres humanos, é inexistente, citando, inclusive a Bíblia - para justificar tal entendimento. (STF, 2003, p. 425-431).

Em contrapartida, o Ministro Carlos Ayres Britto não se alongou na delimitação conceitual da expressão "raça", mas trouxe fundamentos que serão objeto de análise no capítulo 3 desta pesquisa, já que declina um paralelo entre a liberdade empresarial e a livre iniciativa, como fundamentos da Constituição, bem como declina que o autor possibilitava a reflexão crítica do leitor, não incitando ódio e, nas palavras de Ayres Britto: "não é crime tecer uma ideologia" (STF, 2003, p. 509-520).

Certo que a análise dos votos dos Ministros referentes ao "Caso Ellwanger" será explicitado no capítulo terceiro, mas é interessantes destacar a inserção de posições distintas e eminentemente valorativa ao caso em questão, fato este criticado por inúmeros autores constitucionalistas.



Dentro de tudo que fora exposto, é forçoso concluir o campo espinhoso que é a delimitação conceitual e estrutural da expressão raça e a sua influência na coerência sistêmica do próprio Sistema Jurídico, já que é inquestionável, do ponto de vista científico a inexistência de divisões ou classificações de raça para os seres humanos, sendo discutível a possibilidade de se declinar a palavra “raça” como uma construção histórico-social.

Reitera-se, novamente, que o estudo comparativo e reflexivo do caso Ellwanger será objeto de análise no capítulo terceiro, tendo feito, nos parágrafos acima, apenas uma reflexão pontual acerca da expressão “raça” dentro de sua vicissitude e pormenores.

Neste embalo, a pesquisa se torna importante por contestar este cenário idealizado e problematizar as questões gerais que estruturam as máscaras discursivas que fomentam a continuação e a neutralidade nos discursos de ódio racial.

Neste ponto, indaga-se: É possível dizer que, no Brasil, o discurso de harmonia étnico-racial vela práticas discursivas e sociais discriminatórias e racistas seculares que constroem identidades subalternas para os negros? Qual a razão para o silêncio acerca da existência de práticas discursivas e sociais racistas, ou seja, o discurso de ódio na perspectiva racial? Será que a própria questão a respeito da amplitude e delimitação da palavra raça não vela o próprio racismo?

Deste modo, é forçoso concluir que pensar na delimitação da palavra “raça” e o racismo não é uma missão tranquila, porque, no Brasil, o racismo, dentro do seu contexto social, se encobre em várias perspectivas, e uma delas é o discurso!

### **2.3A construção do preconceito e a visibilidade da discriminação e do racismo**

Ao tratar sobre o tema discurso de ódio sob a perspectiva racial é relevante ingressar em um caminho ardiloso e essencial: que é a construção do preconceito e a visibilidade do racismo e da discriminação racial.

Na intenção de cunhar uma reflexão fluente, apresenta-se a distinção entre os termos preconceito, discriminação e racismo. Tal distinção torna-se fundante para a própria delimitação prática do discurso de ódio racial.

Neste ponto, torna-se irretorquível trazer os dizeres de Oliveira acerca da existência de uma distinção entre as três expressões acima, e com base nisso,

afirma que o racismo deve ser visto como uma construção material e simbólica que justifica e legitima as desigualdades sociais; preconceitos são ideias, opiniões que se formam no seio social e a discriminação origina-se de práticas pontuais e sistemáticas que se reproduzem no espaço das relações cotidianas. (OLIVEIRA, 1994)

E com base nisto, é possível questionar se o preconceito sempre se manifesta em atitudes discriminatórias? Usualmente, o preconceito está ligado a uma postura ou a uma ideia pré-concebida constituída, ou seja, o preconceito se eterniza no mundo das ideias e as pessoas podem se utilizar de seus (pré) conceitos para praticar a discriminação.

Ao iniciar a leitura deste item, o leitor pode se questionar as razões destes três elementos para o estudo do tema discurso de ódio racial, sendo viável expor a relação do tema e dos três elementos para uma melhor compreensão do caminho proposto para o respectivo estudo.

Neste intuito, alinha-se que para compreender o discurso de ódio racial é necessário, previamente, (re) conhecer os três elementos declinados no tópico em análise e a sua visibilidade prática, bem como a sua inter-relação com o ato de fala e sua estruturação no discurso, dando azo a construção do desenho referente as formas de incitações de ódio racial.

É irretorquível que ao olhar para a palavra preconceito, toma-se a sensação, sob um prisma automático, de algo negativo, sem mesmo haver, antes, uma reflexão acerca de uma compreensão da própria palavra preconceito.

Neste embalo, torna-se oportuno trazer a ideia da essencialidade do preconceito, proposta por Hanna Arendt:

(...)nenhum homem pode viver sem preconceitos, não apenas porque não teria inteligência ou conhecimento suficiente para julgar de novo tudo que exigisse um juízo seu no decorrer de sua vida, mas sim porque tal falta de preconceito requereria um estado de alerta sobre-humano. Por isso, a política tem de lidar sempre e em toda parte com o esclarecimento e com a dispersão de preconceitos, o que não significa tratar-se, no caso de uma educação para a perda de preconceitos, nem que aqueles que se esforcem para fazer tal esclarecimento sejam livres de preconceitos. A dimensão do estado de alerta e abertura para o mundo determina o nível político e o caráter geral de uma época; mas não se pode imaginar nenhuma época na qual os homens não pudessem reincidir e confiar em seus preconceitos para amplas áreas de juízo e decisão. É evidente que essa justificação do preconceito enquanto medida do juízo dentro da vida cotidiana tem seus limites. Ela só vale para os verdadeiros preconceitos, quer dizer, para aqueles que não afirmem ser juízos. Os verdadeiros preconceitos podem

ser reconhecidos, em geral, porque recorrem despreocupadamente a um "dizem", "acham", sem que, é claro, essa apelação precise ser apresentada de maneira expressa. Os preconceitos não são idiosincrasias pessoais que, apesar da impossibilidade permanente de sua indemonstrabilidade, sempre remontam a uma experiência pessoal dentro da qual persiste a evidência de percepções sensoriais. Os preconceitos jamais têm essa evidência, nem mesmo para aqueles a eles submetidos por falta de experiência. Em contrapartida, como não são ligados a pessoas, podem facilmente contar com o assentimento de outras, grandes esforços de convencimento. (ARENDT, 1993, p.10)

Ou seja, é impossível elaborar juízos originais sobre todas as questões sem haver influências das próprias experiências de vida, sendo, essencial, recorrer ao passado.

O preconceito está mergulhado no mundo empírico, na experiência e isto fomenta a própria ideia de força, por ter a sua raiz no passado e se justificar nas suas próprias experiências.

A importância do estudo do preconceito interessa, neste trabalho, vez que perpassa a própria ideia de apropriação indevida do passado, consoante desenvolve Arendt em sua obra:

Quando se quer difundir preconceitos, é preciso sempre descobrir primeiro o juízo anterior neles contido, ou seja, identificar seu conteúdo original de verdade. Se porventura se passar ao largo disso, batalhões inteiros de oradores esclarecidos e bibliotecas inteiras nada podem conseguir, como mostram com clareza os infintos esforços infinitamente infrutíferos em relação a problemas sobrecarregados de preconceitos mais antigos e radicados, como é o caso dos negros nos Estados Unidos ou o problema dos judeus. (ARENDT, 1993, p.11)

O preconceito racial é um grande exemplo disso, eis que desenvolve a pré-compreensão da inferioridade da "raça" negra, enraizando assim "as verdades do passado" como "conteúdo original de verdade", dando azo, assim, aos (pré) conceitos que estruturam a própria discriminação na realidade prática e que possibilitam as várias formas de incitação do ódio racial.

O discurso do ódio racial não é inato e não nasce no futuro, mas sim nas raízes do passado e isto só é possível pelo "quebra cabeça *inside*", em que as pessoas são controladas como peças essenciais para carregar no seu íntimo os preconceitos construídos no passado, o que enaltecerá a sua visibilidade prática no futuro.

Ora, a discriminação não nasce sem um preconceito e o ódio racial não entra em ebulição pelo simples desejo individual, sendo certo, então, que o passado

é o verdadeiro sentido que fomenta a violência e faz externar o ódio, estereotipização e inferiorização de outro ser.

Ante ao fato acima declinado, pode-se mergulhar na reflexão acerca da seguinte questão: Qual a ligação entre a construção do preconceito e a visibilidade de um discurso que incite o ódio racial?

Antes de iniciar, contudo, deve-se propor a própria reflexão a questão enunciada, torna-se imperioso reconstituir, ainda que brevemente, a mudança de problemática do anti-racismo, já que a própria realidade é mascarada dando azo a legitimidade na propagação deste ódio.

Um ponto que se faz importante, nesta parte da pesquisa, é o de percorrer o caminho do discurso sob o viés da invisibilidade das discriminações e do racismo, já que o discurso, muitas vezes, se legitima com base na “falsa” compreensão de “tolerância” e no mito acerca da existência de uma democracia racial.

O que significa dizer, contudo, que o discurso tem alta relevância tanto para a construção do preconceito como para (in)visibilidade das discriminações e do racismo. É certo que no mundo ocidental ostenta-se pelos valores fundamentais - da tolerância e da igualdade de direitos e, conseqüentemente, ofusca o preconceito e a desigualdade racial.

Neste embalo, questiona-se: Qual a estratégia que possibilita esta invisibilidade e a própria manutenção de práticas racistas? Neste ponto, nas teias argumentativas de Teun Van Dijk torna-se salutar proceder em um estudo acerca do discurso assumindo o papel de responsável pela reprodução social dos mecanismos sócio-cognitivos que permitem também a manutenção das demais práticas racistas. (VAN DIJK, 1993)

Teun Van Dijk explica a importância da análise do discurso no estudo do racismo:

- (1) O racismo também se manifesta no discurso e na comunicação, frequentemente em relação com outras práticas sociais de opressão e exclusão, e (2) as cognições sociais que subjazem essas práticas são

fortemente formadas por meio da comunicação discursiva no interior do grupo dominante. (VAN DIJK, 1993, p. 13)<sup>8</sup>.

O que se verifica na obra de Van Dijk é que o racismo não se restringe a uma questão individual, eis que o racismo não é inato, mas apreendido em um processo discursivo, tendo como base a própria história, os livros, a literatura e todos os processos comunicativos que alimentam a reprodução de valores e ideias para a sociedade.

No mesmo caminho e com exata precisão Martiniano Silva enuncia:

Discriminamos o fenótipo negro ou indígena não porque o “preconceito” nos leva gratuitamente a isso, mas porque ele simboliza todo um ser cultural, espiritual, ontológico, que consideramos inferior. Neste sentido, não há nenhuma distinção entre preconceito de “marca” e de “origem”. A marca é simplesmente o signo da origem, e é através da marca que a origem é discriminada, sendo ela, e não o fenótipo em si, o alvo do preconceito. Estamos vendo como o racismo –que é toda a meta de destruição global de um povo – vem alcançando os seus objetivos, com base em técnicas cujos nomes não importam. (SILVA, 1995, p.23)

Ou seja, é irretorquível a necessidade de retirar o “racismo”, a “discriminação” dentro de um contexto individual, sendo inegável a importância destes elementos dentro de uma concepção social.

Por esta razão, não há como ser recusado a afirmação feita por Van Dijk que o sistema de dominação étnico tem como base as relações entre grupos e que os discursos e atos de discriminação não devem ser analisados sob o viés do indivíduo. (VAN DIJK, 1993)

Para este autor, a natureza intergrupar do racismo indica a necessidade de que sejam praticados atos por membros de um grupo contra outro grupo, sendo assim, torna-se importante a reflexão de que as atitudes discriminatórias praticadas não estão ligadas as personalidades individuais, mas a normas culturais e sociais, valores e ideologias do grupo dominante. (VAN DIJK, 1993).

A par disto, impende declinar que o autor demonstra a importância do discurso nas práticas racistas, já que o discurso racista se mostra essencial por ser

---

<sup>8</sup>Trecho original: “(1) Racism also manifests itself in discourse and communication, often in relation with other social practices of oppression and exclusion, and (2) the social cognitions that underlie these practices are largely shaped through discursive communication within the dominant white group”(VAN DIJK, 1993, p. 13).

um meio de reprodução cujo objetivo principal é o de legitimar e manter a posição de dominação do grupo branco.

Van Dijk enuncia vez que a dominação de um grupo sobre outro possui duas dimensões: a cognitiva e a social, já que o discurso tem o condão de influenciar tanto a esfera social como a esfera individual do outro. (VAN DIJK, 1993)

A reprodução social envolve “(...) a continuidade das mesmas estruturas, nomeadamente como um resultado de processo ativos, como é o caso de uma cultura ou classe ou, de fato, de todo o próprio sistema social” (VAN DIJK, 1993, p. 25)<sup>9</sup>.

À guisa de exemplificação, cita-se o exemplo da igualdade racial enunciada pelo autor Van Dijk para demonstrar a força do ato reprodutivo, e neste viés lança a reflexão que alimenta o seu próprio posicionamento: a inércia e a apatia das pessoas ou grupo contra o racismo denotam uma perpetuação do próprio sistema racista. (VAN DIJK, 1993).

Neste viés, é imperioso salientar que o discurso racista pode ser dividido em duas modalidades: (1) discurso racista dirigido ao outro etnicamente diferente; ou (2) discurso racista sobre o outro etnicamente diferente (VAN DIJK, 1993).

O discurso racista dirigido ao outro tem como fito provocar a relação entre indivíduos do grupo dominante e do grupo contra o qual o racismo é dirigido. Em contrapartida, o discurso racista sobre o outro tem como foco a instigação interna entre os membros do próprio grupo, tendo como escora a reprodução das ideias e “verdades” que sustentam a manutenção do sistema de dominação racista de um grupo sobre outro. Com isto, torna-se essencial para uma melhor exploração da temática, trazer como foco a análise desta última forma de discurso por ser o âmago dos estudos de Van Dijk. . (VAN DIJK, 1993).

Deste modo, a intenção deste item é demonstrar as influências das redes sociais que desenham um discurso que fomentam a reprodução dos preconceitos étnico-raciais, ideologias racistas e a discriminação dos outros.

---

<sup>9</sup>Tradução da autora. Trecho original: “(...) the continuity of the same structures, namely as a result of active processes, as is the case of a culture or class or, indeed, of the whole social system itself” (VAN DIJK, 1993, p. 25).

Para melhor estudo acerca deste poder de influência, quando não de persuasão, torna-se salutar entender o poder do discurso na própria construção do preconceito e na visibilidade da discriminação racial e no racismo.

## **2.4 Acepção teórica do Discurso de ódio e o resgate de uma proteção esquecida**

Inicialmente, é mister apontar que o respectivo tópico tem como objetivo apresentar noções gerais acerca do instituto que é tão amplamente discutidos no direito comparado, mas esquecido no seio do ordenamento jurídico brasileiro.

Caminhar na busca de uma delimitação estrutural e normativa acerca deste instituto é caminhar na abstração, na própria ideologia de uma possível proteção! A cegueira impede a efetiva proteção a um direito esquecido, maculado e efetivamente mascarado.

Amplamente discutido e conhecido pela sua expressão em inglês “Hate speech” compreende uma forma de discurso (verbal ou não verbal) que estimula a violência entre as pessoas, bem como a promoção de ódio e/ou dominação entre as pessoas.

Neste viés, torna-se oportuno declinar que o discurso de ódio é estudado e definido por diversos países, sendo que estes já se posicionaram acerca da interferência ou não do Estado no combate ao próprio discurso de ódio (SARMENTO, 2006).

Para tanto, desde já, torna-se imprescindível declinar as palavras do Professor de Direito Público e Filosofia do Direito da Universidade de Heidelberg – Alemanha - Winfried Brugger:

De modo geral, nem o direito constitucional moderno nem o direito internacional permite ou proíbe o discurso do ódio de maneira consistente. Na comunidade mundial, tal discurso às vezes é protegido, às vezes não. Entretanto, o discurso do ódio é muito mais protegido nos Estados Unidos do que na Alemanha, Europa, Canadá e na maioria dos países com constituições modernas. Na jurisprudência dominante americana, a liberdade de expressão, nela incluído o direito de expressar mensagens de ódio, é um direito prioritário que normalmente prevalece sobre interesses contrapostos de dignidade, honra, civilidade e igualdade. Nos Estados Unidos, o discurso do ódio é visto integralmente como uma forma de discurso, e não de conduta, apesar do fato de que tal discurso possa ser verdadeiramente doloroso para outros. O direito internacional e a maioria dos ordenamentos jurídicos não-americanos atribuem maior proteção à dignidade, honra e igualdade dos destinatários do discurso do ódio. (BRUGGER, 2007, p.118)

Dentro deste cenário, qual o melhor conceito para delimitação do que vem a ser discurso de ódio? A ânsia pelo estudo acerca do instituto remete a necessidade de perquirir a delimitação conceitual.

Brugger (2007, p. 118) declinou, de forma incisiva: “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas.

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug define o discurso de ódio como “ a manifestação de idéias que incitam à discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos”(MEYER-PFLUG, 2009, p.97)

Nota-se que Rosenfeld, ao definir o que vem a ser “hate speech” subdivide em “hate speech” em “hate speech in form” e hate speech in substance”. Desta forma, tanto Rosenfeld como Brugger englobam no conceito de discurso de ódio tanto a sua manifestação expressa como a implícita.

E neste ponto o Brugger, ainda, aponta a diversidade de tratamento de tal discurso no sistema americano e alemão e isto denota a influência no tratamento do discurso em decorrência do contexto cultural, histórico e social de cada país.

Teun Van Dijk, também, aponta para a delimitação ampla acerca do discurso de ódio, ao demonstrar nos discursos de ódio sob a perspectiva racial a existência de um discurso implícito, mas que sobreleva a manutenção e a perpetuação de práticas racistas.

Com base nisto, cita-se a necessidade de um estudo da posição de Van Dijk, teórico que desenvolveu um estudo específico acerca da análise do discurso racista nos países da América Latina, e demonstrou que o discurso exerce o controle sobre as práticas sociais e as mentes daqueles que estão sendo controlados, ou seja, tem um poder de dominação e ingerência na parte cognitiva e social. (VAN DIJK, 2016)

E, por conta disso, torna-se irretorquível a indagação feita por Brugger (2007, p.120) “Como podem surgir juízos tão diferentes sobre o mesmo discurso?”. Isto demonstra a importância acerca da análise do contexto para uma melhor visão jurídica e social.



Neste paralelo, cita-se a constatação feita na obra de Van Dijk que denuncia como o contexto brasileiro se comporta frente aos discursos racistas nos diversos veículos midiáticos, apontando quatro particularidades notáveis:

- a) A sub-representação do negro nos diversos meios é tônica.
- b) O silenciamento das mídias sobre as desigualdades raciais é constante. O silêncio exerce um duplo papel: o de negar os processos de discriminação racial, buscando ocultar a racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que propõe uma homogeneidade cultural ao “brasileiro”.
- c) O branco é tratado, nos diversos meios discursivos, como representante natural da espécie. As características do branco são tidas como a norma da humanidade. (...) Em diversos meios midiáticos, o público foi discursivamente constituído como supostamente branco.
- d) (...) A estereotipia foi particularmente notada na associação do negro com criminalidade em jornais, literatura e cinema; no desempenho de funções socialmente desvalorizadas na televisão, literatura infantojuvenil e livros didáticos. (VAN DIJK, 2016, p.82)

Ao ler a entrevista de Teun Van Dijk<sup>10</sup> acerca do discurso racista, torna-se importante destacar a sua afirmação quanto a nomenclatura “discurso de ódio”, ou melhor – hate speech:

o tengo una propuesta diferente. Es muy común hablar del discurso del odio (*hate speech*, en inglés) pero el problema con esa descripción es que parece que sólo tiene que ver con pura emoción, con una sensación, pero el discurso del odio no es algo que sólo tiene que ver con eso, puede ser algo muy racional, algo muy cerebral, puede ser una manera muy esquemática para excluir y hasta para matar personas. Yo prefiero hablar de discurso racista, xenófobo o contra la mujer, que no es una cuestión de emoción sino de ideología, de creencia de las personas; es una cuestión totalmente diferente. Nunca uso el *hate speech*”, dice. (SÁNCHEZ -26.11.2016)<sup>11</sup>

Ora, o que se pode perquirir na afirmação posta é que muitas vezes se vela o discurso de ódio racial por meio de “falsas” impressões ideológicas, já que a complexidade do tema não se restringe ao insulto, violência ou agressão “expressa”. Ora, isto só possibilita enraizar, ainda mais, a convicção ideológica reproduzida, acriticamente, de que o Brasil é um país que estampa igualdade racial, respeito e tolerância aos afrodescendentes.

<sup>10</sup>Jornal online Excelsior no México. Acesso em 24.07.2017 -<http://www.excelsior.com.mx/expresiones>

<sup>11</sup>Tradução autora: “Eu tenho uma proposta diferente. É muito comum falar de discurso de ódio (discurso de ódio, em Inglês), mas o problema com essa descrição é que parece que só tem a ver com a emoção pura, sentimento, mas o discurso do ódio não é algo que apenas tem a ver com isso, ele pode ser muito racional, muito cerebral, pode ser uma maneira muito esquemática para excluir e até mesmo matar pessoas. Eu prefiro falar de carácter racista, xenófobo ou contra as mulheres, o que não é uma questão de emoção, mas da ideologia, crença do discurso de pessoas; É um assunto completamente diferente. Eu nunca uso o discurso do ódio”, diz ele.

O que precisa ser deixado claro neste item é que existem inúmeras concepções e acepções doutrinárias acerca do discurso de ódio, mas isto não significa dizer que uma é certa e as outras são equivocadas, vez que tudo vai depender do sistema em análise e, especificadamente, do contexto social e jurídico ali presente, sendo inegável que nos discursos que causem dano ou ofensa efetiva esta concepção se posicionará de forma unânime, quanto a vedação do respectivo discurso.

Neste viés, mergulha-se na convulsionada reflexão e comparação entre os sistemas Norte-Americano e Alemão, como forma de perquirir, de forma coerente, as influências ou não sobre o próprio sistema brasileiro, mas sem delongas nem embaraços, eis que este tópico se resume as noções gerais e a temática da pesquisa se restringe ao sistema brasileiro.

Para Brugger diferente do que é tratado pelos progressistas americanos, ao tomar como crítica o sistema alemão, reverbera que, na Alemanha, também, existe a proteção constitucional a liberdade de expressão, no entanto, fundamenta que o sistema alemão criminaliza as condutas ofensivas, por meio de um Código Penal Federal e por meio de outros instrumentos dos outros ramos do direito que viabilizam para a Corte Constitucional Alemã mecanismos de restrições à liberdade de expressão. (BRUGGER, 2007).

Aqui já refulge o olhar da inquietação do leitor: Como o autor e professor fundamenta a proteção constitucional a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, justifica no próprio sistema a existência de restrições a própria liberdade de expressão?

Neste embate, aduz que a Corte Constitucional Federal da Alemanha desenvolveu regras de ponderação, o que foi verificado por Brugger ao declinar uma decisão da referida Corte:

A liberdade de expressão de maneira nenhuma tem sempre precedência sobre a proteção da personalidade [...]. Ao contrário, quando a manifestação de uma opinião tem que ser vista como um crime formal de insulto ou de difamação, a proteção da personalidade vem, rotineiramente, antes da liberdade de expressão [...]. Quando a manifestação de uma opinião está ligada a afirmações de fatos, a devida proteção pode depender da verdade subjacente dos supostos fatos. Se essas afirmações forem provadas falsas, a liberdade de expressão irá rotineiramente ceder à proteção da personalidade [...]. Se não forem falsas, a questão é qual o interesse jurídico que merece proteção no caso concreto. Mesmo nesse caso, deve ser recordado que a presunção em favor da liberdade de

expressão se aplica com relação a questões de essencial importância para o público. (BRUGGER, 2007, p.122)

O que se verifica no entendimento do autor é pela impossibilidade de sobreposição da liberdade de expressão em relação aos outros direitos e valores constitucionais, e isto é o grande ponto de divergência com a jurisprudência americana, entretanto, tais fatos não insinuam uma ausência de proteção constitucional ao direito a liberdade de expressão no sistema alemão. (BRUGGER, 2007).

Neste viés, é importante destacar as próprias palavras de Brugger:

Um motivo para essa divergência baseia-se na diferença dos textos das constituições das duas nações. Nos Estados Unidos, a liberdade de expressão é o primeiro direito elencado na Declaração de Direitos, enquanto, na Alemanha, está prevista no art. 5º da Constituição alemã; ademais, há limitações explícitas ao princípio alemão da liberdade de expressão, ao passo que não há limitações expressas à Primeira Emenda na Constituição dos Estados Unidos. (BRUGGER, 2007, p.123)

No mesmo sentido, Robert A. Sedler (2016, p.89) declinou que o direito à liberdade de expressão é um direito de natureza fundamental nos Estados Unidos e possui um valor “que foi produto da nossa própria história e experiência, e um valor que reflete na cultura americana”.

Como também, o próprio autor, acima citado, traz como comparativo o caso da Alemanha, ao fundamentar a intolerância a qualquer forma de discurso de ódio. (SEDLER, 2016)

Neste passo, é interessante que transcrever a ideia declinada por Brugger de que apesar da Alemanha não olhar a liberdade de expressão sob a mesma ótica americana, ela não se fecha na proteção do respectivo direito:

Embora a liberdade de expressão não seja, em regra, um direito prevalecente na Alemanha, ela possui o status de direito de especial importância devido às funções a que serve. A Corte alemã tem mencionado as famosas razões de decidir americanas sobre a importância do discurso e, aparentemente, trabalha em uma abordagem em dois níveis. A Corte alemã reconhece a especial importância da liberdade de expressão na formação de opiniões que, por sua vez, são vitais para a autonomia do orador independentemente das consequências. A Corte alemã também reconhece a importância da livre troca de informações e idéias para sustentar a busca da verdade, legitimar a democracia, ajudar a tomada de decisões em assuntos privados e públicos e eliminar a necessidade de recorrer à violência física (BRUGGER, 2007, p. 123).

O que preconiza Brugger (2007, p.136) é que tanto o sistema americano como o sistema alemão possui seus embaraços, já que se denota que “sistema jurídico americano proíbe o discurso de ódio o mais tarde possível – apenas quando há o perigo iminente de atos ilícitos. A jurisprudência alemã coíbe o discurso do ódio o mais cedo possível.”

Dentro deste cenário comparativo, urge indagar acerca do sistema jurídico brasileiro: E o sistema brasileiro segue o modelo americano, o modelo europeu, modelo híbrido ou o seu próprio modelo?

Nas palavras de De Lucca e de Meyer-Pflug o direito à liberdade de se expressar, não pode ser realizado de forma absoluta, devendo ser perquirido os demais direitos e garantias constitucionais envolvidos, sendo dito pelos estudiosos acima citados, que a própria Constituição Federal de 1988 traz as possíveis restrições ao direito fundamental à liberdade de expressão. (DE LUCCA; MEYER-PFLUG, 2016 )

E, neste ponto, declina os limites expressamente enunciados no texto constitucional: “São eles: a vedação ao anonimato, o direito de resposta, a garantia à intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, bem como a possibilidade de indenização por danos morais e materiais decorrentes de sua violação.” (DE LUCCA; MEYER-PFLUG, 2016 p.2)

Dentro deste cenário, resta inquestionável a vedação pela Constituição Federal aos discursos de natureza ofensiva, mais especificadamente, racistas, vez que consta expressamente a restrição ao direito a liberdade de se expressar em caso de ofensa a honra e a imagem.

Nada é tão gratificante como se arriscar na problematização de um discurso velado e se atrever aos enigmas encontrados, isto é o grande significado da pesquisa e por conta disso o estudo trilha não só o caminho do discurso ofensivo, mas, também, aprofunda-se nas sombras dos discursos que perpetuam e reproduzem práticas racistas.

## **2.5 O Tratamento Internacional acerca do Racismo e a Discriminação racial**

As questões que atormenta e fomenta a presente pesquisa estão interligadas por um fio invisível: a rapidez e a diversidade no que tange ao contexto de uma sociedade plural. E, neste ponto, surge a necessidade de retroceder nos

caminhos que definem as noções acerca do tratamento internacional acerca do tema.

Neste viés, é essencial a seguinte observação: o recorte da pesquisa é o sistema jurídico-social brasileiro e não a análise internacional do tema, mas, para o fim meramente didático e estrutural e para possibilitar uma melhor visão ao leitor, será traçado um breve e pequeno esboço acerca deste tratamento internacional.

Ao iniciar a trajetória que demarca o tratamento internacional acerca das práticas raciais discriminatórias, necessário se faz envolver-se ao contexto histórico internacional para situar a pesquisa ao tema proposto.

Neste prisma, reitera-se, novamente, que o estudo direciona a sua atenção ao Ordenamento Jurídico Brasileiro, mas, ante a relevância de uma análise dedutiva e geral, é imperioso lançar o olhar, de forma superficial, no âmbito internacional para uma melhor compreensão dos caminhos trilhados no contexto interno.

Para perquirir este caminho, impende analisar as principais normas de direito internacional que consolidam o regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial. Neste viés, fomenta o estudo em tratados, conferências e demais documentos, com o intuito de consolidar o reconhecimento internacional.

Conjectura gerada após a Segunda Guerra Mundial emergiu a “incansável” procura pela paz, pelo respeito ao outro e, especialmente, pela tolerância. O principal instrumento internacional que estampa uma maior proteção a esta procura foi Carta das Nações Unidas, realizada pela Organização das Nações Unidas, no ano de 1945. No preâmbulo, a carta já denunciava a expressa menção as palavras igualdade e tolerância.

Sob esta ótica, enfileira-se a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 que ratificou o princípio da igualdade estabelecido na carta, e, ainda, contextualizou, em seu artigo 2º<sup>12</sup> a defesa aos direitos e liberdades sem qualquer discriminação.

Como muito bem pontuou a Profa. Dra. Luciana Aboim Gonçalves da Silva “a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, superando a dicotomia entre liberalismo e socialismo e preconizando a igualdade” (SILVA, 2016, p.588).

---

<sup>12</sup>**Artigo 2;** I) Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

A primeira definição internacional acerca da discriminação racial foi desenhada pela Convenção pela Eliminação de todas as formas de discriminação racial de 1965, sendo esta recepcionada pelo sistema normativo Brasileiro, nos termos da Emenda Constitucional nº 45 de 2004. (SILVA, 2008)

Ao compulsar a história, denota-se que apenas nos anos 90 pode-se deparar com uma dilação mais abrangente acerca da própria temática, mais especificadamente, com a proposta de convocação de um encontro mundial contra o racismo, que tinha como propósito a inserção de um ciclo de conferências mundiais a serem realizadas pelas Nações Unidas. (SILVA, 2008)

Neste norte, em 12 de agosto de 1994 foi aprovada a Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias para a ocorrência do evento mundial o qual se denominou: Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial ou Étnica, a Xenofobia e outras Formas Contemporâneas Correlatas de Intolerância. O fato é, somente, no ano de 1997, houve a confirmação pela Assembleia Geral da ONU, a qual propôs a sua realização com a seguinte denominação: “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata”. (SILVA, 2008)

Com base nisto, destaca-se uma inquietude acerca das razões de se impor a conferência acima declinada como um verdadeiro marco e, por conta disso, questiona-se: qual a razão que remonta a convergência dos olhares a esta conferência? Para desenvolver uma resposta para este questionamento, torna-se imprescindível destelhar o momento histórico ali inserido.

Nota-se que o momento histórico foi, essencialmente, favorável, eis que a preocupação com o regime aparteísta não se constituía empecilho para a abertura de uma análise geral do problema, já que nas conferências mundiais, ocorridas nos anos de 1978 e 1983, o foco maior era o combate ao regime aparteísta vigente na África do Sul. (SILVA, 2008)

Com o fim do apartheid sul-africano, em 1994, a discussão tomou um nível universal e isto possibilitou uma melhor internalização do problema e uma abertura mundial para análise fora do foco “África do Sul”, já que o problema do racismo nunca se restringiu apenas ao contexto “África do Sul”.

Neste embalo, torna-se oportuno trazer a transcrição detalhada feita por Silva:

Em 1994, com a aprovação pela Subcomissão da Resolução 1994/2, a comunidade internacional aparentemente ainda alimentava relativo otimismo em relação às possibilidades concretas de fortalecimento da “paz universal”, um dos propósitos centrais das Nações Unidas. Com o fim do apartheid e a posse de Nelson Mandela como novo Presidente da África do Sul, as Nações Unidas viam-se diante da oportunidade de finalmente poder enfrentar as manifestações de racismo e discriminação racial vigentes no mundo. Na contra-mão desse processo, porém, as tragédias humanitárias ocorridas nos Bálcãs e na região das Grandes Lagos na África Oriental, as crises geradas pelo fracasso do processo de construção de Estados nacionais em diferentes países (Congo, Chade, Uganda, Ruanda, Burundi, Sri Lanka, Serra Leoa, ex-Iugoslávia) e conflitos derivados do legado da Guerra Fria (Somália e Afeganistão) evidenciariam os limites da visão triunfalista quando confrontada à complexidade da realidade mundial. No ambiente intelectual e acadêmico conservador, o otimismo de Fukuyama passou a ser substituído pelo pessimismo ilustrado pela interpretação de Samuel Huntington sobre o que seria o choque de civilizações. Em sua Resolução 54/153, de 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral da ONU expressou sua profunda preocupação em relação ao aumento da violência racial e xenofóbica em diversas partes do mundo, assim como sobre o número crescente de entidades criadas com base em plataformas e ideais racistas e xenofóbicos. Condenou ainda o “uso inadequado da mídia e das novas tecnologias da comunicação escrita, áudio-visual e eletrônica, incluindo a internet, para incitar a violência motivada por ódio racial”. Ao final da década de 90 e princípios de 2000, o contexto internacional que envolvia o processo preparatório da Conferência Mundial de Durban era problemático e substancialmente distinto do vislumbrado no início da década. (SILVA, 2008, p. 93).

Neste viés, surge a Conferência Mundial de Durban traçou um desafio, já que levantava a necessidade de combater o racismo e a discriminação racial dentro dos próprios Estados e, desta forma, a Conferência oferecia uma exposição de como os Estados estavam caminhando para a solução do problema, dando um enfoque na publicidade e no controle, já que possuía plano de ação. (SILVA, 2008)

O que se pode perquirir é a relevância internacional da Conferência de Durban e seu plano de ação, por possibilitar a identificação das vítimas e suas possíveis reparações, as medidas de prevenções, educação e proteção e as estratégias para uma efetividade prática da tão “sonhada” igualdade racial.

Nas palavras de Silva:

A cobertura superficial e negativa da Conferência por determinadas agências de notícia internacionais e setores da imprensa dos Estados Unidos e da Europa Ocidental impediu que o grande público alcançasse visão mais precisa da relevância do evento para número expressivo de pessoas discriminadas no mundo. A excessiva importância atribuída por diversos críticos da Conferência a fatos vinculados ao passado, à reparações e ao Oriente Médio relegou a segundo plano o consenso alcançado em torno de uma série de propostas objetivas destinadas à superação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância no mundo. De fato, determinados Estados e organizações da sociedade civil expuseram um repertório de diferenças e contradições no tratamento de

determinados temas da agenda da Conferência. No entanto, seria um erro reduzir o significado político e as implicações da Conferência da África do Sul – cujos temas centrais diziam respeito a aspectos concretos da vida de centenas de milhões de pessoas - a um conjunto menor de questões polêmicas. Ao final do processo de Durban, a imensa maioria dos Estados rejeitou o uso de linguagem conflitiva e logrou construir um documento equilibrado que introduziu novos conceitos e compromissos consensuais significativos no combate ao racismo e à discriminação. (SILVA, 2008, p.24)

Ou seja, o que se percebe é que, muito embora tenha dado um passo importante, teve que enfrentar os percalços e as abstenções no tratamento e no próprio enfrentamento das questões enunciadas, o que desvirtuou a estratégia principal do combate internacional, mas, por outro lado, ampliou a conscientização e a mobilização, já que a temática estava aprisionada ao espectro das ações políticas dos Estados.

Um ponto interessante e que merece destaque nesta descrição histórica é o ataque de 11 de setembro de 2001 que modificou, incisivamente, os rumos da negociação e do plano de ação. É irretorquível que este acontecimento repercutiu, negativamente, no andamento e nas decisões ou propostas da Conferência de Revisão de Durban, em 2009, vez que alterou o espectro de proteção.

Para uma melhor exposição deste fato, torna-se salutar a transcrição de um trecho do artigo escrito<sup>13</sup> por Bruna Vieira de Paula que comenta sobre a Conferência de Revisão de Durban e mencionam, especificadamente, os dois fatos que bloquearam as negociações, repetindo o que ocorrera em 2001. Neste norte, cita-se a respectiva descrição:

Como ocorrido em Durban em 2001, dois temas bloquearam as negociações. O primeiro consistiu nas reparações pelo tráfico transatlântico de escravos, consideradas insatisfatoriamente resolvidas em Durban pelo Grupo Africano. O segundo era a situação da Palestina e a questão do Holocausto, que opunha, sobretudo, a Organização da Conferência Islâmica (OIC) e a União Européia (UE). Canadá, Israel e Estados Unidos já haviam anunciado que não participariam do processo de revisão, em razão das divergências havidas na Conferência Mundial em 2001 com relação ao tema do Oriente Médio.<sup>14</sup> (DE PAULA, 2017)

Dentro deste aspecto, é imperioso voltar o “olhar” na ótica regional mais, especificadamente, na Conferência Regional Europeia, com o intuito de investigar o seu tratamento neste âmbito regional.

<sup>13</sup> informação obtida no site do Instituto Brasileiro de Relações internacionais

<sup>14</sup> <http://www.ibri-rbpi.org/?p=12429>, acesso em 22.06.2017



Na ótica regional, pode-se afirmar a relevância do documento final e das recomendações provenientes da Conferência Regional Europeia, que foi realizada em Estrasburgo, de 11 a 13 de outubro de 2000 e que, nas palavras de Silva, representou um grande avanço no combate ao racismo, discriminação racial, a xenofobia, o anti-semitismo:

O documento final da Conferência Regional Européia compôs-se de uma declaração política, assinada pelos Ministros do Conselho da Europa, e de recomendações gerais. Na declaração política, os signatários comprometeram-se a prevenir e eliminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, o anti-semitismo (mencionado expressamente na declaração) e a intolerância correlata na Europa e a monitorar e avaliar regularmente ações legais, políticas e educacionais dos Estados-membros nesse domínio. As 60 recomendações gerais, derivadas em parte das conclusões dos quatro grupos de trabalho, foram de natureza prática e referiram-se aos campos nacional, regional e internacional. Uma vez que a Conferência havia sido convocada pelo Conselho da Europa, muitas das recomendações priorizaram ações em nível regional, inclusive as relativas à proteção de minorias, que se tornaram mais importantes e urgentes na região tendo em conta os conflitos nos Bálcãs.

O primeiro parágrafo das recomendações sustentou que os atos de racismo e discriminação racial eram graves violações dos direitos humanos e deviam ser combatidos por todos os meios legais. A Conferência Européia recordou que os direitos humanos aplicavam-se a todos os indivíduos residentes nos territórios dos Estados, independentemente de sua nacionalidade ou situação jurídica. (SILVA, 2008, p. 98 e 99)

Por outro lado, a Conferência Regional das Américas, que aconteceu um ano antes da Conferência Mundial de Durban, teve sua realização nos dias 5 a 7 de dezembro de 2000, na cidade de Santiago do Chile. O que chamou a atenção foi a participação de todos os países do continente, inclusive Canadá e Estados Unidos, apesar de ambos sempre integrarem o chamado “Grupo da Europa Ocidental e Outros” (SILVA, 2008).

Neste embalo, torna-se salutar apresentar os dados importantes definidos na Declaração e no Plano de ação, eis que, no primeiro documento, foi reconhecido como merecedor desta proteção as vítimas de racismo e discriminação racial, tendo seis artigos destinados aos afrodescendentes. E, ainda, quando tratou deste grupo houve expresso reconhecimento acerca da ligação entre a escravidão e a permanência do racismo contra esta parte da população, e destacou, também, como fato vinculante a marginalização, a pobreza e a exclusão a que se encontra submetida a população afrodescendente ao racismo e à discriminação racial nas Américas, sendo que a Declaração mostrou o seu repúdio a utilização da internet como forma de propagação do ódio racial e discriminatório. (SILVA, 2008)

Neste ponto, é mister o destaque na preocupação internacional com a utilização da internet - como meio de propagação do racismo e da discriminação.

O que se percebe ao analisar as reuniões dos Comitês preparatórios, é que alguns grupos se fecham para as negociações, impedindo o avanço nos debates e na confecção dos documentos.

À guisa de exemplo, cita-se o caso do Grupo da Europa Ocidental que buscou prolongar indefinidamente as discussões e impedir a aprovação de parágrafos que estabelecessem relação direta entre o legado da escravidão, do tráfico de escravos e do colonialismo e a permanência do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata no mundo contemporâneo. (SILVA, 2008)

Neste ponto, indaga-se: qual a razão deste embate tão incisivo na ligação entre o legado da escravidão e a permanência do racismo? A resposta sinaliza na preocupação destes países com o aspecto referente a reparação e na perpetuação da manutenção do poder de dominação.

Ou seja, os interesses individuais dos Países estão se sobrepondo a própria realidade, e ao dificultar o debate impede, sobremaneira, a busca de soluções aos atos praticados, gerando, assim, um campo propício para a perpetuação da Impunidade.

Considerando todo este aparato histórico declinado, remonta-se que a proteção e o combate ao racismo e a discriminação racial é campo “limoso” e seu estudo e debate é muito recente na esfera internacional.

Reitera-se, novamente, que a presente pesquisa não tem o propósito de estudar com afinco os caminhos traçados no âmbito internacional, até porque o recorte temático se restringe ao estudo no Ordenamento Jurídico Brasileiro, mas é viável esboçar, neste tópico, apenas uma ideia geral e abrangente deste cenário, para uma melhor compreensão dos possíveis reflexos no sistema brasileiro.

É irretorquível que a falta de comprometimento dos países, especialmente os países que compreendem o Grupo da Europa ocidental, desestabiliza o andamento e a problematização da própria questão no âmbito internacional e isto reflete no plano interno dos demais países.

Neste viés, cita-se as palavras do Marco Antônio Diniz Brandão, quando expressou seu posicionamento no segundo seminário regional preparatório para a Conferência Mundial, em Manaus, no dia 10 de novembro:

Assinalou inicialmente que o combate ao racismo e à discriminação racial era uma preocupação relativamente recente dos governos no plano internacional, uma vez que nascida no pós-guerra com a criação das Nações Unidas. Em sua interpretação, uma das razões pelas quais a diplomacia brasileira se empenhou pelo desenvolvimento de normas internacionais de combate ao racismo foi o fato de o princípio da igualdade racial ser um dos fundamentos constitucionais do Brasil. Para o diplomata brasileiro, o advento da chamada Lei Afonso Arinos, em 20 de julho de 1951, e a atuação internacional de nossa diplomacia contra a discriminação racial, antes mesmo da entrada em vigor da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, qualificariam o Brasil como “pioneiro contra o racismo no mundo” 247. Ressaltou Diniz Brandão a participação ativa do Brasil nas duas primeiras Conferências Mundiais contra o Racismo e a posição da diplomacia brasileira contrária ao *apartheid*. (SILVA, 2008, p.144 e 145)

O que se vislumbra, nesta revisitação histórica específica, é que após a Segunda Guerra Mundial houve interesses, de alguns países, de levar adiante a discussão acerca de como proteger o ser humano e a sua dignidade, mas é inquestionável a repulsa quanto ao reconhecimento dos males da escravidão e a necessidade de se promover um impulsionamento ativo no combate ao racismo e a discriminação.

O que desperta a atenção é que mesmo havendo um simbolismo na própria ideia da proteção internacional as discriminações raciais e ao racismo em nível mundial, é plenamente visível a precariedade na sua efetiva proteção, especialmente quando se trata de sociedades da informação, que a internet se constituiu no principal meio de comunicação.

Neste viés, torna-se oportuno registrar a Convenção Interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância, por ser um instrumento internacional capaz de enaltecer a importância de delimitação teórica acerca do discurso de ódio, que se estrutura tendo como base o próprio direito da antidiscriminação.

Com base nisto, impende refletir acerca da seguinte questão: A Convenção Interamericana é um instrumento que possibilita trazer respostas para a própria caracterização do que vem a ser o discurso de ódio e suas incidências na ordem prática?

Ao compulsar o instrumento internacional verifica-se que este apresenta pontos que indicam uma possibilidade de construção de uma delimitação jurídica

acerca do que vem a ser discurso do ódio, consoante dispõe o artigo 4º da respectiva Convenção<sup>15</sup>.

Nota-se, também, que o artigo 13 da respectiva Convenção vincula o ódio a instigação de práticas preconceituosa e discriminatória e restou omissa quanto a discriminação pura sem a intenção de instigar nenhuma outra prática.

O fato é que embora se trate de um tema que inspira seriedade e cautela, diversas formas de discurso de ódio não atingem a dimensão de gravidade disposta no Artigo 20 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Da mesma forma, deve-se considerar a existência outras tantas formas de discurso derogatório, discriminatório ou demeritório. Não obstante, a única anotação passível da indicação expressa do Artigo 20 é que os Estados estão obrigados a criminalizar as práticas nele contidas (mandados de criminalização e/ou lei penal tipificadora). Em todas as outras hipóteses, enquanto o Estado não estabelece parâmetros para diferenciar os discursos lícitos dos ilícitos, torna-se imperiosa a justificação das proibições e sua regulamentação em conformidade estrita com o Artigo 19 do Pacto<sup>16</sup>

Com dito anteriormente, este tópico não teve o fim de exaurir a temática no âmbito internacional, eis que não faz parte desta pesquisa o estudo incisivo do tema sob uma perspectiva internacional, mas teve o propósito de oferecer uma visão geral acerca da penumbra nas definições e estruturação neste cenário internacional.

---

<sup>15</sup> “Os Estados comprometem-se a prevenir, eliminar, proibir e punir, de acordo com suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, todos os atos e manifestações de discriminação e intolerância, inclusive: I. apoio público ou privado a atividades discriminatórias ou que promovam a intolerância, incluindo seu financiamento; II. publicação, circulação ou difusão, por qualquer forma e/ou meio de comunicação, inclusive a internet, de qualquer material que: a) defenda, promova ou incite o ódio, a discriminação e a intolerância; e b) tolere, justifique ou defenda atos que constituam ou tenham constituído genocídio ou crimes contra a humanidade, conforme definidos pelo Direito Internacional, ou promova ou incite a prática desses atos; III. violência motivada por qualquer um dos critérios estabelecidos no artigo 1.1; [...]” (OEA, 2013).

<sup>16</sup> “Artigo 19 – 1. ninguém poderá ser molestado por suas opiniões. 2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha. 3. O exercício do direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas.”

Por este modo, pode-se refletir que o discurso de ódio sob a perspectiva racial se consolida em um campo teórico fértil para análise e discussão, sendo que as conferências e os planos de ação, ocorridos e acima declinados, tiveram um impacto interessante e incisivo em alguns países, e, especialmente, nas suas legislações internas acerca da proibição da incitação de ódio de natureza racial, mas ainda se mostra incipiente a sua delimitação coesa e uníssona nas legislações e na realidade prática, especialmente sob o espectro do discurso dissimulado e velado.

### **3. O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL, REDES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOB A TOGA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA?**

Inicia-se neste capítulo o caminho necessário para apontar o objetivo principal da presente pesquisa, qual seja, o de demonstrar que os discursos de ódio racial praticados nas redes sociais dissipa os diversos compromissos constitucionais enunciados na Constituição.

Neste ponto, utiliza-se da seguinte indagação: Quais os limites consagrados na Constituição Federal Brasileira no tocante a própria liberdade de expressão? É viável utilizar-se das redes sociais para ofender a honra e a dignidade de outrem?

Para debruçar-se sobre estas questões, optou-se, para fins de sistematização, em subdividir o tema em quatro tópicos distintos: em primeiro lugar, analisar-se-á, à luz das disposições constitucionais, a existência ou não de um ponto cego na respectiva proteção e sobre a indeterminabilidade no “abrigo constitucional”; secundariamente, ainda no que toca à aplicabilidade constitucional, há de se tratar do poder do branqueamento nas redes sociais e que possibilita a manutenção e a perpetuação de práticas racistas; em terceiro lugar, vai se examinar a possibilidade de limites ao direito constitucional da liberdade de expressão, tendo em vista o próprio fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana, e sua correlação com os demais bens de personalidade; e, por fim, abordar-se-á o poder das contra narrativas, como forma de sobrelevar o direito à liberdade de expressão e reconstruir ou desconstruir as raízes racistas, que tendem a manter e a perpetuar as práticas racistas.

#### **3.1 Redes Sociais e Discurso de ódio racial: O ponto cego do discurso e a indeterminabilidade na proteção.**

O Direito deve caminhar no mesmo fluxo de adaptação que compreende a era da informação, sob pena de engessar as relações e perpetuar uma indeterminabilidade na proteção e uma cegueira nos atos praticados ante a própria realidade.

Em capítulos anteriores, já se teve a oportunidade de tecer, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, a necessidade de se garantir uma efetividade prática nas promessas constitucionais dentro das inovações sociais.

Sucede que, conforme há de demonstrar linhas adiante, em determinados casos, o que ocorre é o fortalecimento de uma zona cinzenta de proteção. Ou seja, desvirtua-se os fatos, sob um argumento de proteção e fidelidade constitucional, o que na realidade é uma forma de se dissipar a efetiva proteção em fatos essencialmente velados.

Ora, é plenamente possível a ocorrência de discursos ofensivos consumados de forma estritamente velada. Neste viés, não será possível em análise rastreira dizer que existiu uma ofensa direta a honra, vez que o ato encontra-se encoberto em uma zona cinzenta de proteção.

À guisa de exemplificação, é usual observar no momento atual, especialmente nas redes sociais, a utilização de aplicativos que modificam o tom da pele, a cor dos cabelos, bem como a inserção de imagens que enaltecem o poder do branqueamento. Ao constatar este fato, é certo a inexistência de uma ofensa direta, mas, da mesma forma, é certo que este fato, silenciosamente, contribui para a manutenção e a perpetuação de práticas racistas.

À luz da ordem constitucional, é inconstitucional diferenciar as pessoas por conta da sua cor de pele, bem como propagar a beleza da pele branca, utilizando-se de artifícios que fazem incutir na mente das pessoas a necessidades de não se considerar negro.

E isto é tão verdade, que ao recorrer aos lastros históricos, depara-se com o mito da democracia racial, tão debatido e discutido, mas que enraíza, de forma silente, a perpetuação ou manutenção do racismo. Nesta senda, situa-se que ao negar a própria existência do racismo, nega-se a discussão, a informação e, especialmente o combate as práticas racistas.

A pesquisa aqui desenvolvida tem o fim de discutir a zona cinzenta que emana dos discursos de ódio racial nas redes sociais, tendo como parâmetro a distancia existente entre os fundamentos e o compromisso constitucional e a nova realidade social.

Caminha-se pelo esquecimento dos preceitos constitucionais, retirando destas disposição uma efetividade jurídica concreta e, conseqüentemente,

neutraliza-se o ódio racial apenas ao campo ofensivo, esvaziando os seus efeitos implícitos e velados.

O jurista norte americano Rosenfeld (2001) já declarou que o “hate speech” se subdivide em duas formas: “in form” e o “in substance”. Ou seja, o discurso de ódio expresso e ofensivo e o discurso de ódio implícito.

No mesmo sentido, cita-se Teun Van Dijk que prefere retirar do discurso racista a nomenclatura “hate speech”, já que para este autor é imprescindível afastar a emoção destes discursos, vez que tem características essencialmente racionais e não emocionais.

O tópico em menção pretende demonstrar que o cenário brasileiro goza da indeterminabilidade na proteção dos discursos em redes sociais, que induzem e perpetuam o racismo. Declina-se, desde que a palavra discurso não se prende apenas ao ato de fala, mas também a outras formas que possibilitem a inter-relação cognitiva, visual e sensorial.

È certo que uma sociedade estruturada no apelo visual, não se pode restringir o discurso apenas a noção logocêntrica do “argumento” e da “fala”, sendo fundamental ressaltar a importância dos domínios não discursivos ou linguísticos.

Sem percalços, é visível que limitar o estudo do discurso de ódio racial sob o espectro dos símbolos verbais - argumentativo e persuasivo - possibilitaria compreender uma modesta parte dos processos comunicativos.

Não podemos analisar o discurso de ódio racial apenas nas declarações ofensivas, vez que estes discursos também se consubstanciam na retórica visual, consoante enunciado acima.

Desta forma, inclina-se o presente estudo pelo compromisso constitucional de proteção integral e única contra a erradicação de qualquer prática discursiva que inviabilize o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, qual seja, o combate ao racismo e todas as formas de preconceito.

Neste ponto, Birdsell e Groarke (2007, p. 103), “compreendemos por argumento visual os argumentos (no sentido tradicional de possuírem premissas e conclusão) que são veiculados através de imagens”.

È certo que esta pesquisa não tem o fim de estudar sobre semiótica social nem muito menos estender o estudo acerca de retórica visual, até porque esta não é



a finalidade desta pesquisa e isto só distanciaria o objeto de estudo do fim ora pretendido, mas é interessante enunciar que não se pode restringir o estudo do discurso de ódio racial, especialmente, nas redes sociais, apenas aos discursos de natureza verbal.

O que se pretende dizer é que é plenamente possível identificar nas proposições visuais proposições discursivas e por conta disso este tópico trouxe como palavras chaves o ponto cego do discurso, ao denunciar a existência de um discurso de natureza visual e não apenas verbal ou até mesmo verbal, mas sob a forma velada, como também, a indeterminabilidade da proteção, já que faz parte do “senso comum” que a proteção constitucional apenas incide no discurso de ódio racial ofensivo.

Ora, o requisito “ofensividade” não se consubstancia *conditio sine qua non* para a caracterização ou consumação de um discurso de ódio de natureza racial. Isto já fora muito bem apontado pelo jusfilósofo estadunidense Michel Rosenfeld.

Neste passo, Rosenfeld (2001) declina que o “hate speech” deve ser subdividido em: hate speech in form e hate speech in substance. O primeiro se caracterizaria nas manifestações explicitamente odiosas, ao passo que o hate speech in substance se volta à modalidade velada do discurso do ódio.

Inviável pensar no discurso apenas na sua natureza ofensiva. Ao analisar a doutrina que estuda o discurso de ódio, resta claro que a “ofensividade” não constitui requisito nuclear.

Samanta Ribeiro Meyer-Pflug (2009, p. 97) ao definir o que vem a ser discurso de ódio, nota-se que ela enquadra a concepção de incitação à discriminação como o elemento nuclear para a identificação desse discurso. Desta forma, a autora não restringiu o ato de incitar a uma ação ofensiva, ao contrário, agrupou a sua caracterização a um enquadramento amplo, seja na ação seja de forma implícita.

No mesmo sentido, Álvaro Paul Diaz (2011, p. 575) aponta que a manifestação não é capaz de enquadrar, por si só, a ocorrência de um discurso de ódio, necessário se faz a hostilidade contra determinado grupo.

Ou seja, a retórica visual e atos velados existentes nas redes sociais, mesmo que não tragam uma manifestação ofensiva expressa, são atos capazes de

consubstanciar a ocorrência de um discurso de ódio racial, e por conta disso não podem ficar na zona cinzenta e na indeterminabilidade da sua proteção.

É visível que nestes atos uma incitação à discriminação, mesmo que de forma sutil e inconsciente, bem como o enraizamento da discriminação como forma de manutenção da relação de poder possibilitando, assim, a hostilidade a um grupo determinado.

O Brasil tem como característica distintiva a necessidade de se convencer acerca da inexistência do racismo em seu contexto social, e esta negação quanto ao ódio racial, apenas fomenta práticas veladas, especialmente nas redes sociais.

A invisibilidade na perpetuação e na manutenção de um ódio sob a perspectiva racial é um fato no Brasil, não é apenas um fato atual, mas sim um fato histórico e que precisa ser analisado e combatido, já que a Constituição Federal do Brasil trouxe como compromisso constitucional o combate ao racismo e a discriminação, em todas as suas formas.

Frases racistas, sem intenção ofensiva e que ecoam de forma inconsciente, mas que tem o condão de hostilizar e manter as práticas racistas, frases recorrentes nas redes sociais e que fizeram parte de um projeto fotográfico: “Digo e repito: quantas vezes você foi chamada de macaca”; “você é uma negra linda, com olhos verdes e traços finos e delicados”; “eu não sou negro, sou moreno claro”; “você é mulata tipo exportação”; moreninha da cor do pecado; “Você tem sorte de ser negro, nem precisa estudar para passar no vestibular”; “não sou racista, tenho amigos negros”.<sup>17</sup>

É certo que a Constituição de 1988 consolida um modelo de constitucionalismo social e basta uma simples análise do texto constitucional para perceber que a República Federativa do Brasil tem o dever de agir, já que possui o compromisso constitucional de combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

Desta feita, necessário interpretar esta proteção constitucional tendo em vista o conceito ampla de discurso de ódio, especialmente no contexto atual da era

---

<sup>17</sup> Estas frases foram retiradas de um trabalho realizado pela brasiliense – Lorena Monique - estudante da UNB. O projeto fotográfico foi inspirado em uma campanha organizada por alunos da Universidade de Harvard - se inspirou na campanha “I, Too, Am Harvard”. A ideia é denunciar e colocar em pauta todo o racismo intrínseco. Mini-documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=CykGVISzDbk>

da informação, em que as pessoas se utilizam de novas ferramentas – redes sociais – que possibilitam, de forma inconsciente, a manutenção e a perpetuação das práticas racistas.

### **3.2 O Alcance da proteção constitucional e o poder simbólico do branqueamento nas redes sociais**

Como apontado no tópico anterior, as redes sociais se consubstanciaram em um verdadeiro espelho que reflete as práticas sociais racistas. Com base em dados divulgados pela ONG Safernet<sup>18</sup>, apenas entre os anos de 2010 e 2013, aumentou em mais de 200% o número de denúncias contra páginas que divulgaram conteúdos racistas, misóginos, homofóbicos, entre outras formas de discriminação contra minorias em geral.

O que se deve apontar é que as redes sociais têm como fundo principal a possibilidade da utilização do véu da anonimidade, sendo a distância, característica essencial para fomentar em muitos usuários a opção de se expressarem sem filtros todos os seus preconceitos.

E com base nisso, é interessante perquirir a seguinte questão: Qual o alcance da proteção constitucional, ante ao poder da branquetude nas redes sociais? O que se pode pensar acerca da utilização de aplicativo – “*faceApp*” - que fomentem a mudança na cor da pele, afinar o rosto ou ainda, acerca desta nova ferramenta que fomente a exposição e o compartilhamento excessivo, através de símbolos, imagens e discursos “reprodutores e inconscientes”, que assegurem a perpetuação de práticas racistas?

Pode-se dizer que a internet e as inovações digitais afluíram um novo paradigma social, descrito por alguns autores, como sociedade da informação ou sociedade em rede. (Castells, 2003)

O que este autor declina é que este novo paradigma fez emergir o informacionalismo, e a inserção de uma nova estrutura social – sociedade em rede, na qual a tecnologia da informação é considerada uma ferramenta indispensável para manipulação da informação e construção do conhecimento.

---

<sup>18</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-02/cresce-numero-de-denuncias-de-crimes-na-internet-em-2014>

Neste cenário que se insere a análise deste novo paradigma no contexto constitucional, tendo como parâmetro principal o discurso de ódio racial nas redes sociais, já que nesta “sociedade em rede”, torna-se importante o destaque a “informação” e as diversas formas de perpetuação das práticas racistas e suas consequências ante a proteção constitucional.

No que tange ao alcance constitucional, cumpre salientar que necessário se faz refletir sobre os avanços e dilemas do Constitucionalismo contemporâneo, bem como sobre as transformações e inovações das funções da ciência constitucional.

A Constituição como verdadeiro marco e ponto essencial comporta a função de possibilitar a transformação consciente da sociedade, mas isto só se torna possível quando houver uma acessibilidade constitucional, e para conquistar esta acessibilidade é essencial a presença de um sujeito constitucional evasivo, plural.

Isto tem um real significado: Em uma sociedade em rede que se reveste pela pluralidade e diversidade, a Constituição Federal deve ser vista, consoante preceitua Rosenfeld (2001), como um instrumento aberto e incompleto, que possibilita a inserção de um espelho interpretativo para a realidade social.

Desta forma, interpretando as disposições constitucionais, percebe-se que o ódio racial intrínseco, que tem o fim de manter e perpetuar práticas racistas, é também combatido pela República Federativa do Brasil, vez que ofusca os objetivos fundamentais contidos na Constituição e o próprio fundamento constitucional da pluralidade e da dignidade da pessoa humana.

E dentre deste aspecto, é importante dizer que a Constituição esculpiu em sua disposição a necessidade de uma postura ativa da República Federativa do Brasil quanto ao racismo e todas as formas de discriminação e por conta disso, torna-se essencial olhar para este instrumento normativo, sob o espectro das diversas possibilidades surgidas com a evolução da sociedade.

Questiona-se, assim, se a prática ou o poder do branqueamento nas redes sociais possibilitam a incitação e perpetuação de ódio racial? E se isto ofende as disposições e o compromisso constitucional?

Na rede social denominada Facebook encontra-se inúmeras páginas que sobrelevam as pessoas definidas como “brancas”, como por exemplo, a página “Orgulho de ser Branco” com 17.116 pessoas seguindo e 17.328 pessoas curtindo. Identifica-se nesta página tanto discursos verbais como visuais discriminatórios, de

natureza explícita e implícita, bem como argumentações com o fim de convencer acerca da existência de um racismo reverso e da ideia de pureza racial.

Ao detectar estas páginas, surge uma indagação: Fere o compromisso constitucional o amplo acesso a estas páginas? A República Federativa do Brasil pode ou deve permitir ou agir, de forma positiva, contra estes atos? E ainda, nota-se que muitas imagens e frases são compartilhadas o que possibilita um maior número de visualização.

O que soa contradição é que o Caso Ellwanger – acusado de propagar idéias anti-semitas por meio de livros – o qual tem um acesso mais restrito se comparada a esta página do facebook – teve decisão do STF condenando o escritor e editor por crime de racismo e impedindo a publicidade e a circulação das obras. Como, também, a proibição da circulação do livro de Hitler – Mein Kampf (Minha Luta).

E qual a razão que permite o acesso a estas páginas de facebook? Neste ponto, torna-se importante trazer o questionamento de Lafer:

A tutela constitucional dos direitos e garantias fundamentais representa o reconhecimento jurídico do valor da pessoa humana, que é um dos princípios fundamentais que a Constituição de 1988 proclama (art. 1º, III). O que cabe dizer sobre o processo histórico da afirmação desse valor, que está na raiz da tutela contemplada no art. 5º, XLII?

A Constituição Federal do Brasil traz como valor fundante a dignidade da pessoa humana e como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e, de forma expressa, criminaliza o racismo.

A ideia do branqueamento fere não só o valor da dignidade da pessoa humana como os próprios objetivos constitucionais, vez que a sociedade é plural e é dever de todos respeito o outro dentro das suas diferenças.

Ao deparar com o poder do branqueamento, o autor Jesus tenta demonstrar as consequências nefastas no ato de fomentar privilégios à população branca, já que um tratamento diferenciado e privilegiado mantém um formato ideal e isto traz efeitos na população negra, que sem referenciais sociais e culturais, acabam por aderir ao branqueamento, afim de, se inserirem nos espaços. (JESUS,2012)

E esta força resta comprovada na própria realidade, já que nesta “sociedade em rede” o “FaceApp” ou o aplicativo que possibilita a mudança de cor da pele e dos traços do rosto é um dos mecanismo mais utilizados pelos usuários das redes sociais.

Interessante destacar que o aplicativo permite que um usuário use o filtro “spark” (“brilho”), que antes se chamava “hot” (sinônimo para “sexy”), deixa o rosto dos usuários mais branco, ele tanto clareia a pele como afina o nariz, tendo como definição o padrão europeu.

Neste ponto, a pesquisa caminha na seguinte questão: Como caminhar dentro das diretrizes desenvolvidas pelo Estado Democrático de Direito, se não é possível respeitar a pluralidade e a diversidade das pessoas?

O padrão tido como belo é uma característica imposta para a sociedade e dentro dela se desenvolve a propagação da diferença e da própria segregação, isto impossibilita a concretização do próprio compromisso constitucional.

E, neste ponto, questiona-se: Mas o que seria este poder simbólico do branqueamento? Nas palavras de Teun Van Dijk está na “(...) sub-representação do negro nos diversos meios;” quando “o branco é tratado, nos diversos meios discursivos, como representante natural da espécie (...)” (DIJK, 2016, p.82)

As redes sociais favorecem o branqueamento, a existência de aplicativos “com filtros de imagens” é uma tônica na “sociedade em rede” é uma forma de “evolução”, o que demonstra um choque ao próprio fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

O verbo construir expresso na Constituição federal de 1988 se mostra inutilizado, já que não se constrói na sociedade atual, em plena era da informação, uma sociedade livre, justa e solidária, ao contrário, o que se observa é uma sociedade individualista e presa a padrões impostos, que não respeita o próximo, por este ser diferente ao padrão desenhado.

Como justificar a falta de representatividade da população negra nos “holofotes” da sociedade, se esta é a maior população do Brasil? Será que o

problema é de classe ou de marca? E, ainda, os valores ideológicos que permeiam a ideia de branquitude pode ser camuflado pelo direito constitucional da liberdade de expressão?

Por conta de tudo que fora enunciado, é certo que a resposta não vai estar na ponderação de direitos, com ênfase no estudo do caso em concreto, vez que as disposições constitucionais demandam uma postura ativa por parte do Estado na proteção dos grupos historicamente estigmatizados, sendo que o Brasil é signatário de Tratados e Convenções Internacionais, expostos no capítulo I deste trabalho, que fomentam uma postura ativa contra atos que incitem a discriminação e o racismo contra estes grupos historicamente estigmatizados.

Diferente do Texto Constitucional norte americano, a Constituição Federal do Brasil, expressamente, elencou no tópico dos direitos e garantias fundamentais a previsão que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Como, também, o mesmo texto Constitucional colocou no tópico das relações internacionais o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Desta feita, a interpretação constitucional é efetivamente convincente quanto ao repúdio de atos que incitem a negação ao espaço de representação e de comunicação da população negra, bem como o enaltecimento de prática que fomentem o branqueamento como forma de padronização.

Nas palavras de Celso Lafer:

o critério da interpretação do art. 5º, LXII, deve favorecer de maneira ampla e não restritiva o conteúdo do direito nele contemplado, dada a relevância que a Constituição atribui aos direitos e garantias fundamentais, entre as quais se inclui a rigorosa inaceitabilidade da prática do racismo. Nessa interpretação, o Direito Interno e o Direito Internacional interagem e não são estanques com vistas a reforçar a imperatividade do direito constitucionalmente garantido, voltado para impedir a prática do racismo. (LAFER,)

O ódio racial pode ser materializado de diferentes formas, não apenas com a ofensa, desta forma, temos que interpretar a proteção constitucional da forma proposta por Celso Lafer, sob pena de “esvaziamento do conteúdo jurídico do preceito constitucional”.

Salienta-se que o embate contra a discriminação escoa no princípio constitucional da igualdade. A não-discriminação representa o reflexo da manifestação do princípio da igualdade, que corporifica o valor constitucional da dignidade da pessoa humana e do respeito ao outro.

Necessário se faz enunciar que os propósitos do Estado Democrático de Direito se consubstancia em uma cidadania plural e inclusiva, que possibilite a todos os destinatários o direito de fazer valer a sua voz. Jamais eternizando estes sujeitos apenas em meros destinatários da norma constitucional, mas também como construtores deste cenário democrático.

Desta forma, o branqueamento como modelo a se seguir confronta com as diretrizes do Estado Democrático de Direito, já que padroniza o ser humano, não se observando as distinções e as peculiaridades individuais de cada indivíduo.

Portanto, este tópico de pesquisa trouxe a tona o aspecto geral acerca do conflito com as disposições constitucionais, especialmente, ao fundamento da dignidade da pessoa humana e os direitos constitucionais da igualdade e do direito em poder se expressar sem se camuflar, ou se “embranquecer”!

Nos tópicos subsequentes, a pesquisa irá testilhar fundamentos acerca do vazio entre as disposições constitucionais e as inovações trazidas pela sociedade da informação ou “sociedade em rede”, bem como acerca do distanciamento do olhar do sujeito para a pluralidade e para a diferença.

Por fim, o trabalho intenta retirar o leitor da possível condição de alheamento e alçá-lo à zona de reflexão.

### **3.3 Fundamentos ao direito à liberdade de expressão e o regime democrático**

Aponta-se que o direito a liberdade de expressão se caracteriza como fundamental, eis que sua concretização mostra-se essencial para a dignidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, para a estrutura democrática.



E sobre o viés da democracia, a liberdade de expressão sinaliza o direito de voz, de manifestação, de exposição, que se relaciona ao conjunto de direito relacionados às liberdades comunicativas.

MACHADO (2007, p. 105) traz uma expressão que define a liberdade de expressão como “direito mãe” (cluster right), já que relaciona o seu exercício como condição elementar para a subsistência do indivíduo.

È certo que para se caracterizar como sujeito, necessário se faz que este sujeito tenha acesso ao direito de voz, de informação, de debate e especialmente o acesso a voz do diferente, do que possa parecer paradoxal, esdruxulo e anormal. Isto é liberdade de expressão, não ter apenas o ouvido para escutar a voz da “maioria”, mas oportunizar ouvir, também, os argumentos e a exposição da minoria.

Sob este aspecto, cita-se o entendimento de Afonso da Silva acerca das compreensões da liberdade de comunicação:

“A liberdade de comunicação consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII, e XIV do art. 5º combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição. Compreende ela as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento e de informação, e a organização dos meios de comunicação, esta sujeita a regime jurídico especial. (SILVA, 2000, p. 247)

Extraí, das palavras do doutrinador citado, que o direito à liberdade de expressão se consolida na verdadeira operacionalização do direito, eis que se encontra congruente e relacionado a outros direitos previsto constitucionalmente, e nas palavras de Robert Alexy (2001), o direito de liberdade de expressão – assim como os demais direitos fundamentais – deve ser entendido como princípio constitucional, norteador da hermenêutica jurídica.

Portanto, é inegável a importância deste direito para a concretização das diretrizes do Estado Democrático de Direito, sendo importante destacar que esta pesquisa compreende, com base na análise dos estudos bibliográficos, que nenhum direito constitucional deve ser visto sob o viés absoluto, e por isso se mostra salutar o estudo deste direito dentro da realidade construída pela denominada “sociedade em rede”.

Nesse ponto, cita as palavras Fernandes:

“Nesses termos, para a doutrina dominante, falar em direito de expressão ou de pensamento não é falar em direito absoluto de dizer tudo aquilo ou fazer tudo aquilo que se quer. De modo lógico-implícito a proteção constitucional não se estende à ação violenta. Nesse sentido, para a corrente majoritária de viés axiológico, a liberdade de manifestação é limitada por outros direitos e garantias fundamentais como a vida, a integridade física, a liberdade de locomoção. Assim sendo, embora haja liberdade de manifestação, essa não pode ser usada para manifestação que venham a desenvolver atividades ou práticas ilícitas (antissemitismo, apologia ao crime etc...)” (FERNANDES, 2011, p. 279).

É nesse viés que se assegura a necessidade do reconhecimento acerca da existência de limites ao direito de liberdade de expressão, até mesmo porque isto possibilita uma coesão no próprio Ordenamento Jurídico Pátrio.

É necessário proceder a reflexão que as práticas especulativas, bem como a sobreposição hierárquica do direito fundamental de liberdade de expressão podem ocasionar a distorção de seu intento, eis que tais atos ficam aprisionados a força existente pelo escoramento dos privilégios, consequência crucial das relações de poder, o que possibilita não a abertura comunicativa, mas a injustiça e a passividade dos sujeitos.

No caso do ódio racial, é irretorquível que a falta de representatividade é consequência do restrito canal comunicativo, consequência da própria construção histórica, o que permeia no bloqueio do direito à liberdade de expressão, o que denota a corrosão no próprio sistema jurídico.

Como falar em igualdade entre todos para a manifestação de ideias, pensamentos e ideologias, se a voz dos grupos historicamente estigmatizados já estão com a “pecha” da vitimização ou do usual “mimimi” e os ouvidos dos demais fechados para a diversidade. Como efetivar direitos? Qual a razão da disposição constitucional? Isto é democracia?

José Emílio ao declinar os princípios da igualdade e da liberdade reconciliados no marco do paradigma do Estado Democrático de Direito enuncia que:

(...)em um Estado Democrático de Direito, não é mais possível entender os princípios da igualdade e liberdade como antagonísticos na medida em que

um é realizado o outro é esquecido. Em um Estado Democrático de Direito, os princípios da igualdade e liberdade são reconciliados, de modo que a realização de um deles implica, sob pena de contradição, a realização do outro, de modo que os dois princípios são equiprimordiais ou co-originários, se quisermos usar a linguagem de Jürgen Habermas, ou ainda, para usarmos uma linguagem mais leve e mais poética, a de Ronald Dworkin, a igualdade é a sombra que cobre a liberdade. (OMMATI, 2016, p.136)

Ou seja, não adianta se pensar, de forma restrita, na proteção do direito à liberdade de expressão, se não é possível pensar em uma igualdade de fala, convencimento e informação.

Na sociedade em rede ou sociedade da informação tem-se a impressão de uma abertura comunicativa, mas isto é apenas uma ilusão, vez que o discurso dominante “branco” é o discurso de ordem, o assimilado e o presente na atual sociedade.

Para não ficar apenas na abstração de ideias, é importante trazer o estudo realizado pelo analista de discurso Teun Van Dijk, que enuncia as estruturas e estratégias dos textos e conversas racistas:

Apesar da sutileza e da complexidade do discurso racista, os princípios organizadores globais desse discurso são muito simples e similares em qualquer tipo de discurso de base ideológica: enfatizam os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro; enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora; não enfatizam os aspectos positivos do Eles; não enfatizam os aspectos negativos do nós. (DIJK, 2016, p.18)

Ao observar a página do facebook denominada “orgulho de ser branco”, fica visível a utilização destas estratégias de discurso, sendo inegável assim a existência neste link de um discurso racista “velado”, e conseqüentemente uma restrição à igualdade de fala em detrimento da amplitude de liberdade de fala do grupo dominante.

Van Dijk ao declinar a pesquisa referente a discursos sobre negros e brancos nos diversos veículos midiáticos, o autor elencou quatro particularidades notáveis, e por conta disso transcreve-se uma das particularidades:

(...) b) O branco é tratado, nos diversos meios discursivos, como representante *natural* da espécie. As características do branco são tidas como norma de humanidade. A conclusão de Rosemberg (1985:81) pode sintetizar os resultados observados em diversos outros meios: “Dentre negação de seu direito à existência humana – ao ser- a mais constante: é o

branco o representante da espécie. Por esta sua condição, seus atributos são tidos como universais". (DIJK, 2016, p.82)

As pessoas que se demoniam “branca” não se considera uma raça, mas uma espécie humana ou, como dito nas palavras de Dijk, o representante natural da espécie. Na sociedade em rede isto se demonstra normal, já que é tendência utilizar o editor de foto que possibilita o “embranquecimento”<sup>19</sup>.

Porque as pessoas se utilizam de um editor para “embranquecer”? Será que é para se inserir ao padrão imposto? Será mesmo que o branco é mesmo o representante natural da espécie? Como fica o direito constitucional da igualdade e da liberdade, ante os discursos que fomentem a necessidade de se adequar ao denominado “padrão natural de representatividade”?

Neste ponto, cita-se as palavras de Ommati:

(...)o principio da igualdade não pode mais ser entendido como tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam, pois sempre fica o problema de se saber quem são os iguais e quem são os desiguais. Igualdade, seguindo as trilhas de Ronald Dworkin, só pode ser entendido como tratar a todos com a mesma consideração e respeito, não tendo, assim, um conteúdo fixo, mas levando a sério a sua própria natureza de principio jurídico. (OMMATI, 2016, p.138)

O que recorre a esta pesquisa é uma análise do peso do direito à liberdade de expressão no Ordenamento jurídico pátrio e como este direito pode camuflar ou até mesmo esconder práticas de natureza racista.

Uma das questões que merece apontamento é a seguinte: Quem é o real destinatário do direito à liberdade de expressão? A liberdade de expressão é um direito que prima pela igualdade?

È imperioso destacar que a liberdade de expressão logra, no texto constitucional americano, de uma “posição privilegiada” em relação aos demais direitos constitucionais. No Ordenamento Jurídico Brasileiro este direito encontra-se no mesmo patamar dos demais direitos constitucionais, havendo expressamente previsão constitucional de limitação a este direito caso haja a ofensa a honra e a imagem das pessoas e se houver a prática de crime, como no caso do racismo.

---

<sup>19</sup> Filtro do smartphone ASO utiliza-se desta denominação.

Outro ponto muito importante do Texto Constitucional Brasileiro que se assemelha ao Texto Constitucional Alemão é pela previsão expressa do princípio da dignidade da pessoa humana no corpo da Lei Fundamental, desta forma, a dignidade humana se sobrepõe como uma das principais limitações à liberdade do discurso (free speech).

Daniel Sarmento posiciona que o princípio da dignidade da pessoa humana, por consistir no epicentro axiológico da Constituição da República, haveria de ser reconhecido como o principal critério na aplicação da ponderação de bens constitucionais:

(...) Assim, a dignidade da pessoa humana afirma-se como o principal critério substantivo na direção da ponderação de interesses constitucionais. Ao deparar-se como (sic) uma colisão concreta entre princípios constitucionais, tem o operador do direito de, observada a proporcionalidade, adotar a solução mais consentânea com os valores humanitários que este princípio promove. (SARMENTO, 2002, p. 74)

No mesmo norte, Ana Paula Barcellos:

“(...) Nesse contexto, a decisão de tomar como critério para a ponderação a preferência das normas que diretamente promovem a dignidade humana justifica-se amplamente com a Carta de 1988. É absolutamente tranqüilo na doutrina e na jurisprudência que a Constituição fez uma opção material clara pela centralidade da dignidade humana e, como consequência direta, dos direitos fundamentais. (BARCELLOS, 2005, p. 251)

Já Jonathas Machado demonstra uma certa preocupação em colocar em posição de destaque a dignidade da pessoa humana:

(...) Por se tratar de um conceito de contornos abertos, disputado e contestado por inúmeras ontologias, mundividências, epistemas e concepções da vida e o bem, o conceito de dignidade da pessoa humana deve ser utilizado pelos operadores do jurídico com especial prudência e contenção, quando se trata de restringir as liberdades comunicativas. Isso, a fim de impedir a sua transformação num expediente retórico de racionalização autoritária da restrição da liberdade de expressão das minorias e dos indivíduos, contra as suas próprias e autônomas razões, convicções e aspirações (...) (MACHADO 2002, p.103)

No caso da pesquisa aqui desenvolvida, compreende-se que não é possível ponderar o valor da dignidade da pessoa e o direito à liberdade de expressão, nem mesmo imaginar que ambos direitos têm como característica absolutividade, eis que o tema aqui tratado é discurso de ódio na perspectiva racial.

Neste ponto, indaga-se o motivo para lançar-se na afirmativa acima posta, e para isso recorre-se ao próprio Texto Constitucional. Salienta-se que a Constituição Federal de 1988 se comprometeu nas suas disposições a construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem discriminação por raça, cor, idade, sexo e, ainda, de forma expressa, criminalizou o racismo.

Desta forma, como a disposição constitucional que desenha pelo combate do racismo está localizada no título referente aos direitos e garantias constitucionais, necessário se faz observar o racismo da forma mais ampla possível, sendo a expressão do ódio racial de forma implícita e explícita como racismo, devendo ser repreendido pela República Federativa do Brasil, consoante se enunciou nas promessas constitucionais.

Para uma melhor visualização concreta do ato, perfilha-se como coerente ao próprio sistema jurídico o critério arquitetado por CASTANHO DE CARVALHO, que seria a necessidade da análise da “potencialidade de difusão” para restringir qualquer forma de expressão, sem que isto possibilite a exaltação do efeito nefasto da censura e da restrição do ato de fala, mas uma ponderação, tendo em vista três métodos de avaliação: o poder de difusão do órgão ofensor; reprovabilidade da conduta; e pela intensidade da lesão.

Como exemplo disso, pode-se trazer o caso de Day McCarthy<sup>20</sup> - Dayane Alcântara - usou a conta do “Instagram” para chamar de “macaca” a filha dos atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank. Ora, tal fato teve uma enorme repercussão e enaltece o efeito nefasto da sua “potencialidade de difusão”.

Interessante destacar, também, que, no ano de 2016, viralizou nas diversas redes sociais a utilização em um “reality show” de uma esponja de lavar pratos com traços semelhantes a um homem negro de cabelo “Black Power”. Fato é que, ante a repercussão negativa, o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública contra a emissora responsável pelo programa, por discriminação racial e dano moral coletivo<sup>21</sup>.

Outro fato que, também, teve uma enorme repercussão nas redes sociais foi o Caso Bárbara Micheline do Monte Barbosa, a goleira da seleção de futebol do

---

<sup>20</sup> Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hLpf0H24e30>

<sup>21</sup> Os procuradores argumentaram que “A representação do cabelo 'black power' como esponja de pia faz uma clara alusão ao estereótipo racista do 'cabelo para ariar panela' ou 'cabelo Bombril', servindo apenas para reforçar o preconceito, ainda intrínseco a muitos setores da sociedade. Fonte: <http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/hotsites/mpdcom/noticias/noticia8.html>

Brasil foi citada em uma postagem nas redes sociais do membro do Conselho Federal de Administração (CFA) Marcos Clay a qual continha a seguinte afirmação: “Eu odeio preto, mas essa goleira do Brasil tinha chance”.<sup>22</sup> O grande destaque é a justificativa para se retratar da frase ora divulgada, ao afirmar que tudo passou de uma brincadeira<sup>23</sup> e que a mulher dele é negra e ele tem amigos negros.

O que os três casos tem em comum: a divulgação de mensagem que incitem, perpetuam e mantem o “ódio racial” ou sub-representação das pessoas em razão de sua cor de pele, sendo “viralizadas” nas redes sociais, o que sinaliza a configuração do elemento caracterizador - potencialidade da difusão, já que se o primeiro e o terceiro caso estivessem ocorrido em uma conversa no âmbito familiar e o segundo caso fosse um mero utensílio de cozinha de uma determinada família, isto facilmente não geraria a tamanha repercussão negativa ali ocasionada.

É certo que o ato de propagar ódio ou enraizar a doutrinação racista nas redes sociais se caracteriza pelo seu efeito abstrato e difuso, tendo como grande peso o dano de natureza concreta e real.

Neste passo, a inserção de limites à liberdade de expressão não podem ser caracterizados como meras restrições “in abstrato”, mas em condições de possibilidades deste direito, eis que os próprios limites possibilitam a demarcação no espaço de fala e de ação.

Desta forma, imerge-se na conclusão lógica de que, em decorrência do sistema constitucional brasileiro – que possui uma postura ativa e que declara proteger, ao lado da dignidade humana, os direitos de personalidade - mensagens nas diversas redes sociais de teor racistas podem – e devem – ser objeto de restrição, já que não competia falar *in casu* em uma liberdade absoluta, até porque o próprio diploma constitucional repudia, de forma expressa, qualquer ato que se caracterize como racismo e/ou discriminação.

Incongruente é a passividade no trato destes discursos tendo como parâmetro maior a Constituição Federal do Brasil que assumiu uma postura ativa em desfavor de qualquer ato que promova discriminação, preconceito e racismo, sendo

---

<sup>22</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/08/membro-do-cfa-faz-post-racista-com-goleira-da-selecao-e-gera-polemica.html>

<sup>23</sup> A resposta dele: “Foi uma brincadeira de mau gosto, até já tirei o post. Uma brincadeira que infelizmente algumas pessoas se ofenderam, mas não era minha intenção. **Tanto é que minha esposa é negra, todo mundo sabe disso. Quem me conhece sabe que eu não sou racista, tenho vários amigos que são negros, não tenho problema com isso**” (grifo nosso)

inviável a invisibilidades destas ofensas e seus efeitos nefastos ao próprio sistema jurídico e social.

Na maioria dos casos, a justificativa é sempre se ampara na zona cinzenta da “brincadeira” e da “ausência da intenção de ofender”, sendo que a ofensa não pode ser diluída pelo humor, nem muito menos por “brincadeiras ofensivas”, já que é dever da República Federativa do Brasil construir uma sociedade justa, livre e igualitária e, ainda, promover o bem de todos, sem preconceito ou discriminação.

Por conta disso, é inviável que na sociedade atual tendo como pilar o Estado Democrático de Direito permitir e aceitar a prática usual e crescente de discursos de ódio racial ofensivos ou implícitos, que tenha como fim de perpetuar e manter práticas racistas.

### **3.4 Discurso de ódio racial e o poder das contra narrativas**

Neste tópico, a pesquisa adentra em um campo de estudo inovador e que fomenta uma análise reflexiva de uma argumentação reversa a que fora definida no tópico anterior, vez que este tópico fomenta-se não a restrição do direito constitucional da liberdade de expressão, já que enaltece o lugar de fala e de representatividade dos grupos historicamente estigmatizados, tendo como viés o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Neste ponto, indaga-se: Por que razão que ao se falar do poder das contra narrativas se utilizou a palavra inovação? Inovação é a palavra de destaque, já que os grupos estigmatizados nunca tiveram visibilidade de fala, já que sempre eram sub representados!

É fato que, no Brasil, a luta por representatividade é algo recente, que, ainda, está amadurecendo, especialmente, hoje, com a sociedade da informação ou sociedade em rede.

Em sociedades mescladas e multiculturais é essencial destacar as diferenças, já que as diferenças de gênero, classe, raça no seio social geram exclusões e restrições na esfera pública, o que fomenta a estruturação dos instrumentos de dominação.



Ao falar em mecanismos de dominação, torna-se salutar refletir que a própria definição do que é ser negro no Brasil é uma definição fruto da lógica de uma sociedade que valoriza o “ser branco”. Neste ponto, o problema surge na raiz, eis que o próprio ato de definir encontra-se eivado da falta de representatividade.

No Brasil, as teorias racialistas do século XIX tiveram o condão de “representar” e hierarquizar as “raças”, com a criação de “marcadores” - legitimados por “falsas” teorias de natureza biológica - que emanaram como efeito principal a abjeção social.

Para isso, torna-se importante trazer as palavras de Henry Louis Gates:

Necessita-se de pouca reflexão, contudo, para se reconhecer que essas categorias pseudocientíficas são elas próprias imagens. Quem já viu realmente uma pessoa preta ou vermelha, uma pessoa branca, amarela ou marrom? Esses termos são construções arbitrárias, não registros de realidade. Mas a linguagem não é apenas o meio de veiculação dessa tendência insidiosa; é também o seu signo. O uso da linguagem corrente significa a diferença entre culturas e seu diferencial de poder, expressando a distância entre subordinado e superordinado, entre servo e senhor em termos de sua “raça” (GATES, 1985,p.6)

Sendo assim, a população negra representa e herda a “marca” do estigma, tendo sua cor de pele o fundamento maior para fomentar a estigmatização, como bem classificou Frantz Fanon (2008), ao definir tais atos como um “esquema epidérmico” do sistema colonial.

Fanon declina que a definição tem como fonte maior o esquema histórico-social do outro – homem branco:

Elaborei, abaixo do esquema corporal, um esquema histórico-social. Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cenestésica e visual, mas pelo outro, o branco, que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos. (FANON, 2008, p.105)

O “negro” é definido, categorizado e genericamente imposto a uma marca que o diferencia da população branca, sendo que esta ostenta a sua própria individualidade, como bem apontou Edith Piza quando afirma “o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo” (PIZA, 2002)

Desta forma, o negro não é visto e a sua expressão remete a uma representação de marca definida pelo próprio esquema histórico-social, e como bem apontou FANON (2008) a subjetividade do negro o aliena e o coloca em uma eterna neurose a sua condição de sujeito negro, tendo como característica principal o seu pensar no mundo dos brancos.

Sob esta perspectiva, como se pensar na efetividade dos direitos a igualdade, a liberdade, dignidade da pessoa humana, na democracia, na pluralidade e no próprio combate ao racismo e todas as formas de discriminação declarados na Constituição Federal de 1988?

Antes de pedir efetividade constitucional, necessário se faz reconstruir o próprio conceito de “ser negro” e após isso olhar a Constituição sob o espectro de sua efetiva concretização.

A desconstrução de estereótipos e preconceitos apenas se consolida com a negação do processo de alienação e expropriação do corpo negro e com a abertura de espaços comunicativos que valorize a autenticidade e a individualidade, sem que isto promova a vontade de fazer-se branco, mas de tornar-se negro.

E como isto se concretiza nas sociedades em redes ou sociedades da informação? As redes sociais tem um grande papel no fomento a representatividade da população negra e, conseqüentemente no combate ao discurso de ódio racial, vez que possibilita que as vozes silenciadas possam iniciar um processo de reconstrução dos padrões alienatórios.

Isto é liberdade – o ato livre que possibilita a fala e a escuta sem padronizar as opiniões e as pessoas. É o permitir escutar a voz do diferente, mesmo que isto não esteja nos padrões de uma crença acerca de uma “suposta” verdade.

Stuart Mill pontuou a importância do direito à liberdade de expressão para desconstrução das próprias crenças e da “falsa” verdade:

Nunca podemos ter certeza de que a opinião que estamos nos empenhando para reprimir é uma opinião falsa [...]. A opinião que se tenta suprimir autoritariamente pode ser verdadeira. Os que desejam suprimi-la, é claro, negam sua verdade; mas eles não são infalíveis [...]. Recusar-se a escutar uma opinião porque eles têm certeza de que ela é falsa é supor que a certeza deles é a mesma coisa que certeza absoluta. Todo o silenciamento de uma discussão é uma suposição de infabilidade (MILL, p. 275, tradução e grifo nossos).

As contra narrativas é algo que possibilita a abertura comunicativa, o olhar neutro e reflexivo ao conteúdo que caracteriza o discurso racista sob o espectro do “outro” - vítima, do grupo historicamente estigmatizado – garantindo, assim, o escutar sem o “tampão automático” da negação, nem da certeza de ser um singelo “mimimi”.

Salienta-se que a concepção falibilista do conhecimento é o primeiro elemento da epistemologia milliana, esta concepção assegura que nunca teremos certeza de que uma dada crença corresponde à verdade, vez que todo saber é falível ou falseável.

Ou seja, é necessário dar voz e representatividade ao grupo historicamente estigmatizado, para que haja a desconstrução de falsas verdades, que a todo momento são reproduzidas, de forma consciente ou inconsciente, no seio social.

Para que as mulheres negras não sejam vista e categorizadas apenas como o corpo do carnaval, a “mulata tipo exportação”, para que o homem negro não seja visto sempre como suspeito, nem que haja distinção intelectual e laboral apenas por conta do tom de pele.

Por muito tempo acreditou - e muitos ainda acreditam - que o Brasil é um país sem racismo, ou melhor, um país que possui a tão sonhada “ democracia racial”, já que aceita a pluralidade, a diferença. Será que isto não é uma falsa verdade ou um dogma? Basta perguntar para um brasileiro se ele é racista, ele imediatamente irá negar, porque é feio ser racista, mas o racismo é uma verdade, escondida, maculada, mas que basta um simples diálogo para ela ser vista nas palavras, consciente ou inconscientemente, declinadas.

Somos frutos do racismo e a reflexão acerca disso é o que Mill apontou na falibilista do conhecimento, a falsa verdade de que não se julga o “outro” pela sua cor de pele, que não se exclui o “outro” em certos espaços, só porque este não possui os padrões impostos pela sociedade. Como perceber que se vive em uma sociedade que se alimenta de filtros de imagens, que exigem das mulheres o cabelo alisado e que não aceita a sua condição histórica e a sua cor e, para isso, camufla-se - qual a sua cor? Moreno-claro, amarelo, pardo, mas nunca negro! Isto é racismo?

Esta pesquisa, neste tópico, chama a atenção ao poder das contra narrativas, as lutas antirracista, em que é ofertada a voz ao grupo historicamente

estigmatizado para que possa escutar o diferente e com base nisto reconstruir ou desconstruir as compreensões e pre compreensões.

Mill fala acerca disso, ao mencionar a importância de se escutar o diferente para a falibilidade do conhecimento, ao dizer que “(...)o hábito firme de corrigir e completar sua própria opinião mediante a colisão com a opinião dos outros [...] é a única fundação estável para uma confiança adequada do conhecimento.” (MILL, p. 276)

Enaltece, assim, o poder das contra narrativas na sociedade em rede ou na sociedade da informação, ao desencadear meios que possibilitem a desconstrução ou reconstrução de “dogmas” racista.

Sobre a importância da reestruturação ideológica e do uso instrumental da tecnologia na sociedade da informação Machado enunciou:

Vários autores sociais surgem e se formam apoiados em redes e sub redes menores, espécies de células “dormentes”, que podem ser ativadas a qualquer momento, segundo uma lógica relacionada a elementos identitários, valores e ideologias. Trata-se de um jogo em que múltiplas identidades sociais se articulam e se combinam com grande dinamismo em torno de objetivos e fins específicos e determinados (...) criando um amplo horizonte de transformação simbólica e social. (MACHADO, 2007, p. 278 e 279)

A comunicação em rede possibilita não apenas a inserção e a publicidade das contra narrativas, mas, também, da própria narrativa necessária para o aumento da visibilidade acerca da questão racial na sociedade contemporânea.

O ideal democrático requer esta multiplicidade de “vozes”, ao reprimir a “ordem” homogênea e possibilitar a reconstrução dos sujeitos pela alteridade, temporalidade, fomentando a sua liberdade de fala e de ouvir, especialmente, nos pontos que se destaque as possíveis divergências e os desalinhamentos ideológicos.

Percebe que é visível, no momento atual o aumento das narrativas e contra narrativas pela população negra em “blogs”, “sites”, “twitter”, “facebook”, “watssap”, “canais de youtube”, sendo que tais meios de comunicação possibilitam um alcance imensurável, formando uma rede de informações e compartilhamentos.

Dentre o aspecto da rede de informação, ingressa-se nas práticas comunicacionais da cibercultura, e, desde logo, ingressa-se no termo ciberespaço apontado na obra de Pierre Lévy que designa o ciberespaço como a possibilidade de diversidade nos meios de comunicação, o que sobreleva a virtualização da própria informação.

Na obra de Lévy, resta destacado que o compartilhamento de informações desenvolve processos coletivos e enaltece as informações multidirecional, dando ênfase, assim, a apropriação de um saber compartilhado.

Neste ponto, quando se fala deste espaço e dos sujeitos envolvidos, torna-se interessante trazer as palavras de Castells:

A difusão da tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefini-los. As novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver. (...) Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção. (Castells, 2003, p.7)

O século XXI desenha-se com o aparecimento de novas plataformas midiáticas, com o crescimento de novas tecnologias da informação e a formação da “sociedade em rede”<sup>24</sup>, o que possibilita que os movimentos e debates sociais sejam recorrente e “transplantado” para este espaço.

Nas palavras de Ugarte, este momento desenvolve o “ciberativismo”:

estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (UGARTE, 2008, p.55)

Com o fito de exemplificar a definição teórica declinada, basta observar este acontecimento por meio dos grupos de conversa no facebook, como por exemplo, o grupo “Sou negro, sim”<sup>25</sup>, que representa um ativismo contra discurso racistas, que tem como finalidade maior a desconstrução de conceitos, ideias e “falsas verdades”, bem como ser um espaço que fomente as narrativas de valorização do ser humano como todo, independentemente da sua cor de pele.

Outro grupo que almeja fomentar a representatividade é o blog<sup>26</sup> - “Blogueiras Negras” - que enaltece a necessidade de não se restringir a padrões que distanciam o próprio reconhecimento do negro, sendo um espaço reservado para a publicidade das narrativas de experiências cotidianas, com o fito de denunciar práticas abusivas e de demonstrar a liberdade fora dos padrões impostos.

<sup>24</sup> Denominação do sociólogo Manuel Castelli

<sup>25</sup> <https://www.facebook.com/Sounegrosim.sns/>

<sup>26</sup> <http://blogueirasnegras.org/>

Em contrapartida a este grupo, remete-se ao grupo da mesma plataforma digital – “orgulho de ser branco”<sup>27</sup> – que tem o fim de segregar e inculcar as antigas teses eugênicas e racialistas e, assim reafirmar conceitos acerca da superioridade da “raça” branca, bem como fomentar e desqualificar a luta pela inserção social deste grupo historicamente estigmatizado.

A Constituição Federal do Brasil traz, expressamente, o compromisso de efetivar a igualdade de todos sem nenhum tipo de preconceito, o respeito ao “outro” e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Desta forma, as narrativas que almejam desconstruir conceitos padrões de “superioridade de raças”, “de padrões de beleza” devem ser fomentadas para a efetivação dos direitos constitucionais.

Os grupos estigmatizados historicamente almejam a sua inserção nas definições sociais, na legitimação e consolidação de “ser” um sujeito com direito de “fala” e “representatividade”, e isto só é garantido se as diretrizes que definem o Estado Democrático de Direito tenha sua ordem efetivada na realidade prática.

Como falar em democracia se existe uma voz da “maioria” silenciada? Como falar no fundamento da dignidade da pessoa humana se existe grupos que, ainda insistem em impor o ideal do branqueamento? Como falar em igualdade, se a voz só se define como ato de vitimização ou “mimimi”?

As contra narrativas tem um grande poder para efetivar as diretrizes constitucionais e promover uma mudança de paradigma, já que a “voz dissente” pode enaltecer o debate e desconstruir os “dogmas” e as “falsas verdades”.

Van Dijk enunciou isso ao declarar que “Se o “racismo” não se tornar um assunto público pelo discurso público dos grupos étnicos-raciais minoritários, a dominação étnica continuará inalterada.” (DIJK, 2016, p.16)

No mesmo sentido, aponta Castelli ao enunciar a necessidade de se reforça as potencialidades das organizações sociais ao utilizar as redes sociais como ferramentas de transformação, vez que o poder de conectividade e o alcance desta ferramenta possibilitam novos delineamentos acerca da representatividade e participação nas agendas políticas. (CASTELLI, 2005)

Desta forma, impende enaltecer a importância – normativa e axiológica – do direito constitucional da igualdade e da liberdade de expressão sob espectro do

---

<sup>27</sup> <https://www.facebook.com/BrancosOrgulhosos/>

paradigma do Estado Democrático de Direito. Apoiando-se, portanto, nas práticas recorrentes da “sociedade em rede”, mais especificadamente, nas redes sociais, tendo como ponte maior os atores sociais e sua importância na construção e delimitação do debate acerca de discursos racista e suas consequências práticas para uma transformação social e efetivação dos direitos constitucionais ali enunciados.

#### **4. ESTUDO DE CASOS: ANÁLISE CRÍTICA REFLEXIVA DOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E OS CASOS DE ÓDIO RACIAIS NAS REDES SOCIAIS**

Já se teve a oportunidade, em capítulos anteriores, de explicitar os conceitos de ódio racial, liberdade de expressão, igualdade e dignidade da pessoa humana. O que se pretende evidenciar, nas linhas que se seguem, é a importância de um estudo sob o enfoque dos dispositivos constitucionais no que tange aos discursos raciais nas redes sociais, seja por meio de ódio explícito ou implícito.

O presente capítulo revela-se ao desafio de responder algumas das perguntas ou indagações formuladas nos capítulos anteriores, pelo intuito de estabelecer um projeto interpretativo coerente e fomentador a temática aqui abordada.

Para tanto, deve-se resgatar o espírito da pesquisa, que é a incessante relação entre o mundo ideal e o mundo concreto, e com base nisto, utilizar-se da técnica de análise de casos concretos como forma de perquirir as inúmeras indagações propostas e, assim, construir uma reflexão acerca do próprio problema de pesquisa, da hipótese declinada e dos objetivos apontados.

Ao levar em conta a necessidade de estabelecer um verdadeiro projeto interpretativo, torna-se salutar que o estudo não tem o condão de “aprisionar” o leitor ao texto, já que tem o fim de estimular a própria reflexão crítica e não oferecer uma resposta única e certa, e por conta disso, se mostrou importante neste capítulo, o estudo de casos, o que irá estimular a visão crítica e reflexiva de cada leitor.

Nesse passo, infere-se, mediante um cotejo analítico dos mais diversos casos e suas repercussões jurídicas, a necessidade de se demonstrar o distanciamento entre as disposições constitucionais e o modelo de comunicação trazido pela denominada “sociedade em rede”, o que será apontado e analisado nos sub tópicos deste Capítulo.

##### **4.1 Propagação de discurso racial implícito e explícito nas redes sociais e suas implicações na Democracia e nos Direitos Constitucional**

Inicia-se este tópico relacionando à liberdade de expressão e o direito à informação como sustentáculo da Democracia, e neste viés questiona-se a



efetivação de tais direitos em uma sociedade que fomenta e se alicerça em discursos “padrões” que “modela” os sujeitos ao protótipo idealizado.

Neste ponto, indaga-se: Quem é o branco no Brasil? Quais as experiências do sujeito branco como pessoa racializada? Categorizar o “outro” e universalizar o branco impacta, de alguma forma, o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana?

Para a socióloga Ruth Frankenberg fala que “a branquitude seria como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo.” (FRANKENBERG, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

O olhar à distancia! Um olhar visto na clareza discursiva da denominada “sociedade em rede”, na dominação discursiva do poder, o qual inviabiliza a democracia e os direitos constitucionais da liberdade de expressão e da igualdade, já que as pessoas estão “padronizadas” a reconhecer o lugar de fala do sujeito branco e a estigmatizar a fala do “negro” pela pré-compreensão da dor e da vitimização, e o poder de escuta retrai ou abstrai a possibilidade de uma nova compreensão da própria realidade.

Desta forma, ao contrário do que se interpreta, apesar da Constituição Federal do Brasil atribuir uma proteção a inúmeras disposições acerca da liberdade comunicativa, tais enunciações se mostram inócuas, ante ao cenário atual da sociedade em rede.

Em perfunctória análise das redes sociais, percebe-se que a propagação de ódio racial é prática recorrente neste meio social. Desta forma, questiona-se: A “sociedade em rede” possibilitou a efetivação dos direitos constitucionais da igualdade e da liberdade de expressão com uma maior possibilidade de inserção de um espaço de fala para os grupos historicamente estigmatizados? E quais os efeitos do aumento da representatividade da população negra e do debate contra ódio racial nas redes sociais para um Estado Democrático de Direito?

Refletir e discutir isto é a “pedra toque” desta pesquisa, eis que é fato incontroverso acerca da existência de mensagens que incitem e/ou que perpetuam práticas racistas nas redes sociais, o que se pretende analisar é como interpretar tais atos sob o paradigma do Estado Democrático de Direito e sob a postura combativa da Constituição federal do Brasil.

As normas constitucionais são uma espécie do gênero das normas jurídicas e elas detêm como característica principal a imperatividade e isto possibilita o reconhecimento da supremacia material e axiológica da Constituição, que sobreleva a sua força expansiva e que perpassa na validade e compreensão de todo o Direito.

Desta forma, se mostra coerente o distanciamento do requisito da ofensividade como instrumento capaz de definir e caracterizar a consumação de discursos de ódio racial, vez que nas redes sociais é visível práticas “não ofensivas de forma expressa”, mas que impedem a concretização e a efetivação dos direitos constitucionais, já que fomentam a manutenção e a perpetuação de práticas racistas.

O que é importante se dizer é que as redes sociais propiciou um crescimento dos discursos de ódio racial, especialmente porque os sujeitos compartilham, sem ao menos refletir sobre aquele fato.

E a perda da capacidade de reflexão e o compartilhamento “automático” de mensagens que perpetuam práticas racistas trazem como consequência jurídica - a invisibilidade das normas constitucional e a não concretização de um Estado Democrático de Direito.

E quando se utiliza a expressão Estado Democrático de Direito emerge-se a relação intrínseca entre Democracia e o Direito, vez que a palavra “democrático” qualifica o Estado, irradia os valores da democracia sobre todos seus elementos constitutivos s, incluindo-se aí a ordem jurídica.” (NASCIMENTO, 2012 p.390)

A democracia necessita do poder de fala e de escuta livre de qualquer ato de dominação, possibilitando que a minoria possa debater os “dogmas” e as “verdades” propostos pela maioria e que neste dialogo possa definir novas ideias e opiniões acerca do objeto de discussão, com ênfase na capacidade de ouvir, falar e especialmente de refletir.

Isto é essencial para que a democracia não se assemelhe aos regimes totalitários, já que no ânimo da dita democracia reside à racionalidade totalitária dos donos do poder, em que as decisões e os “dogmas” são produzidos por uma parcela da sociedade dominante que “mascara” a decisão sob uma falsa ideia de prática democrática, algo já denunciado por Georg Agambem. (AGAMBEN, 2002)

Neste ponto, surge a importância de se discutir o “lugar de fala” e da “representatividade” da população negra como instrumento necessário para efetivação do direito constitucional da liberdade de expressão e da Democracia, que

desvia a normalização de discurso que mantém e perpetua práticas racistas, destoante ao compromisso constitucional enunciado.

Como se pensar em democracia, se nas redes sociais o espaço de fala e especialmente de escuta é eminentemente marcado por verdades construídas pela denominada “elite simbólica”<sup>28</sup> que desenvolvem frases que espelham ódio implícito ou explícito e que possibilitam a manutenção e perpetuação de práticas racistas.

Deste modo, salienta-se a importância de fazer uma conexão da prática de propagação de ódio racial nas redes sociais e a sua inserção em uma sociedade denominada democrática, eis que a democracia constitui-se um caminho que leva a sociedade para a liberdade e a tolerância. A democracia não pertence a uma parcela da população, nem configura um privilégio.

O que se observa é que a democracia contemporânea reclama por uma estratégia pluralista, que fomente o debate e a coexistência de ideias, tendo como estrutura a inserção de um espaço livre e tolerante.

Nas palavras de Morin “Os cidadãos são expulsos do campo político, que é cada vez mais dominado pelos “expertos”, e o domínio da “nova classe” impede de fato a democratização do conhecimento” (MORIN, 2003, p. 112).

Neste ponto, o fechamento do conhecimento e do próprio diálogo impede a estruturação da capacidade reflexiva dos sujeitos quanto as frases “montadas” e que implicitamente não trazem uma “ofensa expressa”, mas que são capazes de manter e perpetuar praticas racista.

E, por conta disso, indaga-se: Quantas vezes não se cultiva, de forma irreflexiva, o discurso de ódio nas redes sociais? Quais as consequências destes discursos na ordem jurídica, mais especificadamente na Constituição Federal do Brasil?

O debate, o diálogo e a preservação do espaço de fala e escuta são necessários para desconstituir as “falsas verdades” e promover a reflexão nos discursos compartilhados e aceitos, sob o viés da responsabilidade dos atos ali praticados.

Como gritar por uma sociedade democrática, se a sociedade ainda se estrutura pela negação do ódio racial, escondendo tal ódio nas práticas racistas

---

<sup>28</sup> Palavras construída por Teun Van Dijk

veladas. Ao negar o lugar de fala e de representação ao “outro”, monopoliza-se as ideologias e posicionamentos.

Cumpre salientar que ter voz diante de uma sociedade dominante não é uma missão acessível, eis que os discursos dominantes alicerçam na estrutura hierárquica de manter a ordem, por intermédio de seu poder e isto tem como consequência quando a voz do dominado fica silenciada. (DIJK, 2016)

Ao calar a voz e permitir o silêncio rompe-se o diálogo e a desconstrução de conceitos e discursos. O “outro” não é visto como “ser humano” e sim um sujeito “assujeitado” as ordens do dominante, em um cenário não condizente como os direitos constitucionais da Igualdade, Liberdade e, especialmente, com o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Desta forma, fica visível que a propagação de ódio racial nas redes sociais de forma implícita ou explícita possibilita a invisibilidade dos dispositivos constitucionais, em especial aos direitos à igualdade, liberdade de expressão e ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

## **4.2 Casos nas redes sociais de discursos de ódio racial**

Em que pese a importância da análise teórica do tema, no entanto, é no estudo de casos que se possibilita uma melhor visualização do contexto teórico aqui enunciado.

Desta feita, cita-se neste tópico casos “reais” que repercutiram e/ou repercutem nas redes sociais, e que demonstra a existência tanto de um discurso de ódio racial ofensivo como do discurso implícito e sua influência na invisibilidade dos dispositivos constitucionais.

### **4.2.1 Casos no “facebook” de discursos de ódio racial implícito**

Impende elucidar que, nos capítulos anteriores, a pesquisa adentrou no estudo acerca da concretização do discurso racial, em que a ofensividade expressa não se constitui *conditio sine qua non*<sup>29</sup> para que haja a proteção constitucional.

---

<sup>29</sup> A expressão “**Conditio sine qua non**” (Condição sem a qual não) indica circunstância indispensável à validade ou à existência de um ato.

No tópico em análise, trata-se da demonstração que os discursos racistas podem ser observados sob a forma implícita ou velada, consoante enunciou o constitucionalista Rosenfeld (2001) ao separar em duas modalidades o discurso de ódio em “hate speech in form” e “hate speech in substance”. Para o constitucionalista, o “hate speech in form” se define pelos atos e discursos explicitamente ofensivos, e quanto o “hate speech in substance” assegura a forma implícita ou velada do discurso do ódio.

No mesmo sentido Brugger (2007, p. 151) ao definir o “hate speech” enuncia da seguinte forma: “que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. O autor diferencia os efeitos do discurso de ódio em efeitos diretos (insultos e assédios) e os indiretos (instigação da violência).

O analista de discurso Teun Van Dijk (2016) clama a atenção para os discursos racistas de forma velada e sua força na manutenção e perpetuação de práticas racistas.

Van Dijk destaca a importância do meio de comunicação neste processo de manutenção e perpetuação de práticas racista quando enuncia que “A mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca (...)” (DIJK, 2016, p. 74)

O que se observa nos discursos que assumem a posição do ódio velado é a divisão dos sujeitos em perseguidores e perseguidos e isto impossibilita o debate e a convergência de ideias, sobressaindo a relação de poder.

Na obra Vigiar e Punir (1997), Foucault enaltece o vínculo entre discurso e poder, já que as práticas discursivas, sem o uso de ofensas e força, tem o poder de cercear o sujeito dominado às relações de poder.

Quando se analisa a página “Orgulho de Ser Branco”<sup>30</sup> observa, de forma clara, que este espaço virtual vela práticas que estimulam o ódio racial sob o fundamento de divulgar características e qualidades da “raça branca”, dando oportunidade para comentários que fomentam a ideologia racista disfarçada de revisionismo histórico e o resgate as antigas teorias racialistas e eugênicas.

---

<sup>30</sup> <https://www.facebook.com/BrancosOrgulhosos/>

Destaca-se o post publicado no dia 02 de agosto de 2017, o qual enaltece o “poder legitimador” a uma entrevista realizado com um vereador de “cor de pele negra” discordando da luta racista e este post fomentou os seguintes comentários:



**Karla Marques Vollkopf** SOCORRO!!! FIM DE MUNDO!!!! A bosta do Google apagou os brancos da história! A turma politicamente correta está apagando os brancos da história, ou os colocando como algo ruim, enquanto pintam os negros e os muçulmanos em lentes rosadas. É a marcha das minorias oprimidas, a revolução das vítimas, cujo denominador comum é demonizar o homem branco ocidental, tido como o grande vilão da humanidade. Se alguém te contasse isso você certamente diria que se trata de teoria da conspiração, não é mesmo? <http://www.gazetadopovo.com.br/.../google-apaga-brancos.../>



**Igor De Brito Martins** Zumbi dos Palmares tinha escravos mas é reverenciado pelo movimento negro como um herói, incoerência não? E o movimento negro continua com o vitimismo de que negros são coitados que precisam de cotas. Felizmente existem negros conscientes como Fernando Holiday que não ficam de mimimi e vão lutar pela vida, com méritos próprios.



**Viviane Pires** Viva os brancos e que Deus nos proteja do preconceito que vem contra a gente.

Como, também, o post publicado no dia 16 de fevereiro de 2016 que traz a imagem de candidatas negras para o concurso de Globeleza e dizia a seguinte frase: “Pq não tem Globelezas loiras? Racismo? Cotas para loiras no concurso Globeleza!!! Chega de racismo???”

O post acima utiliza-se da “ironia” como forma de fragilizar a luta racista, e indica a ofensividade implícita ao categorizar as mulheres negras ao espaço do “samba”, da “erotização”, do “carnaval”, objetificando o seu corpo.

Em breve análise dos “posts”, percebe-se que a tentativa é perpetuar a ideia da sub-representação do negro, da manutenção do branco como o representante natural da espécie, “estigmatizando” e “ironizando” a luta racista.

Interessante a enunciação de Sales Jr. acerca do racismo pelo não dito:

A estigmatização pelo não-dito (piadas, injúrias, trocadilhos, provérbios, ironias...) é resultante de uma “espiritualização da crueldade” – “racismo espiritualizado”. Marca-se e demarca-se o corpo sem o uso direto da violência física, por meio do açoitamento da injúria ou da impressão a fogo pela piada. O

estigma é, pois, um “ato ou transformação incorporal” dos corpos: atribui-se aos corpos, modifica-os, mas se distingue deles. (SALES JR., 2006, p.233)

O autor apontou que o discurso que ostenta o racismo pode ser instrumentalizado por diversas formas “ (...)tais como silêncios, implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial, microtécnicas de poder, funcionando num registro informal e passional”. (SALES JR., 2006, p.235)


Mas estas técnicas que podem até ser utilizadas de forma inconsciente, para este autor, mesmo não sendo um discurso racista sistemático e explícito (“formal”) isto não descaracteriza a “intenção” do discriminador. (SALES JR., 2006)

Fanon, também, articula da mesma posição ao dizer que, entretanto, nos dirão que “ não há intenção nem desejo de humilhá-lo. Estamos de acordo; mas é justamente esta ausência de intenção, esta desenvoltura, esta despreocupação, esta facilidade em fixá-lo, aprisioná-lo, primitivizá-lo, anticivilizá-lo que é humilhante” (FANON, 1983, p. 28).

A voz do discurso de ódio racial não está somente naquela ofensa formal e direta, mas, também, se estrutura no descrédito sobre a seriedade do interlocutor, na “despreocupação” na colocação de provérbios, na “piada inofensiva”, na “estigmatização” da fala e no ato de silenciar a própria escuta.

À guisa de exemplificação, outro “post” que merece ser destacado, publicado no dia 16 de fevereiro de 2016, este post enunciava a seguinte frase: “Depois a culpa da miséria deles é o “homem branco”<sup>31</sup>, bem como a imagem de uma criança negra magra, abatida, sendo “socorrida” por uma mulher branca. E como legenda da foto a frase: “Criança de 2 anos é acusada de ser “bruxa” (inclusive pelos próprios pais) e é abandonada nas ruas da Nigéria por cerca de 8 meses. (do parceiro Hypeness) - bit.ly/1POKxu0”

Destaca-se os comentários realizados no respectivo post:



**Rogerio Cicero** Que pecado isso , as crianças são de Deus , imaginem o pobrezinho chorando e ninguém dando atenção , Deus proteja essa "Anja " loira , Dinamarquesa e tatuada! !!!!!E o pessoal reclama de ter vindo pro Brasil , como se tivesse sido tirado de um país de ...[Ver mais](#)

<sup>31</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/BrancosOrgulhosos/>



**Igor De Brito Martins** Isso mostra que são os próprios negros que maltratam seus filhos e seus irmãos de cor. Porém é mais fácil colocar a culpa nos outros, nesse caso os brancos. Curiosamente a criança abandonada foi ajudada por uma mulher branca que não tinha nenhuma obrigação de fazê-lo. Essa é a realidade que os esquerdistas radicais não entendem.<sup>32</sup>

Percebe-se que o “post” demonstra a importância do “branco” para a sociedade e que os “negros” não possuem nem amor pelo seu próprio filho, e apesar de não haver a manifestação expressa de ódio racial, resta claro a concretização do discurso de ódio racial neste “post” do “facebook” e que se encontra disponível no endereço eletrônico enunciado.

O discurso ali construído tem o condão de instigar o ódio em desfavor a população negra e isto é visível pelos comentários, como também são aptos a provocar a perseguição, o que proporciona um embate com o compromisso constitucional de “promover o bem de todos, sem discriminação, preconceito (...)”<sup>33</sup> e o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

Bem como a página, também, do “facebook” denominada como - “o racismo começa quando”<sup>34</sup> – que enaltece um discurso racista velado pela máscara do “humor”, vez que se utiliza de frases que satirizam a posição da população negra na sua luta contra o racismo.

Outro ponto importante quando se fala de discurso de ódio implícito ou velado é a utilização de afirmação negativa do racismo por intermédio de orações coordenadas adversativas que sobreleva o sentido racista, algo explicitado por Sales Jr., o qual exemplificou com algumas frases usuais nas redes sociais: “Você é negra, mas não deve ter vergonha disso”. O sentido implícito é que “as pessoas negras devem ter vergonha de serem negras”, bem como “Ele é negro, mas é muito inteligente” e seu sentido implícito é que “as pessoas negras não são inteligentes”. (SALES JR., 2006, p.242).

A Constituição Federal do Brasil não distingue o ser humano pela sua cor de pele, ao contrário disso, traz a igualdade entre as pessoas como direito de natureza fundamental, como, também, enuncia pela necessidade de uma postura ativa da

<sup>32</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/BrancosOrgulhosos/>

<sup>33</sup> Art. 3º, inciso III da Constituição Federal do Brasil

<sup>34</sup> <https://www.facebook.com/OR4cismoComec4Qu4ndo/>



Republica Federativa do Brasil para acabar como o racismo, o preconceito e as diversas formas de discriminação.

Ou seja, a permissão nas redes sociais de discursos de ódio implícito ou velado conduz a invisibilidade constitucional dos dispositivos ali declinados, bem como ao próprio “espírito” constitucional de combate efetivo as práticas racistas e discriminatórias.

#### **4.2.2 – Casos no “facebook” de discursos de ódio racial ofensivo ou explícito**

Passa-se, pois, à análise do discurso de ódio que traz como característica essencial a ofensividade nas suas colocações, que diferente do implícito, se consubstancia em um discurso que tem a intenção, consciente e explícito, de ofender, insultar a imagem, honra e a condição de ser humano do indivíduo e/ou do grupo historicamente estigmatizado.

Impende elucidar que Michel Rosenfeld ao definir o que vem a ser “hate speech”, este constitucionalista dividiu, de acordo com a essência da mensagem veiculada, em duas categorias – “hate speech in form” e “hate speech in substance” - como forma de auferir a constitucionalidade e o grau de ofensividade do discurso nas atuais sociedades democráticas. (ROSENFELD, 2001)

Neste ponto, o discurso de ódio racial explícito se enquadra no “hate speech in form” que se concretiza por intermédio do discurso violento, direto e insultante, que se caracteriza pela expressividade nas ofensas ali enunciadas.

É irretorquível que este tipo de discurso é rechaçado pelo Ordenamento Jurídico Pátrio, eis que a Constituição possibilita a limitação de qualquer forma de expressão quando houver ofensa a honra e a imagem das pessoas e, ainda a prática de racismo e discriminação constitui crime, ou seja, enquadra-se no código ilegal.

Neste ponto, cita-se as palavras de Cattoni acerca da inexistência de conflito entre direitos constitucionais, ante a previsibilidade da ilegalidade do ato:

Como é que uma conduta pode ser considerada, ao mesmo tempo, como lícita (o exercício de um direito à liberdade de expressão) e como ilícita (crime de racismo, que viola a dignidade humana), sem quebrar o caráter deontológico, normativo, do Direito? Como se houvesse uma conduta meio lícita, meio ilícita?

Quanto ao aspecto da criminalização, é interessante questionar o enfoque essencialmente criminal, vez que a abertura na definição pelos responsáveis na esfera criminal pode trazer a sensação de insegurança, já que estes podem decidir de forma discricionária e até mesmo arbitrária quais discursos punir, ou até mesmo desconsiderar os discursos desenhados de forma indireta, em total revelia ao que dita a proteção constitucional.

À guisa de exemplificação, cita-se o Caso Ellwanger que denuncia o comportamento ambíguo do Estado quanto analisa os efeitos deletérios dos discursos de ódio nas expressões contidas nos livros do editor e escritor Siegfried como práticas difusoras de ódio e intolerância racial, mas, ao mesmo tempo, ignora uma realidade atual – redes sociais – que constantemente permitem práticas semelhantes ao que fora proibido e criminalizado no caso acima referido.

O embate entre casos atuais em contraponto ao caso Ellwanger serão objeto de estudo no tópico superveniente, mas torna interessante averiguar que, independentemente da categoria que se concretiza o discurso de ódio racial, o Ordenamento Jurídico Pátrio deve manter uma estrutura sistemática e protetiva coerente com as diretrizes constitucionais, sempre prezando pelo pluralismo, respeito e solidariedade entre os “sujeitos constitucionais”, bem como possibilitando a autonomia e a dignidade de todos os cidadãos.

Para bem analisar é imprescindível destacar que a ofensividade expressa não pode se tornar uma condição de natureza elementar para a concretização do discurso de ódio racial, vez que estudiosos acerca do tema, como por exemplo, Rosenfeld e Teun Van Dijk destacam a presença de duas categorias: discurso sob a ótica expressa como o implícito.

Desta forma, a presente pesquisa tem o fito de desconstruir a falsa ideia de que o discurso de ódio racial apenas se consubstancia sob a forma expressa, direta, vez que a Constituição Federal do Brasil traz em seus enunciados não a neutralidade na ação do Estado, mas sim a postura ativa deste quanto a proteção aos direitos constitucionais da igualdade, liberdade e em especial ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

E nas sociedades denominadas por Castelli “sociedade em rede”, o que se sobrepõe é o crescimento dos discursos de ódio racial, sendo imprescindível uma análise deste discurso na amplitude da sua concretização, ao compatibilizar este com o contexto constitucional e democrático.

O aumento do discurso de ódio nas redes sociais é tão expressivo que o Governo Federal formulou um canal específico para as vítimas - o “Humaniza Redes”<sup>35</sup>, cujo objetivo é dar possibilidades para denúncias “online”, como, também, fomentar um acesso irrestrito as mais diversas informações acerca do tema, já que fora feita uma página no “facebook”<sup>36</sup>.

As vozes foram silenciadas e a medida não surtiu efeito, vez que, no presente momento, o site encontra-se inacessível e as informações postas na página do “facebook” são superficiais e não possuem a potencialidade necessária para desconstrução e/ou reconstrução das “falsas verdades” que já se perpetuam como dogmas e que fortalece a continuação das praticas racistas.

È fato que a criação de uma plataforma online já é um caminho para a mudança, tanto é verdade que se verifica no próprio “facebook” a criação de uma página para desconstituir a seriedade do site “Humaniza rede”. O humorista Danilo Gentili se manifestou contrário a esta atitude e por conta disso criou uma campanha no facebook – “Desumaniza rede”<sup>37</sup>, como forma de ironizar o ato, bem como alegou que a ação proposta pelo Governo Federal afrontou, expressamente, o direito constitucional da liberdade de expressão.

A campanha surtiu efeito! E o “Desumaniza rede” conquistou inúmeros adeptos tem como ponto forte a polarização das escolhas – humanize ou desumaniza! Para isso, torna-se interessante utilizar a definição desenvolvida por Foucault “suspender a soberania do significante”, uma vez que a intenção era provocar no “animus” das pessoas a sensação de resistência e para isso a campanha se tornou um triunfo para esta reação.

A intenção é a manutenção do sistema e o fechamento do espaço de fala, algo que inviabiliza os direitos à liberdade de expressão, igualdade, ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e a própria noção de democracia.

Neste viés, percebe-se que o Humorista Danilo Gentili explora o significante ao contrapor as palavras “humaniza” e “desumaniza”, possibilitando a polarização do discurso e erguendo a necessidade de se ter um lado, sendo que o Estado Democrático de Direito não se constitui pela divisão, mas sim pela integração dos sujeitos dentro das suas diferenças.

<sup>35</sup> plataforma online: [www.humanizaredes.gov.br](http://www.humanizaredes.gov.br)

<sup>36</sup> <https://www.facebook.com/humaredes/>

<sup>37</sup> [https://www.facebook.com/pg/DesumanizaRedesOficial/community/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/DesumanizaRedesOficial/community/?ref=page_internal)

Desta feita, o que se pretende demonstrar, com apoio dos autores citados, é que o discurso de ódio racial necessita ser analisado não apenas quando houver uma ofensa direta ou expressa, mas, também, quando o ato de ofender e, até mesmo de perpetuar práticas racistas, estiver, de forma velada, dentro do contexto do próprio discurso.

#### **4.3 – O embate jurídico entre os discursos de ódio racial nas redes sociais e o “famoso” caso Ellwanger**

Em primeiro plano, narra-se uma breve síntese do julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal para uma melhor compreensão, sendo que a análise jurídica do caso Ellwanger será desenvolvida sob a ótica do direito constitucional.

Salienta-se que o caso teve uma maior repercussão quando da impetração do habeas corpus no Supremo tribunal Federal - STF. Remonta-se que, em um primeiro momento, o processo percorreria um caminho diferente, uma vez que o ministro-relator, acatou os fundamentos levantados e, conseqüentemente, declarou extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição (BRASIL, 2002, p. 220).

O fato é que o Ministro Mauricio Correa, presidente do STF, fez um pedido de vista e o julgamento tomou caminho diverso, eis que o habeas corpus fora denegado por oito votos a três, vencidos os ministros Moreira Alves, Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio Mello (BRASIL, 2002, p. 686).

Nesta senda, nota-se que a discussão referente a este julgamento teve o enfoque em dois aspectos: o alcance e a delimitação do conceito jurídico-constitucional do enunciado “racismo” e os limites constitucionais da liberdade de expressão.

Com base nos escritos de Ommati, percebe-se que o resultado fora alcançado pela utilização do postulado da proporcionalidade e nas palavras deste autor quando os Ministros utilizarão “a ponderação de valores para decidir a questão, os Ministros continuaram a tratar o Direito e a Constituição como ordem concreta de valores (...) gerando uma perda da racionalidade da decisão.” (OMMANTI, 2016, p. 24).

Cattoni, também, enalteceu algumas críticas ao julgamento ocorrido no supremo Tribunal Federal “ várias criticas podem ser feitas ao raciocínio da

ponderação de valores. Afinal, ou nós estamos diante de uma conduta ilícita, abusiva, criminosa, ou, então, do exercício regular e não abusivo, de um direito.” (CATTONI, 2007, p.118 e 119).

Ou seja, a conclusão posta por Cattoni traz a reflexão quanto a coerência do método utilizado, já que é inviável pensar que uma conduta pode ser ilícita e lícita ao mesmo tempo.

Neste ponto, Cattoni enuncia:

(...) Tratar a Constituição como uma ordem concreta de valores é pretender justificar a tese segundo a qual compete ao Poder Judiciário definir o que pode ser discutido e expresso como digno desses valores, pois só haveria democracia, nesse ponto de vista, sob o pressuposto de que todos os membros de uma sociedade política compartilham, ou tenham de compartilhar, de um modo comunitarista, os mesmos supostos axiológicos, uma mesma concepção de vida e de mundo. Ou, o que também é incorreto, que os interesses majoritários de uns devem prevalecer, de forma utilitarista, sobre os interesses minoritários de outros, quebrando, assim, o princípio do reconhecimento recíproco de igual direitos de liberdade a todos. (CATTONI, 2007, p.119)

E, deste modo, nas palavras de Ommati “ (...) e para sermos mais diretos, se o STF acertou na decisão ao manter a condenação do paciente por crime de racismo, o acerto foi por pura sorte!” (OMMATI, 2016, p.25)

Clama a atenção para a expressão utilizada pelo autor acima citado - Pura sorte? Indaga-se: É possível olhar e compreender o Direito sob o espectro da “sorte”?

A pesquisa tende a esclarecer a necessidade de um olhar sob o viés do Direito Constitucional, tendo como parâmetro o direito pátrio e não há importação irreflexiva da doutrina estrangeira.

Mostra-se incoerente a ausência de um olhar “sistêmico” a ordem jurídica, em especial aos enunciados da Constituição Federal do Brasil, o que desestrutura a compreensão aos direitos à igualdade, liberdade e o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e, assim, transforma a decisão judicial em um ato arbitrário, “mergulhado” de valores.

Desta feita, a conclusão posta por Ommati parece coerente, já que este comprova a seguinte hipótese:

(...)a incorreção de se afirmar a limitação externa de todo e qualquer direito. Assim, a liberdade de expressão não se encontra limitada pela proibição da prática de racismo (proibição de discurso de ódio) em nossa Constituição. Na verdade, igualdade, liberdade, liberdade de expressão e proibição da

prática de racismo são textos jurídicos que, corretamente, interpretados, levam a que se entenda que a ideia de integridade do e no Direito também se encontra em nosso Ordenamento jurídico e constitucional: a ideia de que somos governados por princípios e que pretendemos fundar uma comunidade democrática de pessoas livres e iguais, ou seja, que se tratam com igual respeito e consideração. (OMMATI, 2007, p.205)

A pesquisa esclarece, com base no estudo da doutrina, que não se pode fundamentar o ato apenas sob o espectro defensivo do direito à liberdade de expressão, nem muito menos restringir a “fala” sem a perfeita análise do contexto em que irá ser desenvolvida.

O sistema constitucional deve ser interpretado dentro da sua estrutura, o que preconiza a coerência nas decisões judiciais acerca dos discursos de ódio racial.

Neste passo, quando a pesquisa adentra no estudo acerca do discurso de ódio racial nas redes sociais nota-se a incoerência com o próprio texto constitucional, vez que inúmeras páginas enunciam o desrespeito aos direitos à igualdade, liberdade e ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

À guisa de exemplificação a página que recebe o título “orgulho de ser branco”<sup>38</sup> comporta-se da mesma forma que os livros proibidos e que foram objeto de análise pelo Supremo Tribunal federal – STF – no “Caso Ellwanger”, vez que se utiliza da tese revisionista e de técnicas que possibilitam o acolhimento de tese racialistas e eugênicas, que fomentem a “inferioridade” dos grupos historicamente estigmatizados.

Desta feita, mostra-se incoerente punir um ato e permitir o compartilhamento e a visualização de atos com o mesmo patamar de ofensividade, sob pena de desestruturação do sistema de proteção e inserção de uma ordem concreta de valores, consoante se observa nas afirmações postas pelos autores estudados.

Em perfunctória análise dos “post” inseridos na página do “facebook” - “orgulho de ser branco” - resta evidente a tentativa de legitimação e normatização do “branco” como um ser humano universal, superior, sendo isto compartilhado e visualizado por inúmeras pessoas.

---

<sup>38</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/BrancosOrgulhosos/>

Bem como a referida página utiliza-se da técnica do “humor” para desestruturar a luta anti racista e provocar um choque contra um “vitimismo ridicularizado”.

Nas palavras de Lourenço Cardoso (2008) existe a branquitude<sup>39</sup> que não possibilita a reflexão acerca do seu privilégio racial e que não questiona a ideia de pertença étnica e racial. O autor declina isto como consequência da invisibilidade do conflito racial e da construção fictícia da “invisibilidade” branca.

Com falar em igualdade e dignidade da pessoa humana se é permitido divulgar, compartilhar, curtir “post” que fomentem o branqueamento e a superioridade branca. Páginas com intento de impedir que o ser humano aceite os seus traços negros – cor de pele, cabelo, formato de nariz. Uma sociedade que se alimenta do ódio racial para impor as suas regras e que padroniza o conceito de “belo”.

Nas raízes da pesquisa é imperioso a necessidade de estudar como o “Direito” reage a esta situação? Como promover a visibilidade dos dispositivos constitucionais? Como emergir nesta “sociedade em rede” os efeitos nefastos do poder do branqueamento nas redes sociais?

Na medida questiona-se como equalizar o direito constitucional da igualdade e liberdade no Estado Democrático de Direito, se a sociedade ainda se estrutura na hierarquização e no conflito racial?

Ommati enuncia que em “um Estado Democrático de Direito, não é mais possível entender os princípios da igualdade e liberdade como antagônicos na medida em que um é realizado o outro é esquecido.” (OMMATI, 2016, p.136)

O que se espera e que fora apontado pelo autor acima é que os direitos sejam “reconciliados”, de modo que a “realização de um deles implica, sob pena de contradição, a realização do outro” (OMMATI, 2016, p.136)

Ao observar o Caso Ellwanger e a atual página do “facebook” – “orgulho de ser branco” – percebe-se um descompasso na ordem jurídica que preza o combate ao racismo e qualquer tipo de discriminação e preconceito, mas que se “esconde” em um poder que enaltece o conflito racial “velado”, o branqueamento e o humor satirizado contrário as lutas anti raciais.

---

<sup>39</sup> Termo utilizado pela Frente Negra Brasileira

Como esperar a realização do direito constitucional da igualdade com o direito à liberdade se os grupos historicamente estigmatizados têm na sua “fala” o estigma da “marca” do “mimimi”.

E, como apontou Ommati(2016) a democracia só funciona se os princípios da igualdade e da liberdade sejam observados e atendidos. E a inobservância destes princípios não possibilita a concretização das diretrizes que enaltecem o Estado Democrático de Direito.

É imperativo compreender e ponderar que o processo constituinte de um Estado Democrático de Direito é um caminho aberto que transcende ao momento da sua realização, consoante apontou diversos autores, como por exemplo, Rosenfeld (2001), Cattoni (2007) e Ommati (2016).

Nesse passo, ao afirmar que a Constituição Federal do Brasil assegura a reconciliação entre a igualdade e a liberdade sob a estrutura do fundamento da dignidade da pessoa humana fica evidente o compromisso em combater as diversas formas de discurso de ódio racial para a própria concretização da democracia e dos objetivos constitucionais.

E ao deparar com as diversas fundamentações esposadas no caso Ellwanger resta inviável a legitimação pela reconciliação entre os direitos à igualdade e à liberdade, vez que a maioria dos Ministros utilizou o critério da ponderação de valores como método de legitimação de seus votos.

Assim como Cattoni (2007), Virgílio Afonso da Silva, também, compreende que no Caso Ellwanger não há que se falar em colisão de direitos, já que para ele, o legislador já houvera feito a ponderação, considerando crime as práticas que atentam contra a igualdade das pessoas, através do discurso de ódio. (Silva, 2005)

Nas palavras de Virgílio:

(...)Não há que se discutir, portanto, se a liberdade de imprensa é mais ou menos importante do que outro princípio eventualmente envolvido, como se esforçaram em fazer todos os Ministros. A única discussão possível, em sede de habeas corpus no STF, seria uma discussão sobre a qualificação do ato como sendo ou não racista. Mas aqui, como é facilmente perceptível, o raciocínio é subsuntivo e não ponderativo (...) (SILVA, 2005, p.168)

Como dito anteriormente, Cattoni, também, enuncia que o “Caso Ellwanger” não deveria ser compreendido como colisão entre valores e, segundo este



constitucionalista, o que se preza é jamais “renunciar ao caráter normativo, deontológico do Direito”. (CATTONI, 2007, p.120)

Desta forma, o discurso de ódio racial deve ser analisado dentro do sistema jurídico ali inserido, e neste rumo, utiliza-se as palavras de Levi “o zoom dado pela lente do pesquisador, embora não altere as grandezas inerentes à realidade, (...) desvenda as incoerências e contradições existentes no sistema ou nos discursos sobre o sistema e que passam despercebidas pela macrovisão (LEVI, 1992, p. 136-139).

Diante destes questionamentos, torna-se salutar indagar a coerência sistêmica do Ordenamento Jurídico pátrio e as próprias disposições constitucionais, dentro de uma ideologia de igualdade de tratamento, amplamente aceita no seio de um Estado Democrático de Direito, tendo como agravante maior a posição do Brasil, no cenário internacional, em proceder esforços para coibir as ofensas e os atos em desfavor a grupos historicamente estigmatizados, ante ao reconhecimento do legado da escravidão na América.

Interessante e instigante foi a leitura da dissertação de Denise Carvalho dos Santos<sup>40</sup> Rodrigues, aprovada pela Universidade de São Paulo – USP, na qual a autora traz como veia investigativa a contradição entre o discurso jurídico expresso – legislação anti-racista e o discurso compreendido pelas práticas sociais, o que reverberou na conclusão acerca da perpetuação inconsciente do discurso racista, mesmo havendo uma legislação expressa que coíba tais ações.

Na dissertação acima declinada, apresentada na Faculdade de Direito, chegou-se a conclusão acerca da invisibilidade dos instrumentos normativos, ante “ao enraizamento de valores e comportamentos discriminatórios no âmbito das práticas sociais”. (SANTOS, 2010)

Certo é que as redes sociais enunciam, a todo o momento, estes comportamentos discriminatórios. Ao ver a página no “facebook” – orgulho de ser branco - que retrata teses racialistas, o empoderamento do “branco”, o humor que desafia as lutas anti racista, remonta-se evidente a invisibilidade constitucional.

Para uma real transformação, necessário que haja a visibilidade constitucional e a estruturação da sociedade consoante dita as diretrizes de um Estado Democrático de Direito, o que impede a branquitude como lugar de

---

<sup>40</sup> <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-21062013-141556/pt-br.php>

normatividade e a interação entre os diversos atores sociais, dentro do objetivo constitucional – “ (...)construir uma sociedade livre, justa e solidária e que promova o bem de todos sem preconceitos (...)”<sup>41</sup>”

Manter o discurso de ódio racial nas redes sociais é afastar os direitos constitucionais da igualdade e da liberdade, bem como o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e padronizar os sujeitos as ordens e valores do poder dominante, em total inobservância ao sistema jurídico e democrático ali desenhado. É caminhar para o futuro, com as marcas e as ordens do passado!

---

<sup>41</sup> Art. 3º da Constituição Federal e seus incisos I e IV:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este percurso volta-se para a pergunta realizada na introdução deste trabalho: a Constituição Federal do Brasil trata e impede todas as formas de discurso de ódio racial nas redes sociais? E nesta fase final deste estudo é possível perceber que a pesquisa sinalizou por uma resposta ou múltiplas respostas a este questionamento, já que foi possível compreender que o conceito jurídico-constitucional do discurso de ódio racial não se restringe a ofensividade expressa de seu ato.

É imperioso concluir que a ofensividade como pressuposto elementar para a concretização do discurso de ódio racial inviabiliza a ampliação do horizonte de possibilidades e, conseqüentemente, possibilita a negação acerca da existência do discurso racista, especialmente nas redes sociais.

A pesquisa caminhou com enfoque na relação triangular, tendo como matriz principal o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e como base os direitos constitucionais da Liberdade de Expressão e da Igualdade Constitucional, se estruturando para garantir uma análise reflexiva do tema tendo como parâmetro as diretrizes do Estado Democrático de Direito.

É irretorquível que a estruturação teórica referente a relação triangular teve como sustentáculo todo o aporte teórico, oriundo da análise bibliográfica das obras aqui declinadas, tendo como ponto elementar o trabalho interpretativo acerca do caso Elwanger.

Sem ardejar, a pesquisa adentrou na compreensão de que o discurso de ódio na perspectiva racial não demanda o embate teórico acerca do direito constitucional da igualdade e o direito constitucional da liberdade de expressão, eis que a ilicitude do ato é o âmago da questão, o que inviabiliza a própria discussão.

Percebe-se que esta situação, como declinou Rosenfeld é um problema para jurisprudência constitucional contemporânea, sendo, desta feita, necessário o estudo deste discurso tem como pano de fundo o texto constitucional do país, vez que cada texto constitucional “enxerga” o discurso de ódio racial dentro de uma perspectiva e contexto próprio.

O que sobrepõe a atenção é o crescimento do discurso racista silencioso ou “velado”, já que a ofensividade não se constitui elemento substancial para caracterização ou conceituação do discurso de ódio racial, como fora demonstrado nas citações apresentadas na pesquisa em comento.

E, deste modo, a pesquisa perquiriu o caminho acerca de como interpretar e gerir a visibilidade do compromisso constitucional e de seus objetivos ali declinados especialmente quando cerceia os direitos constitucionais, como por exemplo, o da liberdade de expressão, da igualdade e da dignidade da pessoa humana quanto a incidência nas redes sociais de discursos de ódio racial implícitos/velados.

Sendo assim, o primeiro passo foi desenvolver uma estrutura interpretativa capaz de fomentar uma compreensão melhor acerca dos conceitos chaves que envolvem o tema a ser pesquisado: O que é discurso de ódio racial? O que é “sociedade em rede”? Como a Constituição Federal do Brasil impede e trata os discursos de ódio sob a perspectiva racial? O Brasil limita o direito constitucional da liberdade de expressão?

Nos capítulos primeiro e segundo, o mergulho foi pela necessidade de se compreender o discurso de ódio sob o espectro da Constituição Federal, tendo como elementos estruturantes os objetivos fundamentais contidos na Constituição, o fundamento da dignidade da pessoa humana e os direitos constitucionais da liberdade de expressão e da igualdade.

Alicerça, assim, os questionamentos desenvolvidos nos capítulos arquitetados, dando azo a uma compreensão melhor acerca da necessidade de ampliação do ato interpretativo. O discurso de ódio racial não se consuma apenas com a ofensividade e o Ordenamento Jurídico Brasileiro não pode retirar o caráter normativo do direito, desconstruindo, por intermédio de “ordens de valores” a ilegalidade e inconstitucionalidade do próprio ato vindicado.

A transversalidade teórica, dispersiva e constitutiva, dos capítulos estruturais fez emergir a necessidade de um olhar sob o viés prático, desta forma, o capítulo terceiro surge com o impacto da análise crítica e reflexiva do “caso Ellwanger” e seus reflexos a casos semelhantes, o que, desde já, sobrepõe a invisibilidade das disposições constitucionais e a contrariedade à decisão paradigmática.

Nessa tarefa de resgate do caráter normativo do Direito Constitucional, utiliza-se, como aporte teórico, o estudo de Cattoni em relação aos votos dos Ministros no “Caso Ellwanger”, dando ênfase a negação ao caráter obrigatório do

Direito pela confusão entre os conceitos de normas e valores, seja pela utilização da aplicação gradual, numa maior ou menor medida, de normas.

Em estudo perfunctório, conclui-se que o “Caso Elwanger” não se revela ao sistema jurídico tendo como critério-base para a sua fundamentação a imperatividade das normas jurídicas, mas sim as ordens de valores.

È a partir deste fio condutor que a pesquisa mergulha na análise da visibilidade preceitos constitucionais nos casos de discurso de ódio racial nas redes sociais, tendo como parâmetro nodal a sociedade atual.

Por fim, deve-se notar que a sociedade atual ou a “sociedade em rede” se estruturou pela aceitação tácita e implícita do poder do embranquecimento e isto é visível, já que na maioria dos “filtros” de imagem é plenamente possível “embranquecer”, as diversas frases trazem como pano de fundo o “racismo velado” ao valorizar a mulher negra com traços finos, o “moreno” – pela sua mistura de raça, vez que não é negro e sim moreno, pardo, ou até mesmo moreno claro!

È incansável o incomodo causado pela sensação de manutenção do “padrão de normalidade” e o despretenso orgulho pela indiferença ao diferente. Como o simples fato de enaltecimento de uma singela afirmação, com cunho extremamente de negação e manutenção da situação de privilégio: No Brasil não existe racismo, é o país da miscigenação e da democracia racial!

Neste mesmo ponto, cita-se frases despretensoas, mas extremamente racistas: “esta é uma mulata tipo exportação”, ou a frase “ eu não sou racista, tenho amigos negros”. Ora, as frases que foram objeto de um minidocumentário e que foram divulgadas nas redes sociais demonstram, claramente, a objetivação da ‘mulata’ pela miscigenação e o efeito simbólico da supremacia branca e da sua padronização como regra.

Biologicamente, resta incontroverso que só existe uma raça – a raça humana, mas socialmente houve a subdivisão e sob o espectro do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana é impossível pensar que a cor “branca” enaltece a sua supremacia e o seu poder sobre os “outros”, mesmo sendo estes “outros”, no Brasil, estatisticamente, a grande maioria da população.

Assusta-se quanto se inicia a reflexão acerca da tentativa de compreender a razão de uma subdivisão entre negro, moreno-escuro, moreno e moreno-claro e pela inexistência desta subdivisão entre a cor tida como branca: branco, branquíssimo, branco-claro e branco-escuro? E, neste ponto, conclui-se que fomentar padrões de

normalidade é desestruturar o olhar para o diferente e manter a “superioridade” que fragiliza a própria noção de equidade e igualdade.

Por que ainda se depara com a sub-representação do negro em frases, discursos e imagens? Como compreender na sociedade atual a aceitação implícita de uma exploração de estereótipos de “mulata”, “sambista” exclusivamente representada pela população negra, já que as “brancas” para figurarem como “sambista” no carnaval necessário se faz “bronzear”, jamais “escurecer”?

Existe discurso de ódio racial implícito? É tão comum que na maioria das vezes parece imperceptível, mas que tem um poder de manter e perpetuar práticas racistas e discriminatórias e que ofende de igual maneira os objetivos constitucionais e os direitos constitucionais devidamente consagrados na Constituição, em especial ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana.

E o poder de fala? O direito à liberdade de expressão? Como garantir o poder de fala quando já existe um escudo prévio que bloqueia o poder de escuta – o “mimimi” é um grande instrumento capaz de frear a fala e a escuta e retirar do grupo marginalizado a possibilidade de fala. Isto é democracia?

Nas redes sociais é usual utilizar-se do “humor” para desconstruir a fala do grupo historicamente estigmatizado, o que afasta a seriedade do ato, bem como a sua caracterização como ofensivo, como um discurso de ódio racial, e consequentemente, permeia-se um cenário de impunidade e invisibilidade constitucional.

O negro não quer ser representado como “mimimi”, nem satirizado sob a “pecha” de um falso humor e sim ser a voz que represente a sua luta, a sua história e a sua representação como ser humano, dotado de direitos e obrigações, e capaz de desconstruir e reconstruir a sua própria realidade.

As narrativas de “ódio” racial devem ser combatidas não com a restrição “in abstrato” do direito constitucional da liberdade de expressão, mas com a inserção, de forma concreta, do poder das “contra narrativas”, como pontuou Dijk e Ommati ao enaltecer o poder na reconciliação entre os direitos da liberdade e da igualdade para a democracia.

Portanto, esta pesquisa teve a intenção e o fim de demonstrar que não basta gritar em desfavor do discurso de ódio expresso, já que existe, também, o discurso de “ódio” implícito, como, também, não basta julgar o ato por meio de uma colisão de direito ou princípios, vez que na democracia é fundamental a reconciliação destes

direitos, dentro de suas perspectivas concretas. Assim, torna-se necessário olhar e interpretar o Direito Constitucional, com apontou Cattoni, sob o olhar normativo e deontológico e jamais sob o espectro exclusivamente valorativo e especulativo, sob pena de esvaiziamento das próprias promessas constitucionais.

Conclui-se, então, que os preceitos contidos na Constituição Federal do Brasil e as diretrizes do Estado Democrático de Direito são importantes para restituir humanidades negadas e reconhecer a necessidade de se interromper o regime de autorização discursiva e ampliar os canais comunicativos para todos os atores sociais.

Neste viés, projeta-se para a estruturação sob a perspectiva triangular do discurso de ódio racial nas redes sociais, tendo como ápice a dignidade da pessoa humana e na base, no mesmo patamar, o direito constitucional da Igualdade e da Liberdade de Expressão, já que se houver igualdade de fala, a liberdade de expressão possibilitará a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, em que se aceite e se fomente o direito de ser diferente!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6. ed. Brasília: Editora UNB, 1995.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet (org.). **A liberdade de expressão na jurisprudência do STF**. Brasília: IDP, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 82.424-2/RS**. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Werner Cantalício João Becker. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, 2003.

BARCELLOS, Ana Paula. **Ponderação, Racionalidade e Atividade Jurisdicional**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005

BRINK, David O. O Princípio de Millian, Liberdade de Expressão e Discurso de ódio. In: SAMPAIO, José Adércio Leite(coord.). **Liberdade de Expressão no século XXI**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Revista de Direito Público**, v. 15 n. 117, jan./mar. 2007.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 221.

CASTANHO DE CARVALHO, Luís Gustavo Grandinetti. **Direito de Informação e Liberdade de Expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 248

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. O caso Ellwanger: Uma crítica à ponderação de valores e interesses na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal In: CATTONI, Marcelo. **Direito, política e filosofia**: contribuições para uma



teoria discursiva da constituição democrática no marco do patriotismo constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FISS, Owen M. **A Ironia da Liberdade de Expressão**: Estado, Regulação e Diversidade na Esfera Pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977

FRY, Peter. A democracia racial infelizmente virou vilã. **Jornal da Ciência**, São Paulo, 20 jun. 2007.

GALTON, Francis. **Herencia y eugenesia**. Alianza Universidad: Madrid, 1988.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina**: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis. Salvador: EDUFBA, 2017.

JESUS, M. Camila de. Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco, 2012 < Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wpcontent/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>>

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAFARER, Celso. Parecer - O caso Ellwanger: anti-semitismo como crime da prática de racismo. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 41, n. 162, p. 53-89, abr/jun. 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

LOBATO, Monteiro. **O presidente negro**. São Paulo: Globo, 2008.

MACHADO, Maria Costa Neves. Liberdade de expressão e restrições de conteúdo analise do caso Ellwanger em dialogo com o pensamento de Celso Lafer. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2013.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. A liberdade de expressão. Coimbra: Coimbra, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2015.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa ; RAMOS, Marcelo Maciel . A cultura jurídica brasileira: da exceção à atual promessa de emancipação. **Quaestio Iuris**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 376-404, 2016.

MEYER, Samantha Ribeiro; DE LUCCA, Newton. A liberdade de expressão do pensamento e o Habeas Mídia. **Revista Direito Público**, Brasília, DF, v.13, 2016.

\_\_\_\_\_. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 105 | pp. 383-407 | jul./dez. 2012

MILL, John. S. **On Liberty**. State College: Pennsylvania State University, 2006.

PATY, Michel. Os discursos sobre as raças e a ciência. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.12, n.33, maio/ago.1998.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada da branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 72

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais. Uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 234

POTIGUAR, Alex Lobato. **Discurso do ódio no Estado Democrático de Direito**: o uso da liberdade de expressão como forma de violência. 2015. 196 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.

RIBEIRO, Raisal Duarte da Silva. **O discurso de incitamento ao ódio e a negação do holocausto**: restrições à liberdade de expressão? 2012. Trabalho de Conclusão

de Curso (Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é o lugar de fala**. São Paulo: Grupo Editorial Letramento, 2017.

RODRIGUES, Denise Carvalho dos Santos. **Direitos humanos e a questão racial na Constituição Federal de 1988: do discurso às práticas sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso (dissertação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROSENFELD, Michel. Hate Speech. New York: Cardozo Law School, **Working paper** n. 41, abril de 2001.

\_\_\_\_\_. **A identidade do sujeito constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. atual. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARMENTO, Daniel. **Livres e Iguais**: Estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SARMENTO, Daniel. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SCHAUER, Frederick. Liberdade de expressão em decisões na Europa e nos Estados Unidos: um estudo de caso na arquitetura constitucional comparada. In: SAMPAIO, José Adércio Leite(coord.). **Liberdade de Expressão no século XXI**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

SEDLER, Robert A. Um ensaio sobre a liberdade de expressão: Os Estados Unidos versus o resto do mundo. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (coord.). **Liberdade de Expressão no século XXI**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

SILVA, Lucas Gonçalves da; CERQUEIRA, Ermelino Cerqueira . Dimensão jurídica da liberdade de imprensa a partir da noção instrumental da liberdade de expressão. In: Adriana Goulart de Sena Orsini; Mariana Ribeiro Santiago; Ynes Da Silva Félix.. (Org.). **Teorias dos Direitos Fundamentais**. 1. ed., Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SILVA, Lucas Gonçalves da; DETONI, Andréa Galvão Rocha. A proteção dos Direitos Fundamentais à luz da sociedade da informação. In: Irene Portela; Fábio da

Silva Veiga; Rubén Miranda Gonçalves. (Org.). **O Direito Constitucional e o seu papel na construção do cenário jurídico global**. Barcelos, Portugal: Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, 2016.

SILVA, Lucas Gonçalves da; LITWINSKI, Tatiana Fortes. Para além do branco e preto: os limites da liberdade de expressão e do discurso de ódio no Brasil. **Revista Constituição e Democracia**. Florianópolis, 2017.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. Acesso aos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência: em busca da máxima efetividade da norma constitucional. **Revista Jurídica**. Curitiba, v. 2, n. 43, p. 584-62, 2016.

SILVA. Martiniano J. **Racismo à Brasileira**: raízes históricas. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SILVA, José Afonso. Aplicabilidade da norma constitucional. 4ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2000

SILVA, Silvio José Albuquerque. **Combate ao Racismo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

VAN DIJK, Teun. **Elite Discourse and Racism**. Newbury Park: Sage, 1993.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: VAN DIJK, Teun (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.